INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG)
CAMPUS OURO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (ProfEPT)

SEBASTIÃO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO IFMG - CAMPUS IBIRITÉ: DESAFIOS E SUPERAÇÕES NA FASE INICIAL

Ouro Branco
2026

SEBASTIÃO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO IFMG - CAMPUS IBIRITÉ: DESAFIOS E SUPERAÇÕES NA FASE INICIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Minas Gerais - campus Ouro Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Professor Doutor Matheus Faleiros Silva

Linha de Pesquisa: 2 - Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica

Macroprojeto: 4 - História e memórias no contexto da Educação Profissional e Tecnológica

Ouro Branco

2026

P 324f Gandra, Sebastião de Jesus Oliveira.

O processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité: desafios e superações na fase inicial / Sebastião de Jesus Oliveira Gandra. – Ouro Branco, 2026.

157p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e ecnológica) - Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), 2026.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. IFMG Campus Ibirité. 3. Memória nstitucional. 4. História oral. 5. Implantação de campi. I. Silva, Matheus Faleiros. II. Título.

CDD 370.113

Catalogado por: (Nome do Bibliotecário e Registro no CRB)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Branco
Diretoria de Ensino
Coordenação Curso Mestrado PROFEPT do Campus Ouro Branco
Avenida Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Minas Talco - CEP 36494-018 - Ouro Branco - MG - www.ifmg.edu.br

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IFMG

Realizou-se, no dia 30 (trinta) de setembro de 2026, com início às 09h (nove horas), por videoconferência e transmissão pelo canal do YouTube do ProfEPT/IFMG, a **defesa de dissertação** do Mestrando **SEBASTIÃO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA** no **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT - IFMG), como requisito para a obtenção do título de mestre. A dissertação apresentada para apreciação pela Banca Examinadora intitula-se **"O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO IFMG - CAMPUS IBIRITÉ: Desafios e Superações na Fase Inicial"**. A **dissertação** foi considerada APROVADA.

O **produto educacional**, Infográfico**:** "RAÍZES E RUMOS - A Memória da Implantação do IFMG Campus Ibirité" foi VALIDADO pela Banca Examinadora e considerado APROVADO.

A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros

Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva (Orientador)

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (IFB)

Prof. Dr. Luciano da Silva Moreira (IFMG)

Prof. Dr. Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos (IFMG - Suplente)

Certifico que a defesa realizou-se com a participação por videoconferência de todos os membros e que, depois das arguições e deliberações realizadas, cada participante da banca afirmou estar de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora, redigido nesta ata.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e assinada pelo orientador, será encaminhada à Coordenação do ProfEPT – IFMG para registro acadêmico na documentação do mestrando.

Ouro Branco, 30 de setembro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **Matheus Faleiros Silva**, **Professor**, em 30/09/2026, às 11:58, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs informando o código verificador **2896218** e o código CRC **5A5238E1**.

23712.001069/2024-13	2455012v1

Deus, dedico este trabalho primeiramente a ti, fonte de sabedoria, força e esperança, que sustentou meus passos durante toda esta caminhada.

À minha família, pelo amor, incentivo e compreensão nos momentos em que a pesquisa exigiu renúncias, tempo e dedicação. Vocês foram meu alicerce e a razão para seguir em frente diante dos desafios.

Dedico, também, esta dissertação a todos aqueles que fizeram, fazem e farão parte da história do IFMG - Campus Ibirité, cujo empenho e dedicação têm sido fundamentais para a consolidação e o desenvolvimento desta instituição. Aos gestores, servidores, estudantes e membros da comunidade que contribuíram para a construção dessa instituição e que, ao compartilharem suas memórias, tornaram possível preservar parte de sua trajetória para as futuras gerações.

Que este trabalho represente não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também uma contribuição para a valorização da memória institucional da Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela saúde, pela sabedoria e pela força concedidas durante toda esta caminhada. Nos momentos de incerteza, foi a fé que renovou minhas esperanças e me permitiu perseverar até a conclusão deste trabalho.

Há momentos na vida em que certas realizações dependem, ao mesmo tempo, do esforço pessoal e do apoio de muitas pessoas. Este é um deles. Por isso, deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos:

À minha família, pelo amor incondicional, pelo incentivo constante, pela compreensão diante das ausências e pelo apoio em todos os momentos. Cada conquista alcançada nesta trajetória também pertence a vocês.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva, expresso minha mais sincera gratidão pela confiança depositada em meu trabalho, pelas orientações criteriosas, pela disponibilidade, pelo incentivo permanente e pelo compromisso com a produção do conhecimento. Sua dedicação foi essencial para a construção desta pesquisa e para meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos amigos Renato, Cristiane, Ana e Leonardo, expresso minha profunda gratidão pois há pessoas que possuem o raro dom de inspirar crescimento e fortalecer aqueles que caminham ao seu lado, e vocês exerceram esse papel de forma constante ao longo dessa jornada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do IFMG - Campus Ouro Branco, especialmente ao professor Pedro Xavier, pelos ensinamentos, pelas reflexões e pelas contribuições que ampliaram minha formação como pesquisador e educador.

Aos professores da banca de qualificação: Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (ProfEPT/IFB) e Prof. Dr. Luciano (IFMG-campus Ibirité), pelas contribuições críticas e generosas que enriqueceram substancialmente esta dissertação.

A todos os gestores, servidores, pioneiros e demais participantes da pesquisa, que gentilmente compartilharam suas experiências e memórias. Sem a colaboração de cada um, este trabalho não seria possível.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, especialmente ao Campus Ibirité e ao Campus Ouro Branco, por proporcionarem um ambiente de formação, pesquisa e desenvolvimento profissional comprometido com uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

Aos colegas do ProfEPT, pelas experiências compartilhadas, pelo companheirismo, pelas conversas, pelo incentivo mútuo e pelos momentos que tornaram esta jornada mais leve e significativa.

À morena, que mora nos meus sonhos, e embora não saiba, ela não imagina o quanto é amada, por seu apoio inabalável e entender o quão importante é essa qualificação profissional.

À Fernanda, ao Pablo e ao Ronilson, parceiros da CBTU, expresso minha sincera gratidão pelo incentivo para que eu ingressasse na graduação e, posteriormente, no mestrado, bem como pelo apoio e pela confiança ao longo dessa trajetória. A convivência com vocês contribuiu de maneira significativa para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Levarei comigo o aprendizado, os exemplos e a gratidão por todo o apoio e pelas experiências compartilhadas.

Ao Wanderson, Christian, Filipe, Gabriel, Edivaldo, Michele, Décio e Claudia, expresso minha sincera gratidão pelo apoio, pela compreensão e pelo incentivo durante o período de afastamento para os estudos, pois eles compreenderam a importância desta etapa da minha formação e contribuíram para que eu pudesse usufruir do afastamento, condição essencial para a realização deste mestrado.

Ao IFMG, expresso minha gratidão por sua política institucional de incentivo à qualificação dos servidores, por meio da concessão de afastamento para estudos. Essa oportunidade permitiu que eu me dedicasse integralmente à minha formação acadêmica. Agradeço pelo apoio oferecido aos servidores que buscam o aprimoramento profissional e acadêmico.

A todos os amigos e às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, oferecendo apoio, incentivo, palavras de encorajamento ou colaboração em diferentes etapas deste percurso.

Por fim, agradeço a todos aqueles que acreditam na Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de transformação social e que, diariamente, dedicam seu trabalho à construção de uma educação pública de excelência. Que esta pesquisa possa contribuir para a preservação da memória institucional do IFMG - Campus Ibirité e inspire novas investigações sobre a história das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

"Não se deve desprezar os pequenos começos.
Tu és mestre em Israel e não compreendes estas coisas?"
Zacarias 4:10 e João 3:10 (ARA).

RESUMO

Esta pesquisa investiga o processo de criação e implementação do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Ibirité, cujas atividades acadêmicas tiveram início em 2018, após um longo processo que remonta a 2008, ano da promulgação da Lei n.º 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O problema de pesquisa consiste em compreender como se configurou o processo de concepção e implementação do campus, no período de 2018 a 2023, e quais desafios e estratégias de superação marcaram essa fase inicial. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, configurada como estudo de caso único, sustentada por pesquisa documental e por história oral, com a realização de entrevistas com quinze sujeitos históricos: gestores, servidores pioneiros, estudantes egressos e representantes da comunidade local. Os resultados indicam que a criação do campus foi marcada por um processo simultaneamente político, improvisado e memorialmente frágil, no qual a atuação de uma equipe voluntária de servidores foi decisiva para a viabilização da unidade em um contexto de recursos escassos e prazos exíguos. Como produto educacional, foi desenvolvido o infográfico institucional "Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG", validado por 35 avaliadores. A pesquisa contribui para a preservação da memória institucional do Campus Ibirité e para a reflexão sobre os processos de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica; IFMG Campus Ibirité; Memória institucional; Relatos de memória; Implantação de campi.

ABSTRACT

This research investigates the process of creation and implementation of the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG) - Ibirité Campus, whose academic activities began in 2018, following a long process dating back to 2008, when Law No. 11.892 established the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. The research problem consists of understanding how the process of conception and implementation of the campus unfolded between 2018 and 2023, and which challenges and coping strategies marked this initial phase. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, configured as a single case study, supported by documentary research and oral history, with interviews conducted with fifteen historical subjects: managers, pioneer staff, alumni, and representatives of the local community. The results indicate that the creation of the campus was marked by a process that was simultaneously political, improvised, and memorially fragile, in which the work of a volunteer team of staff members was decisive for making the unit viable amid scarce resources and tight deadlines. As an educational product, the institutional infographic "Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG" was developed and empirically validated by 35 evaluators. The research contributes to the preservation of the institutional memory of the Ibirité Campus and to the reflection on the expansion processes of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education in Brazil.

Keywords: Professional and Technological Education; IFMG Campus Ibirité; Institutional memory; Memory narratives; Campus implementation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo histórica do IFMG Campus Ibirité (2008-2023)..... 19
Figura 2 - Reprodução parcial da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (art. 1º e art. 2º)..... 41
Figura 3 - Modelo referencial de estrutura organizacional de campus do IFMG…… 42
Figura 4 - Ano de inauguração das unidades do IFMG ……..53
Figura 5 - Distribuição dos campi do IFMG…… 53
Figura 6 - Decreto Municipal nº 2.980/2012, que declarou o terreno de utilidade pública para fins de desapropriação…….. 59
Figura 7 - Lei Municipal nº2.059/2012, que autorizou a doação do terreno ao IFMG com cláusula de reversão automática……. 60
Figura 8 - Certidão de Registro de Imóvel, matrícula n° 26.271, Comarca de Ibirité……..61
Figura 9 - Planta baixa de implantação do Campus Ibirité……..62
Figura 10 - Terraplenagem inicial para a construção do campus……...63
Figura 11 - Estrutura do edifício principal em construção…… 63
Figura 12 - Fachada do edifício principal em fase final de construção……..64
Figura 13 - Edifício principal do Campus Ibirité, concluído……..65
Figura 14 - Portaria MEC n.º 500, de 25 de maio de 2018, que autorizou o funcionamento do Campus Ibirité…… 66
Figura 15 - Portaria IFMG n.º 475/2016, que delega competências aos Diretores Gerais dos campi…… 67
Figura 16 - Portaria IFMG n.º 1.171/2019, de nomeação do Diretor-Geral do Campus Ibirité…… 68
Figura 17 - Cerimônia de inauguração do IFMG - Campus Ibirité (23 de novembro de 2018).....70
Figura 18 - Público presente à cerimônia de inauguração do Campus Ibirité……..71
Figura 19 - Fachada do Campus Ibirité concluído e identificado……72
Figura 20 - Fachada e entorno do Campus Ibirité em novembro de 2018……74
Figura 21 - Alvará de Licença para Construção n.º 059/2021, do ginásio poliesportivo…… 77
Figura 22 - Ginásio poliesportivo do Campus Ibirité concluído……...79
Figura 23 - Solenidade de inauguração do Laboratório de Instalação de Arranjos Fotovoltaicos,13 de setembro de 2023……...79
Figura 24 - Terreno destinado ao Campus Ibirité em abril de 2015, antes da conclusão das obras……96
Figura 25 - Nuvem de palavras gerada a partir das palavras de maior frequência no corpus das entrevistas…….. 113
Figura 26 - Mapa conceitual integrando as sete categorias de análise com as dimensões…… 114
Figura 27 - Capa Infográfico…….. 130
Figura 28 - Vista do campus consolidado na paisagem. Imagem mostrando o complexo educacional do IFMG - Campus Ibirité em funcionamento em março de 2023……138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia histórica do IFMG Campus Ibirité (2008-2023)..... 56
Quadro 2 - Sujeitos históricos da pesquisa…… 84
Quadro 3 - Categorias temáticas de análise (codificação C1-C7)..... 93
Quadro 4 - Relação entre as categorias de codificação (C1-C7) e as categorias narrativas do capítulo 6…… 93
Quadro 5 - Perfil dos entrevistados/pesquisa sobre o IFMG Campus Ibirité…… 94
Quadro 6 - Modelo projetado X realidade na abertura: corpo docente e técnico-administrativo do IFMG - Campus Ibirité…… 101
Quadro 7 - Frequência de menção das categorias temáticas por participante…….. 112
Quadro 8 - Cronologia histórica do IFMG Campus Ibirité - fontes documentais e orais (2008-2023)..... 114
Quadro 9 - Resultados da validação do infográfico Raízes e Rumos por dimensão e afirmação……... 124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAAE Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP Comitê de Ética em Pesquisa
CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica
EAA Escola de Aprendizes Artífices
EAF Escola Agrotécnica Federal
EPT Educação Profissional e Tecnológica
IF Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFB Instituto Federal de Brasília
IFMG Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFNMG Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC Ministério da Educação
PPC Projeto Pedagógico de Curso
ProfEPT Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RMBH Região Metropolitana de Belo Horizonte
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TAE Técnico Administrativo em Educação
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNED Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **14**
2 MEMÓRIAS E HISTÓRIA NA EPT **20**
2.1 Memória e história: conceitos, distinções e articulações 20
2.1.1 A memória como objeto de estudo 20
2.1.2 A memória dividida e as vozes da história 22
2.2 História oral: fundamentos teóricos e implicações metodológicas 23
2.2.1 Origens e consolidação do campo 23
2.2.2 O manual de história oral: procedimentos e ética 24
2.2.3 A escuta sensível e a alteridade 25
2.3 Fontes históricas: crítica, uso e lugar de produção 25
2.4 Lugares de memória e identidade institucional 27
2.4.1 O conceito de lugares de memória 27
2.4.2 Memória, escola e trabalho como lugares de identidade 28
2.5 A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil 28
2.5.1 Das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais 28
2.5.2 A criação dos Institutos Federais 30
2.5.3 Desafios da implementação de novos campi 31
2.6 Memória institucional na EPT: contribuições do ProfEPT 32
2.7 Síntese integradora 34
3 CONTEXTO HISTÓRICO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL **35**
3.1 As origens da educação profissional no Brasil e a dualidade estrutural 35
3.1.1 A marca de origem: educação para os pobres 35
3.1.2 As Escolas de Aprendizes Artífices e seus limites 36
3.1.3 O SENAI e a consolidação do modelo dual 37
3.2 Reformas e rupturas no século XX: da ditadura à redemocratização 38
3.2.1 A profissionalização compulsória da ditadura militar 38
3.2.2 A LDB de 1996 e o Decreto n.º 2.208/1997: nova separação 39
3.2.3 O Decreto n.º 5.154/2004 e a perspectiva da formação integrada 40
3.3 A criação dos Institutos Federais: fundamentos e propósitos 40
3.3.1 A Lei n.º 11.892/2008 e a nova institucionalidade 41
3.3.2 Os Institutos Federais como nova categoria de instituição educacional 43
3.3.3 A tensão entre o projeto original e as condições de implementação 44
3.4 A expansão da Rede Federal: dimensões e impactos 44
3.4.1 A política de expansão e interiorização 44
3.4.2 Impactos regionais e sociais da expansão 45
3.4.3 O contexto de restrição fiscal e seus impactos sobre a Rede 46
3.5 O IFMG: origem, estrutura e expansão em Minas Gerais 47
3.5.1 A constituição do IFMG 47
3.5.2 O IFMG e a Região Metropolitana de Belo Horizonte 52
3.6 Síntese do capítulo 54
4 DA CONCEPÇÃO À INAUGURAÇÃO: A HISTÓRIA DO IFMG-CAMPUS IBIRITÉ (2018-2023) **56**
4.1 O contexto de expansão e a escolha de Ibirité (2008-2012) 57
4.1.1 Ibirité no mapa da expansão federal 57
4.1.2 A doação do terreno e as articulações iniciais 58

4.2 A construção: entre o projeto e a realidade (2014-2018) 62
4.2.1 O início das obras e os desafios da construção 62
4.2.2 O campus que nasceu pronto: uma singularidade na Rede IFMG 64
4.2.3 A constituição da equipe pioneira 66
4.3 A inauguração: 23 de novembro de 2018 69
4.3.1 A solenidade e seus significados 69
4.3.2 O campus como resultado: estrutura física e oferta inicial 71
4.4 Os primeiros anos de funcionamento (2018-2020) 73
4.4.1 A construção cotidiana de uma instituição 73
4.4.2 A relação com a comunidade de Ibirité 74
4.5 O desafio da pandemia e a resiliência institucional (2020-2021) 75
4.6 A consolidação e a expansão da infraestrutura (2022-2023) 76
4.6.1 A Mostra de Profissões e o fortalecimento da identidade 76
4.6.2 As inaugurações de 2023: ginásio e laboratório fotovoltaico 77
4.7 O campus como lugar de memória: síntese e perspectivas analíticas 80
5 METODOLOGIA 81
5.1 Natureza e abordagem da pesquisa 81
5.2 Estratégia de investigação: o estudo de caso 82
5.3 Recorte espaço-temporal 83
5.4 Os sujeitos históricos da pesquisa 83
5.4.1 Critérios de inclusão e exclusão 84
5.5 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados 85
5.5.1 Análise documental 85
5.5.2 Entrevistas semiestruturadas de história oral 86
5.6 Análise dos dados 87
5.7 Critérios de rigor científico 88
5.8 Aspectos éticos 89
5.9 Síntese do percurso metodológico 90
6 VOZES DA MEMÓRIA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS 92
6.1 Os sujeitos e seus lugares de fala 93
6.2 A gênese do campus: entre a política e o improviso 95
6.2.1 A decisão de criar e a escolha do terreno 95
6.2.2 A equipe voluntária das sextas-feiras 98
6.2.3 A batalha pelos códigos de vaga 99
6.3 Os desafios da implantação: da precariedade à resiliência 99
6.3.1 Chegar sem água e sem luz: a precariedade inicial 100
6.3.2 A insuficiência do quadro de servidores como desafio estrutural 100
6.3.3 A parceria com a Prefeitura como suporte fundamental 102
6.3.4 O desafio do acesso e a localização periférica 103
6.4 A construção da identidade institucional 104
6.4.1 A definição do eixo tecnológico e o campus 4.0 104
6.4.2 O espírito pioneiro como elemento constitutivo da identidade 105
6.5 O impacto sobre a comunidade e os egressos 106
6.5.1 A chegada do campus aos olhos da comunidade 106
6.5.2 O campus na perspectiva dos egressos 107

6.6 A memória dividida: tensões, silêncios e perspectivas divergentes 108
6.6.1 A ausência de registro como problema coletivamente reconhecido 108
6.6.2 Perspectivas divergentes: avaliações distintas sobre o legado da fase inicial 110
6.6.3 A pesquisa como ato de memória: o reconhecimento dos sujeitos 111
6.7 Síntese analítica: o que as vozes revelam 112
7 O PRODUTO EDUCACIONAL: RAÍZES E RUMOS-A MEMÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS IBIRITÉ DO IFMG 116
7.1 Justificativa e fundamentos teóricos do produto 116
7.1.1 A memória institucional como objeto e como responsabilidade 116
7.1.2 O infográfico como gênero e como ferramenta pedagógica 117
7.2 Concepção e processo de elaboração 118
7.2.1 A elaboração como processo de pesquisa 118
7.2.2 Decisões de conteúdo e de linguagem 119
7.3 Descrição do produto: estrutura e conteúdo 120
7.3.1 Tela de apresentação 120
7.3.2 Linha do tempo 120
7.3.3 Desafios e estratégias 121
7.3.4 Galeria histórica e vozes da memória 121
7.3.5 Encerramento 122
7.4 Decisões tecnológicas 122
7.5 Avaliação e validação do produto 123
7.5.1 Processo e participantes da validação 123
7.5.2 Resultados da validação por dimensão 124
7.5.3 Análise dos resultados 125
7.5.4 Síntese avaliativa e implicações para o produto final 126
7.6 Perspectivas de uso e difusão 127
7.7 Síntese do capítulo 131
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 131
8.1 Retomada da pergunta norteadora: o que a pesquisa revelou 131
8.2 Contribuições do estudo 133
8.3 Limitações da pesquisa 134
8.4 Perspectivas para pesquisas futuras e recomendações institucionais 135
8.5 Uma palavra final: sobre a memória como ato político 137
REFERÊNCIAS 139
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL 143
APÊNDICE B - TCLE 144
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS MEMÓRIA IFMG IBIRITÉ - COMUNIDADE ACADÊMICA E LOCAL 147
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS MEMÓRIA IFMG IBIRITÉ - PRIMEIROS SERVIDORES DO CAMPUS 148
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS MEMÓRIA IFMG IBIRITÉ - GESTORES 150
APÊNDICE F - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 151
APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL E TERMO DE CIÊNCIA DE QUESTIONÁRIO ANÔNIMO ELETRÔNICO 153

1 INTRODUÇÃO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formalizada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, representa um dos marcos mais significativos das políticas públicas voltadas à democratização e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Com a proposta de articular, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão, essas instituições foram concebidas como espaços de formação cidadã, de produção de conhecimento e de desenvolvimento regional, rompendo com a lógica fragmentada que historicamente separou a educação propedêutica da formação para o trabalho (BRASIL, 2008; RAMOS, 2014).

No estado de Minas Gerais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) emergiu como uma das instituições mais representativas dessa nova configuração educacional, com campi distribuídos por diversas regiões do estado. Entre essas unidades, o IFMG - Campus Ibirité ocupa posição singular na trajetória da Rede Federal: foi o primeiro campus do IFMG a iniciar suas atividades acadêmicas somente após a conclusão de sua estrutura pedagógica, ao contrário dos demais campi que, em regra, começam a funcionar em instalações provisórias (MACHADO; OLIVEIRA, 2015). Essa particularidade confere à história do Campus Ibirité um caráter inédito no âmbito da própria instituição, tornando-a objeto de investigação relevante e necessária.

A implantação de um novo campus da Rede Federal configura-se como um processo multifacetado, que envolve articulação política, planejamento institucional, alocação de recursos, construção de infraestrutura e consolidação de uma identidade organizacional. Cada uma dessas dimensões é permeada por experiências, tensões, decisões e aprendizados que, se não registrados e analisados sistematicamente, correm o risco de se perder com o tempo, privando as gerações futuras de um acervo de grande valor institucional e histórico (LE GOFF, 1996; PORTELLI, 1998).

A preservação da memória institucional, nesse sentido, não deve ser compreendida como um exercício nostálgico ou meramente arquivístico. Conforme argumenta Le Goff (1996), a memória é um campo dinâmico e disputado, permeado por seleções, reconstruções e apagamentos, que serve tanto à construção de

identidades coletivas quanto à orientação de práticas e decisões futuras. Da mesma forma, Portelli (1998) destaca que as narrativas orais dos sujeitos envolvidos em processos históricos revelam não apenas fatos, mas também emoções, interpretações e significados que enriquecem a compreensão dos fenômenos investigados. É nessa articulação entre história documentada e memória vivida que a presente pesquisa se inscreve.

A história recente de muitos campi da Rede Federal ainda não foi sistematicamente registrada. Documentos institucionais dispersos, fotografias sem catalogação, relatos orais não transcritos e memórias de servidores pioneiros que deixam a instituição ao longo do tempo compõem um acervo frágil e vulnerável à dispersão irreversível. No caso específico do IFMG - Campus Ibirité, cujas atividades acadêmicas tiveram início apenas em 2018, após um longo processo que remonta ao ano de 2008 com a inclusão do município no plano de expansão da Rede Federal, essa fragilidade é particularmente evidente.

Diante desse contexto, o presente estudo orienta-se pela seguinte pergunta norteadora: Como se constituíram, no período de 2018 a 2023, o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, quais foram os principais desafios enfrentados pelos atores institucionais envolvidos e de que forma as experiências desse processo foram registradas, preservadas e ressignificadas como memória institucional?

A formulação dessa pergunta resulta da compreensão de que história e memória, embora distintas enquanto categorias analíticas, são dimensões complementares e indissociáveis na reconstituição de trajetórias institucionais. A história, enquanto disciplina, busca a reconstrução crítica e fundamentada dos fatos a partir de fontes primárias e secundárias. A memória, por sua vez, ancora-se nas experiências subjetivas dos sujeitos, nas narrativas individuais e coletivas que atribuem sentido aos acontecimentos vividos (RICOEUR, 2007; HALBWACHS, 2006). Integrar essas duas dimensões é, portanto, uma escolha teórica e metodológica deliberada desta pesquisa.

A relevância desta pesquisa se sustenta em três dimensões fundamentais: a urgência do registro, a singularidade do caso e a pertinência acadêmica.

Em primeiro lugar, justifica-se pela urgência em registrar e analisar a memória institucional relacionada à fase inicial do Campus Ibirité. O tempo age sobre a

memória: servidores pioneiros se aposentam, documentos se deterioram, fotografias perdem contexto e relatos orais se transformam ou desaparecem. A pesquisa se apresenta, portanto, como um ato de preservação de um patrimônio imaterial insubstituível, cujo valor não se restringe ao campus em questão, mas se estende ao campo mais amplo da gestão educacional na Rede Federal (NORA, 1993).

Em segundo lugar, a singularidade do caso confere à pesquisa um potencial analítico diferenciado. O fato de o Campus Ibirité ter aguardado a conclusão de sua estrutura física para iniciar as atividades, contrariando a prática corrente na Rede IFMG, levanta questões relevantes sobre os impactos desse modelo no processo de institucionalização, na formação da cultura organizacional e na construção da identidade do campus. Compreender como essa particularidade moldou os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pode oferecer subsídios valiosos para futuras implantações (DINIZ, 2013; SOUZA, 2017).

Em terceiro lugar, a pesquisa se alinha diretamente aos objetivos do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que demanda investigações aplicadas, voltadas à compreensão e ao aprimoramento das práticas da EPT. Ao articular memória institucional, história oral e análise documental no campo da educação profissional, o estudo contribui para o avanço do conhecimento no âmbito do programa, em diálogo com pesquisas anteriores que investigaram trajetórias semelhantes em outros campi da Rede Federal (SILVA; BARBOSA, 2021; CINDRA, 2024).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, no período de 2018 a 2023, com foco nos desafios enfrentados, nas estratégias de superação adotadas e nas formas pelas quais as experiências desse processo foram registradas e preservadas como memória institucional, a partir da análise documental e das narrativas dos principais atores institucionais envolvidos.

Para o alcance do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) contextualizar historicamente o processo de criação do IFMG - Campus Ibirité, considerando as motivações políticas, sociais e educacionais que fundamentaram sua implantação no âmbito da expansão da Rede Federal;

b) identificar os principais desafios enfrentados durante o processo de implementação, com atenção às dimensões de infraestrutura, gestão institucional, constituição do corpo docente e integração com a comunidade local;

c) analisar as estratégias institucionais e colaborativas adotadas para a superação dos obstáculos encontrados na fase inicial de funcionamento;

d) mapear e interpretar as percepções, experiências e aprendizados dos sujeitos diretamente envolvidos na criação e implementação do campus, por meio de entrevistas semiestruturadas com base nos princípios da história oral;

e) desenvolver um produto educacional, na forma de infográfico institucional, com vistas à preservação da memória da implantação do IFMG - Campus Ibirité e à valorização do patrimônio histórico-educacional da instituição.

Toda pesquisa é produzida por um sujeito situado histórica e socialmente, cujas experiências de vida, trajetória profissional e vínculos institucionais inevitavelmente incidem sobre as escolhas teóricas, metodológicas e interpretativas do estudo. Reconhecer essa dimensão não é uma fragilidade da pesquisa qualitativa, mas uma exigência ética e epistemológica que confere honestidade e transparência ao trabalho científico (MINAYO, 2007).

O autor desta dissertação é servidor técnico-administrativo do IFMG- Campus Ibirité, tendo vivenciado parte do processo de consolidação do campus em sua fase inicial. Esse vínculo institucional constitui, ao mesmo tempo, um recurso e um desafio: por um lado, facilita o acesso às fontes, aos sujeitos e às dinâmicas internas da instituição; por outro, exige um cuidado permanente com a distância analítica necessária à produção de conhecimento rigoroso e fundamentado. Ao longo desta pesquisa, esse equilíbrio foi buscado por meio da triangulação de dados, da escuta qualificada e do diálogo crítico com o referencial teórico adotado.

A motivação para investigar a história e a memória do Campus Ibirité nasce, portanto, dessa experiência vivida, do reconhecimento de que uma instituição ainda jovem e pouco conhecida na própria região em que está inserida merece ter sua trajetória sistematicamente registrada, analisada e celebrada. É nesse espírito que a presente pesquisa se propõe a contribuir.

Esta pesquisa está organizada em oito capítulos. O presente capítulo introdutório apresenta a contextualização do tema, o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos e a relação do pesquisador com o objeto de estudo.

O Capítulo 2 desenvolve o referencial teórico que sustenta a investigação, articulando os eixos da memória e da história, da história oral como método, das fontes históricas, dos lugares de memória e da trajetória da EPT no Brasil. O Capítulo 3 apresenta o contexto histórico mais amplo, abordando a história da EPT no Brasil, a criação dos Institutos Federais e o processo de expansão do IFMG, com ênfase na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no município de Ibirité. O Capítulo 4 reconstitui, com base em fontes documentais e registros históricos, o processo que vai da concepção à inauguração do Campus Ibirité, entre 2008 e 2018. O Capítulo 5 descreve a metodologia adotada, detalhando a abordagem qualitativa, o estudo de caso único, os instrumentos de coleta de dados, os sujeitos históricos da pesquisa, os procedimentos analíticos e os aspectos éticos.

O Capítulo 6 analisa as narrativas produzidas nas entrevistas semiestruturadas, organizando os dados em categorias temáticas emergentes relativas aos desafios, às superações e às memórias dos sujeitos envolvidos. O Capítulo 7 descreve o produto educacional desenvolvido, o infográfico institucional interativo intitulado "Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG", e apresenta os resultados de sua validação. O Capítulo 8, por fim, reúne as considerações finais, retomando a pergunta norteadora, sintetizando os principais achados e apontando perspectivas para pesquisas futuras.

A Figura 1 apresenta a linha do tempo geral do processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, sintetizando os principais marcos históricos do período 2008-2023.

Figura 1 - Linha do tempo histórica do IFMG Campus Ibirité (2008–2023)



Fonte: Elaborado pelo autor com I.A. (2026), com base em Brasil (2008); escritura de doação do terreno (2013); IFMG (2018); MEC (2018).

2 MEMÓRIAS E HISTÓRIA NA EPT

A construção desta pesquisa parte do reconhecimento de que investigar o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité implica mobilizar, simultaneamente, categorias da teoria da memória, da história oral, da crítica das fontes históricas e da história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Esses eixos não se sobrepõem nem se substituem; ao contrário, articulam-se de forma complementar, oferecendo ao estudo a densidade teórica necessária para compreender, em toda a sua complexidade, uma trajetória institucional ainda em processo de construção e reconhecimento.

O presente capítulo está organizado em seis seções. A primeira discute as relações entre memória e história a partir de autores clássicos e contemporâneos do campo. A segunda aborda a história oral como perspectiva metodológica privilegiada para o tipo de investigação aqui proposta. A terceira trata do estatuto das fontes históricas e dos procedimentos necessários à sua crítica. A quarta mobiliza o conceito de lugares de memória e sua aplicação ao campo educacional. A quinta reconstitui, em linhas gerais, a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. A sexta, por fim, situa a pesquisa no âmbito das investigações sobre memória institucional produzidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

2.1 Memória e história: conceitos, distinções e articulações

2.1.1 A memória como objeto de estudo

A memória ocupa, nas ciências humanas contemporâneas, uma posição de crescente centralidade. Longe de ser um depósito passivo de lembranças, ela se afirma como um fenômeno ativo, seletivo e socialmente condicionado, por meio do qual indivíduos e grupos reconstroem continuamente o passado à luz do presente. Compreendê-la em sua complexidade exige o diálogo com uma tradição intelectual que, ao longo do século XX, foi progressivamente refinando seus instrumentos conceituais e metodológicos.

Maurice Halbwachs (2006), sociólogo francês e discípulo de Émile Durkheim, foi um dos primeiros pensadores a sistematizar o estudo da memória coletiva. Para

Halbwachs, toda memória, mesmo aquela que se apresenta como estritamente individual, é sustentada por quadros sociais, grupos, instituições, redes de relações, sem os quais o ato de lembrar seria impossível. A memória individual não existe de forma autônoma; ela se ancora em referências compartilhadas, em narrativas coletivas, em rituais e comemorações que mantêm vivo o vínculo entre os membros de um grupo e seu passado comum. Essa perspectiva é de especial relevância para a presente pesquisa, na medida em que a memória do IFMG - Campus Ibirité é, antes de tudo, uma memória coletiva, construída pelos sujeitos que vivenciaram juntos o processo de implantação da instituição.

A contribuição de Halbwachs, no entanto, não está isenta de limitações. Ao enfatizar a dimensão coletiva da memória, o autor tende a minimizar os conflitos, as disputas e as vozes dissonantes que atravessam qualquer processo de construção memorial. É nesse ponto que a perspectiva de Jacques Le Goff (1996) se torna indispensável. Para Le Goff, a memória coletiva é um campo de poder e de luta: o que é lembrado e o que é esquecido, o que é celebrado e o que é silenciado, refletem sempre interesses políticos, ideológicos e culturais específicos. A memória, nesse sentido, não é apenas um espelho do passado, mas um instrumento de construção do presente e de legitimação do futuro.

Le Goff (1996) distingue, ainda, a memória da história enquanto disciplina. A memória é subjetiva, fragmentária, afetiva e vulnerável aos processos de distorção e reinterpretação. A história, por sua vez, busca uma abordagem analítica, crítica e fundamentada em evidências, comprometida com a reconstituição rigorosa dos fatos. Essa distinção, porém, não implica hierarquia: a história tem na memória uma de suas fontes fundamentais, e a memória, por sua vez, é sempre atravessada pelos quadros interpretativos que a historiografia produz. A relação entre as duas dimensões é, portanto, de mútua constituição e tensão produtiva.

Paul Ricoeur (2007), em sua obra seminal A memória, a história, o esquecimento, aprofunda essa articulação em uma perspectiva fenomenológica e hermenêutica. Para Ricoeur, a memória é a matriz do tempo: é por meio dela que o ser humano se relaciona com o passado, não como algo simplesmente dado, mas como algo que precisa ser constantemente reapropriado e reinterpretado. O esquecimento, longe de ser apenas uma falha da memória, é também uma condição de possibilidade do lembrar: para que algumas coisas sejam preservadas, outras

precisam ser deixadas para trás. Essa dialética entre memória e esquecimento tem implicações diretas para a pesquisa sobre instituições recentes, cujos registros históricos são ainda incompletos e sujeitos a lacunas significativas.

Ricoeur (2007) introduz, ademais, a noção de identidade narrativa: a ideia de que indivíduos e instituições constroem sua identidade por meio de narrativas que integram o passado, o presente e as expectativas de futuro em uma unidade coerente de sentido. Aplicada ao caso do IFMG - Campus Ibirité, essa noção sugere que a construção da identidade institucional do campus é inseparável da forma como sua história vem sendo narrada, e que a ausência de uma narrativa sistematizada representa um risco real para a coesão identitária da comunidade acadêmica.

François Hartog (2011), por sua vez, contribui com o conceito de regimes de historicidade, que designa as diferentes formas pelas quais uma sociedade ou instituição articula as dimensões do passado, do presente e do futuro. No regime que denomina presentismo, predominante nas sociedades contemporâneas, o presente tende a absorver o passado e o futuro, tornando-se seu próprio horizonte e produzindo uma urgência que pode dificultar a preservação da memória. Transpor esse conceito para o âmbito institucional permite compreender por que a história do IFMG - Campus Ibirité ainda não foi sistematicamente registrada e quais obstáculos precisam ser superados nesse processo.

2.1.2 A memória dividida e as vozes da história

Uma das contribuições mais instigantes para o estudo da memória em contextos institucionais vem do historiador italiano Alessandro Portelli (1997; 1998). Portelli é um dos mais importantes representantes da história oral contemporânea e se distingue pela atenção que dedica às dimensões subjetivas e intersubjetivas da memória. Em seu estudo sobre o massacre de Civitella Val di Chiana, Portelli (1998) demonstrou que o mesmo evento histórico pode gerar narrativas radicalmente distintas entre diferentes grupos de sobreviventes e descendentes, dependendo de suas posições sociais, de seus vínculos afetivos e dos quadros interpretativos disponíveis em cada contexto.

A esse fenômeno, Portelli (1997) denomina memória dividida: a coexistência, dentro de um mesmo grupo ou instituição, de versões divergentes e por vezes conflitantes sobre o passado compartilhado. Longe de ser um problema a ser eliminado, a memória dividida é, para Portelli, uma riqueza analítica: ela revela as tensões, os poderes e os silêncios que atravessam qualquer processo de construção memorial. No contexto desta pesquisa, é provável que as narrativas de gestores, servidores pioneiros, estudantes das primeiras turmas e representantes da comunidade local apresentem ênfases, interpretações e avaliações distintas sobre o processo de implantação do campus. Identificar e analisar essas divergências é parte fundamental do trabalho investigativo.

Portelli (1997) destaca, ainda, que a oralidade é um instrumento privilegiado de resistência e de preservação de memórias marginalizadas ou subalternas. Narrativas que não encontram espaço nos documentos oficiais, as dificuldades cotidianas, os conflitos interpessoais, as improvisações necessárias, os momentos de frustração e de alegria, sobrevivem na fala dos sujeitos e só podem ser acessadas por meio de uma escuta atenta, respeitosa e metodologicamente orientada. É essa a promessa da história oral, à qual a presente pesquisa se filia.

2.2 História oral: fundamentos teóricos e implicações metodológicas

2.2.1 Origens e consolidação do campo

A história oral consolidou-se como campo disciplinar a partir da segunda metade do século XX, em resposta a um duplo movimento: a crítica ao positivismo histórico, com sua ênfase exclusiva nas fontes escritas e nos grandes eventos protagonizados por elites, e a crescente valorização das experiências e vozes dos sujeitos comuns, daqueles que habitualmente não deixam rastros nos arquivos oficiais (THOMPSON, 1992).

Paul Thompson (1992), em A voz do passado, obra fundadora da história oral na tradição britânica, argumenta que a incorporação de testemunhos orais à pesquisa histórica representa uma democratização radical do conhecimento: ela permite que trabalhadores, mulheres, migrantes, habitantes de periferias e membros de comunidades marginalizadas se tornem sujeitos ativos da história, e não apenas objetos passivos de narrativas produzidas por outros. Thompson demonstra, com

base em extenso trabalho empírico, que as entrevistas de história oral são fontes tão legítimas e rigorosas quanto os documentos escritos, desde que tratadas com os devidos cuidados metodológicos.

No Brasil, a história oral se desenvolveu de forma significativa a partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionada pelo movimento de redemocratização e pela necessidade de recuperar memórias silenciadas durante o período da ditadura militar. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) tornou-se uma das principais referências nacionais, acumulando um extenso acervo de entrevistas com personalidades da história política, econômica e cultural do país (ALBERTI, 2005).

2.2.2 O manual de história oral: procedimentos e ética

Verena Alberti (2005), em seu Manual de história oral, oferece um guia sistemático e detalhado sobre como planejar, conduzir e analisar entrevistas de história oral. A autora distingue a história oral de outras formas de entrevista, jornalística, clínica, sociológica, pela sua especificidade temporal: a história oral trata do passado vivido, das experiências e memórias que os sujeitos carregam sobre eventos, processos e contextos que ajudaram a construir.

Alberti (2005) organiza o trabalho de história oral em três grandes momentos. O primeiro é o da preparação, que envolve a definição do projeto, a identificação dos entrevistados, a pesquisa sobre o contexto histórico a ser investigado e a elaboração do roteiro de entrevistas. O segundo é o da realização das entrevistas, que requer do pesquisador uma postura de escuta ativa, de respeito à narrativa do entrevistado e de habilidade para aprofundar temas relevantes sem impor direções predeterminadas. O terceiro é o do tratamento e análise do material, que inclui a transcrição, a revisão, a categorização temática e a interpretação crítica dos depoimentos à luz do referencial teórico adotado.

Um aspecto central destacado por Alberti (2005) é a dimensão ética da história oral. O entrevistado não é um informante passivo, mas um sujeito que confia ao pesquisador suas memórias, suas interpretações e, frequentemente, suas vulnerabilidades. O compromisso com a confidencialidade, com o consentimento informado, com a devolução dos resultados e com o respeito à dignidade dos

participantes não é apenas uma exigência normativa, mas uma condição de possibilidade do próprio trabalho: sem confiança, não há relato; sem relato, não há história oral.

2.2.3 A escuta sensível e a alteridade

Eduardo Coutinho, documentarista brasileiro reconhecido internacionalmente por filmes como Edifício Master e Jogo de Cena, desenvolveu ao longo de sua trajetória uma reflexão profunda sobre o que denomina escuta sensível da alteridade. Em texto publicado na Revista Projeto História (1997), Coutinho argumenta que ouvir o outro em toda a sua singularidade, estranheza e irredutibilidade é um ato que exige do entrevistador a disposição para suspender seus próprios quadros de referência e abrir-se genuinamente para o que o outro tem a dizer, mesmo que isso contradiga expectativas, hipóteses ou convicções prévias.

Essa perspectiva tem implicações metodológicas diretas para a presente pesquisa. Ao entrevistar gestores, servidores, estudantes e membros da comunidade local sobre o processo de criação do Campus Ibirité, o pesquisador não busca confirmar uma narrativa previamente estabelecida, mas construir, a partir da pluralidade de vozes, uma compreensão mais rica e matizada do fenômeno investigado. A escuta sensível é, nesse sentido, um antídoto contra o risco de que a proximidade do pesquisador com o objeto, ele próprio servidor do campus, produza uma narrativa excessivamente homogênea ou celebratória.

Cléria Botelho da Costa (2014), em A escuta do outro: os dilemas da interpretação, aprofunda essa reflexão ao discutir os desafios hermenêuticos que se colocam ao pesquisador de história oral. Para a autora, interpretar um depoimento oral não é apenas extrair informações de um texto, mas compreender o contexto em que foi produzido, as motivações do narrador, as escolhas linguísticas que faz e os silêncios que revelam tanto quanto as palavras. Essa dimensão interpretativa, longe de ser um obstáculo ao rigor científico, é constitutiva do próprio método.

2.3 Fontes históricas: crítica, uso e lugar de produção

Toda pesquisa histórica é uma pesquisa sobre fontes. A questão não é apenas quais fontes existem, mas o que elas são, quem as produziu, em que condições, com qual finalidade e por que foram preservadas. Ignorar essas perguntas é tratar a fonte como um espelho transparente da realidade, quando ela é, na verdade, um artefato social carregado de intencionalidades, perspectivas e limitações (BARROS, 2012a).

José d'Assunção Barros (2012a; 2012b) é um dos principais autores brasileiros dedicados à teoria e à metodologia da história, com especial atenção ao estatuto das fontes históricas. Em A fonte histórica e seu lugar de produção, Barros (2012a) propõe que toda fonte deve ser analisada a partir de um conjunto de perguntas fundamentais: Quem a produziu? Em que contexto institucional, político e cultural foi gerada? Com qual objetivo explícito e implícito? Para qual público foi destinada? Por que foi conservada e não descartada? Quais interesses sua preservação serve?

Essas questões são especialmente relevantes para a presente pesquisa, que trabalha com uma diversidade de fontes: portarias ministeriais, atas de reuniões, projetos arquitetônicos, registros fotográficos, notícias institucionais e depoimentos orais. Cada uma dessas fontes obedece a lógicas distintas de produção e preservação. Uma portaria ministerial, por exemplo, é um documento oficial produzido por um aparato burocrático com finalidades normativas específicas; ela registra decisões, mas silencia sobre os processos de negociação, resistência e improviso que as precederam. Uma fotografia de inauguração, por sua vez, é uma fonte visual que constrói uma determinada memória do evento, necessariamente seletiva, enquadrada e orientada para uma audiência específica.

Barros (2012b), em Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos, amplia essa reflexão ao discutir a pluralidade de tipos de fontes disponíveis ao historiador: escritas, orais, visuais, materiais, digitais e os procedimentos específicos de análise que cada uma demanda. O autor defende uma postura de diálogo crítico com as fontes: nem a credulidade ingênua que aceita tudo que a fonte afirma, nem o ceticismo paralisante que desconfia de tudo, mas uma leitura atenta que busca identificar, ao mesmo tempo, o que a fonte diz, o que ela silencia e o que ela revela inadvertidamente.

No contexto desta pesquisa, a crítica das fontes não é um procedimento meramente técnico, mas uma dimensão ética e epistemológica fundamental. Ao trabalhar com documentos institucionais produzidos pelo próprio IFMG: relatórios de gestão, notícias do site, registros fotográficos oficiais, o pesquisador precisa estar atento ao fato de que esses documentos foram produzidos com finalidades de comunicação institucional, o que tende a privilegiar narrativas de sucesso e a silenciar sobre dificuldades, conflitos e fracassos. A triangulação com os depoimentos orais, que frequentemente revelam o que os documentos oficiais omitem, é o principal instrumento para superar essa limitação.

2.4 Lugares de memória e identidade institucional

2.4.1 O conceito de lugares de memória

Pierre Nora (1993), historiador francês, elaborou o conceito de lugares de memória em um contexto marcado pelo que ele diagnosticou como a aceleração da história e o enfraquecimento dos meios de memória, aquelas comunidades tradicionais que transmitiam o passado de geração em geração de forma espontânea e viva. Quando a memória deixa de ser vivida e passa a ser apenas arquivada, surgem os lugares de memória: espaços, objetos, datas, rituais e símbolos que cristalizam e preservam artificialmente aquilo que não se transmite mais de forma natural.

Os lugares de memória não são apenas lugares físicos, embora possam sê-lo, como monumentos, museus e arquivos. São, mais amplamente, qualquer ponto de ancoragem da memória coletiva: uma data comemorativa, um hino, um documento fundador, uma fotografia icônica, uma narrativa de origem. O que os caracteriza é a tríplice dimensão que Nora (1993) lhes atribui: são materiais, na medida em que têm uma existência física ou concreta; são funcionais, na medida em que servem à transmissão e à preservação da memória; e são simbólicos, na medida em que condensam significados que vão além de sua materialidade imediata.

Aplicado ao IFMG - Campus Ibirité, o conceito de lugares de memória permite identificar quais elementos da trajetória do campus já funcionam ou poderiam funcionar, como pontos de ancoragem da memória institucional. A fotografia da

cerimônia de inauguração, em que aparecem o diretor do campus, o prefeito de Ibirité, o Ministro da Educação e o Reitor do IFMG, é um exemplo de lugar de memória visual. O prédio pedagógico, com sua arquitetura de seis pavimentos construída antes do início das atividades, é um lugar de memória material. A Portaria MEC n.º 500/2018, que autorizou o funcionamento do campus, é um lugar de memória documental. A sistematização e a valorização desses lugares é um dos objetivos centrais do produto educacional proposto nesta pesquisa.

2.4.2 Memória, escola e trabalho como lugares de identidade

Maria Ciavatta (2005), em A formação integrada, a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade, aplica o conceito de Nora ao campo específico da educação profissional. Para Ciavatta, as instituições de ensino profissional são, por excelência, lugares de memória e de identidade: elas concentram trajetórias de vida, projetos de futuro e experiências de formação que marcam profundamente os sujeitos que por elas passam. A escola profissional não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos técnicos; é um espaço de construção de identidades, de formação de vínculos e de elaboração de sentidos sobre o mundo do trabalho e sobre o papel do trabalhador na sociedade.

Essa perspectiva é especialmente pertinente para o IFMG - Campus Ibirité, que atende uma população predominantemente jovem, oriunda de comunidades de baixa renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para muitos desses estudantes, o ingresso no campus representa não apenas uma oportunidade de qualificação profissional, mas um marco biográfico significativo, a primeira experiência em uma instituição federal de ensino, o primeiro contato com um ambiente de pesquisa e extensão, a primeira formação que articula trabalho e cidadania. Registrar e preservar essas experiências é parte do trabalho de reconhecimento institucional que esta pesquisa se propõe a realizar.

2.5 A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

2.5.1 Das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil possui uma história longa e marcada por contradições que refletem as tensões estruturais da sociedade brasileira: entre inclusão e exclusão, entre formação humanista e formação para o mercado, entre autonomia pedagógica e controle político. Compreender essa história é condição necessária para situar o IFMG - Campus Ibirité em seu contexto mais amplo e para avaliar o significado de sua criação no quadro das políticas educacionais contemporâneas.

O marco inaugural da educação profissional pública no Brasil é, convencionalmente, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), em 1909, pelo Decreto n. º 7.566, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha. Estabelecidas em dezenove capitais estaduais, essas escolas foram concebidas para oferecer ensino profissional primário e gratuito a jovens de famílias pobres, com o objetivo explícito de afastá-los da ociosidade e do crime e de formar mão de obra para o setor produtivo em expansão (BRASIL, 1909; RAMOS, 2014). A criação das EAA revela, desde o início, a ambiguidade que marcaria toda a trajetória da EPT no Brasil: a tensão entre a educação como direito e a educação como instrumento de controle social e de formação de força de trabalho para o capital.

Com o processo de industrialização acelerada do Estado Novo, a educação profissional passou por uma profunda reorganização. Em 1942, o governo Vargas criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-Lei n.º 4.048, vinculando a formação profissional diretamente às demandas do setor industrial e ao controle das confederações empresariais. Ao contrário das EAA, o SENAI não se apresentava como uma instituição de direito público universal, mas como um serviço privado financiado por contribuição compulsória das empresas industriais (SAVIANI, 2008). Essa diferença estrutural marcou uma ruptura significativa na concepção da EPT: a educação profissional passou a ser tratada, cada vez mais, como um serviço ao mercado, e não como um direito do trabalhador.

O período da Ditadura Militar (1964-1985) aprofundou essa tendência por meio da Lei n.º 5.692/1971, que instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de segundo grau. A medida revelou-se um fracasso: as escolas públicas não tinham infraestrutura para oferecer formação técnica de qualidade, os empregadores não absorveram os egressos como esperado e os estudantes resistiram à restrição de suas possibilidades de acesso ao ensino superior (CUNHA,

2014; SAVIANI, 2008). Em 1982, a Lei n.º 7.044 revogou a obrigatoriedade, permitindo que o ensino médio retomasse seu caráter propedêutico. O episódio ilustra, com clareza, os limites de políticas educacionais que subordinam a formação às demandas imediatas do mercado sem considerar as aspirações dos sujeitos e as condições reais das instituições.

A partir da redemocratização, a EPT passou por novos ciclos de reformas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, separou o ensino médio da formação profissional e abriu espaço para a criação de cursos técnicos concomitantes e subsequentes. O Decreto n.º 2.208/1997, do governo Fernando Henrique Cardoso, aprofundou essa separação, proibindo a integração entre o ensino médio propedêutico e a formação técnica. Essa medida foi amplamente criticada por educadores e pesquisadores da área, que a viam como um retrocesso em relação à perspectiva de formação integral dos trabalhadores (RAMOS, 2014).

A reversão desse modelo veio com o governo Lula, que revogou o Decreto n.º 2.208/1997 e editou, em 2004, o Decreto n.º 5.154, permitindo novamente a integração entre o ensino médio e a formação técnica. Essa mudança abriu caminho para a concepção pedagógica que passaria a orientar os Institutos Federais: a formação omnilateral, que articula o domínio técnico ao desenvolvimento intelectual, cultural e cidadão dos estudantes, recusando a dicotomia entre saber fazer e saber pensar (SAVIANI, 2007).

2.5.2 A criação dos Institutos Federais

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formalizada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, representou a mais ampla e ambiciosa reorganização da Rede Federal de Educação Profissional em toda a história brasileira. A lei transformou trinta e um Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), setenta e cinco Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs), trinta e nove Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), sete Escolas Técnicas Federais e oito escolas vinculadas a universidades em trinta e oito novos Institutos Federais, organizados em um modelo multicampi com autonomia administrativa e jurídica (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais foram concebidos com uma missão educacional ampla e diversificada: oferecer cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação, articulando ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis. Essa multiplicidade de ofertas, que aproxima os IFs das universidades sem torná-los universidades, reflete uma concepção de educação profissional que recusa a fragmentação e aposta na formação integral dos sujeitos (MACHADO; OLIVEIRA, 2015).

A expansão da Rede Federal foi geograficamente orientada para a interiorização: prioridade foi dada à criação de campi em regiões historicamente excluídas dos benefícios da educação pública federal, especialmente as áreas rurais, as periferias urbanas e as regiões Norte e Nordeste do país. Até 2016, a Rede Federal contava com mais de seiscentos campi distribuídos por todos os estados brasileiros, representando um aumento de mais de quatro vezes em relação ao número de unidades existentes em 2002 (LIMA; PEREIRA, 2019).

No estado de Minas Gerais, o IFMG foi constituído pela integração dos CEFETs de Bambuí e Ouro Preto, das UNEDs de Formiga e Congonhas e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista. A partir de 2008, o instituto expandiu progressivamente sua rede de campi, chegando a dezoito unidades distribuídas por diferentes regiões do estado. O Campus Ibirité, autorizado pela Portaria MEC n.º 500, de 25 de maio de 2018, e inaugurado em novembro do mesmo ano, foi a décima oitava unidade do IFMG a entrar em funcionamento (BRASIL, 2018).

2.5.3 Desafios da implementação de novos campi

A literatura sobre a implementação de novos campi da Rede Federal é ainda relativamente escassa, mas os estudos disponíveis convergem na identificação de um conjunto de desafios recorrentes: a adequação da infraestrutura física às necessidades pedagógicas, a contratação e fixação de servidores em municípios que nem sempre oferecem condições atrativas de trabalho e moradia, a construção de projetos pedagógicos contextualizados às demandas locais, e o estabelecimento de vínculos de confiança e colaboração com as comunidades receptoras (DINIZ, 2013; SOUZA, 2017).

Lima e Pereira (2019) destacam que os desafios financeiros são particularmente agudos na fase inicial: os orçamentos destinados aos novos campi frequentemente não cobrem todas as necessidades de instalação e funcionamento, exigindo dos gestores capacidade de improviso, de negociação com a Reitoria e com o MEC, e de mobilização de recursos alternativos por meio de parcerias e convênios. Essa condição de precariedade inicial não é exceção, mas regra no processo de expansão da Rede Federal, e compreendê-la em profundidade é um dos objetivos centrais desta pesquisa.

Machado e Oliveira (2015) ressaltam, ainda, que a consolidação de um campus não depende apenas de recursos materiais e humanos, mas da construção de uma cultura institucional que articule os valores e princípios dos Institutos Federais às especificidades do território em que estão inseridos. Essa cultura não emerge automaticamente: ela precisa ser construída, negociada e cultivada pelos sujeitos que habitam cotidianamente a instituição. A memória das origens, dos desafios superados, das conquistas celebradas, dos erros reconhecidos, é um dos elementos fundamentais dessa construção cultural.

2.6 Memória institucional na EPT: contribuições do ProfEPT

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), criado em 2017 em rede nacional com a participação de diversas instituições federais de ensino, tem produzido, desde seus primeiros anos de funcionamento, um acervo crescente de pesquisas sobre a memória institucional dos Institutos Federais e da Rede Federal de Educação Profissional. Esse acervo constitui um campo de referência fundamental para o presente estudo.

Thiago de Faria e Silva e Xenia Castro Barbosa (2021), em Reflexões sobre as memórias da EPT: apontamentos teórico-metodológicos e panorama das pesquisas desenvolvidas no ProfEPT (2019-2021), mapearam as dissertações produzidas no programa que abordam a temática da memória, identificando tendências, lacunas e desafios metodológicos. Os autores constatam que as pesquisas sobre memória na EPT tendem a privilegiar fontes documentais em detrimento da história oral, e que o diálogo com os referenciais teóricos da historiografia, especialmente com autores como Le Goff, Portelli e Halbwachs, ainda

é incipiente em muitos trabalhos. Essa constatação reforça a relevância de uma abordagem que integre, como se propõe nesta dissertação, a análise documental e a história oral em um quadro teórico consistente.

Érika de Lima Martins Cindra (2024), em sua dissertação sobre as memórias do IFMG - Campus Santa Luzia, oferece um caso de estudo particularmente próximo ao objeto desta pesquisa. Cindra investigou o processo de implantação e os primeiros anos de funcionamento do Campus Santa Luzia, utilizando como instrumentos principais a análise documental e as entrevistas com servidores pioneiros. Seus resultados evidenciam a riqueza das narrativas orais como fonte histórica e a importância de registrá-las antes que o distanciamento temporal e a rotatividade dos servidores tornem esse registro impossível. A dissertação de Cindra é, portanto, uma referência de diálogo e de diferenciação para o presente estudo: o Campus Ibirité compartilha com o Campus Santa Luzia a condição de unidade recente do IFMG, mas apresenta a singularidade já mencionada de ter iniciado suas atividades somente após a conclusão de sua estrutura física.

Rosiane Magalhães de Lima, em sua dissertação sobre as culturas escolares do IFC Blumenau a partir da análise fotográfica, demonstra o potencial das fontes visuais como instrumentos de preservação e comunicação da memória institucional. O produto educacional desenvolvido por Lima: uma exposição fotográfica que reconstituiu visualmente a trajetória do campus é uma referência relevante para o infográfico institucional proposto como produto desta pesquisa, que também incorpora imagens do acervo do Campus Ibirité como elementos narrativos e memorialísticos.

O diálogo com essas pesquisas anteriores não é apenas uma exigência de revisão bibliográfica: é uma forma de inscrever esta dissertação em uma comunidade de prática, de reconhecer as contribuições de quem veio antes e de identificar com precisão o que este estudo pretende acrescentar. A pesquisa sobre o IFMG - Campus Ibirité se situa, portanto, em um campo em construção, ao qual espera contribuir com um estudo de caso rigoroso, metodologicamente fundamentado e comprometido com a valorização da memória como prática de gestão, de identidade e de resistência institucional.

2.7 Síntese integradora

Os seis eixos teóricos desenvolvidos neste capítulo não constituem compartimentos estanques, mas dimensões complementares de uma mesma perspectiva epistemológica: a compreensão de que o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité é, ao mesmo tempo, um acontecimento histórico documentável e uma experiência vivida que se deposita na memória dos sujeitos que a protagonizaram.

A teoria da memória com Le Goff, Halbwachs, Portelli, Ricoeur e Hartog, fornece os conceitos necessários para analisar como o passado do campus é lembrado, esquecido, narrado e disputado. A história oral com Thompson, Alberti e Coutinho, oferece os fundamentos metodológicos para acessar essas memórias de forma ética e rigorosa. A crítica das fontes com José d'Assunção Barros, garante o tratamento metodológico adequado dos documentos institucionais consultados. Os lugares de memória com Nora e Ciavatta, orientam a concepção do produto educacional e a reflexão sobre a função identitária da memória institucional. A história da EPT fornece o contexto mais amplo no qual a trajetória do campus se insere. E as pesquisas do ProfEPT situam este estudo em um campo acadêmico específico, em relação ao qual ele pretende contribuir de forma original.

É dessa articulação que emerge a perspectiva teórica desta dissertação: uma história que não prescinde da memória, e uma memória que não dispensa o rigor da história.

3 CONTEXTO HISTÓRICO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL

Compreender o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité exige, antes de tudo, situar esse evento em seu contexto histórico mais amplo. A existência do campus não é um fato isolado: ela é o resultado de um longo processo de construção, disputas e transformações das políticas de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, que remonta ao início do século XX e atravessa diferentes regimes políticos, modelos econômicos e projetos de sociedade. Recuperar essa trajetória é condição necessária para compreender o significado da criação de um campus federal em um município da periferia metropolitana de Belo Horizonte no ano de 2018.

Este capítulo está organizado em cinco seções. A primeira discute as origens da educação profissional no Brasil e a dualidade estrutural que a marcou desde o início. A segunda analisa as principais reformas e rupturas que atravessaram o campo da EPT ao longo do século XX. A terceira examina o processo de criação dos Institutos Federais em 2008 e seus fundamentos pedagógicos e políticos. A quarta aborda a expansão da Rede Federal e seus impactos regionais. A quinta, por fim, situa o IFMG em sua trajetória específica no contexto mineiro.

3.1 As origens da educação profissional no Brasil e a dualidade estrutural

3.1.1 A marca de origem: educação para os pobres

A educação profissional no Brasil nasce marcada por uma contradição que a acompanhará por mais de um século: ela surge não como uma resposta às aspirações de formação dos trabalhadores, mas como um instrumento de controle social e de gestão da pobreza urbana. O Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) em dezenove capitais estaduais, é explícito em seus objetivos: a formação de mão de obra para o setor produtivo e o afastamento dos jovens pobres do ócio, do vício e do crime (BRASIL, 1909).

Essa marca de origem não é um detalhe histórico menor: ela revela a lógica que estruturou, desde o início, a divisão entre dois tipos de educação no Brasil. De

um lado, a educação propedêutica, de caráter humanístico e científico, destinada às elites e voltada para o acesso ao ensino superior e às profissões liberais. De outro, a educação profissional, de caráter técnico e prático, destinada aos filhos das classes trabalhadoras e voltada para a inserção imediata no mercado de trabalho. Essa dualidade não era apenas pedagógica: ela refletia e reproduzia a hierarquia social, associando a formação intelectual às classes dirigentes e o trabalho manual às classes subalternas (KUENZER, 2007; SAVIANI, 2007).

Ciavatta (2005) e Ramos (2014) denominam essa divisão de dualidade estrutural da educação brasileira, destacando que ela não foi superada em nenhum dos grandes ciclos de reforma educacional do século XX. Em cada momento histórico, ela se reproduz sob novas formas, adaptando-se às transformações do capitalismo e às demandas do mercado de trabalho, mas mantendo intacto seu núcleo: a separação entre os que pensam e os que executam, entre os que dirigem e os que obedecem, entre os que têm acesso ao conhecimento teórico e os que precisam se contentar com o saber fazer.

Compreender essa dualidade é fundamental para avaliar, criticamente, o que representou a criação dos Institutos Federais em 2008: uma ruptura com essa lógica histórica, ao propor uma formação que articula trabalho, ciência, tecnologia e cultura em uma perspectiva omnilateral? Ou uma nova versão, mais sofisticada e bem-intencionada, da mesma lógica de contenção social por meio da formação técnica? Essa tensão não resolvida perpassa toda a história da EPT no Brasil e continuará presente nas análises desenvolvidas ao longo desta dissertação.

3.1.2 As Escolas de Aprendizes Artífices e seus limites

As Escolas de Aprendizes Artífices funcionavam sob a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e não do Ministério da Instrução Pública, o que já revela a concepção que as orientava: elas eram vistas como instrumentos de política econômica e social, e não como instituições educacionais propriamente ditas. Ofereciam cursos de ofícios manuais como marcenaria, sapataria, alfaiataria e tipografia, com ênfase na aprendizagem prática e na disciplina do trabalho (BRASIL, 1909; RAMOS, 2014).

Apesar das intenções declaradas, as EAA enfrentaram, desde o início, problemas estruturais significativos: falta de recursos, precariedade das instalações, dificuldade em atrair professores qualificados e baixa demanda por parte das famílias trabalhadoras, que muitas vezes precisavam do trabalho dos filhos para complementar a renda familiar. Essas dificuldades revelam uma contradição fundamental: uma política voltada para os pobres, mas que não levava em conta as condições reais de vida da população que pretendia atender (LIMA; PEREIRA, 2019).

A transformação das EAA em Liceus Industriais, em 1937, e destes em Escolas Industriais e Técnicas, em 1942, refletiu a intensificação do processo de industrialização e a necessidade de uma formação técnica mais sistemática e articulada às demandas do setor produtivo. A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei n.º 4.073/1942) estabeleceu as bases de um sistema de ensino técnico-industrial que, embora mais estruturado, mantinha a separação em relação ao ensino secundário regular, impedindo os egressos das escolas técnicas de prosseguir nos estudos superiores (SAVIANI, 2008).

3.1.3 O SENAI e a consolidação do modelo dual

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, pelo Decreto-Lei n.º 4.048, representou um marco no modelo de educação profissional brasileiro. O SENAI foi concebido como uma instituição privada, financiada por contribuição compulsória das empresas industriais e gerida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o objetivo explícito de formar mão de obra qualificada para atender às demandas do setor produtivo (BRASIL, 1942).

O modelo do SENAI aprofundou a lógica dual da educação brasileira, ao criar um sistema paralelo de formação profissional, completamente apartado do sistema público de ensino e diretamente subordinado aos interesses do capital industrial. Ao contrário das EAA, que tinham uma vocação ao menos retoricamente inclusiva, o SENAI era assumidamente um serviço às empresas: sua missão era produzir trabalhadores qualificados para a indústria, no menor tempo e com o menor custo possíveis (GUIMARÃES, 2020).

A crítica a esse modelo que, Saviani (2007) denomina pedagogia das competências, reside na sua instrumentalização da educação: ao subordinar a formação às demandas imediatas do mercado, ela sacrifica o desenvolvimento integral do sujeito em favor da adaptação ao posto de trabalho. O trabalhador formado nessa lógica é um ser fragmentado: competente tecnicamente, mas privado das ferramentas intelectuais e culturais que lhe permitiriam compreender criticamente o mundo em que vive e transformar as condições de sua própria existência.

3.2 Reformas e rupturas no século XX: da ditadura à redemocratização

3.2.1 A profissionalização compulsória da ditadura militar

O período da Ditadura Militar (1964-1985) introduziu uma das mais controversas políticas de educação profissional da história brasileira: a profissionalização universal e compulsória do ensino de segundo grau, estabelecida pela Lei n.º 5.692/1971. Por meio dessa lei, todo o ensino médio brasileiro foi transformado em ensino técnico-profissionalizante, eliminando os cursos de natureza propedêutica e redirecionando os jovens para a formação técnica de nível médio.

Os objetivos da medida eram duplos, como demonstram Cunha (2014) e Saviani (2008): por um lado, atender à demanda por mão de obra técnica gerada pelo chamado milagre econômico dos anos 1970; por outro, reduzir a pressão social por vagas nas universidades e afastar a juventude de uma formação que estimulasse o pensamento crítico e a mobilização política. Em um regime que temia a universidade como espaço de resistência, a profissionalização compulsória era, também, uma estratégia de controle ideológico.

A política revelou-se, na prática, um fracasso de grandes proporções. As escolas públicas não possuíam infraestrutura, equipamentos nem professores qualificados para oferecer formação técnica de qualidade. Os empregadores recusavam-se a reconhecer os diplomas emitidos por essas escolas, preferindo contratar egressos do SENAI ou candidatos com formação superior. Os estudantes resistiam à imposição, buscando por todos os meios o acesso ao ensino superior. O Parecer n.º 76/1975 do Conselho Federal de Educação já flexibilizava a aplicação da

lei, e a Lei n.º 7.044/1982 revogou definitivamente a obrigatoriedade, permitindo o retorno do ensino médio propedêutico (CUNHA, 2014).

O episódio da profissionalização compulsória é rico em lições para a política educacional contemporânea. Ele demonstra que a imposição de modelos formativos que ignoram as aspirações dos sujeitos e as condições reais das instituições tende ao fracasso, independentemente da magnitude dos recursos investidos e da autoridade do poder que as impõe. Demonstra, também, que a educação profissional não pode ser reduzida a um instrumento de política econômica ou de controle social: ela precisa ser concebida como um direito dos trabalhadores, articulado a um projeto mais amplo de desenvolvimento humano e de justiça social.

3.2.2 A LDB de 1996 e o Decreto n.º 2.208/1997: nova separação

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, representou, em tese, um avanço significativo para a educação brasileira: ela estabeleceu os princípios de uma educação nacional integrada, democrática e de qualidade, articulando os diferentes níveis e modalidades de ensino em um sistema coerente. Para a educação profissional, a LDB abriu espaço para uma formação que articulasse os conhecimentos técnicos às competências para a cidadania (BRASIL, 1996).

No entanto, o Decreto n.º 2.208/1997, editado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, contrariou o espírito integrador da LDB ao proibir a oferta do ensino médio integrado à formação técnica, exigindo a separação entre as duas modalidades. A medida foi fortemente influenciada pelas orientações dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, que defendiam a segmentação da educação como condição para a racionalização dos gastos públicos e a adequação da formação às demandas do mercado (RAMOS, 2014).

O resultado foi uma nova versão da dualidade estrutural: o ensino médio voltou a ser exclusivamente propedêutico para quem buscava o acesso ao ensino superior, enquanto a formação técnica, agora ofertada em cursos concomitantes ou subsequentes, era destinada àqueles que precisavam entrar rapidamente no mercado de trabalho. A crítica de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) é precisa: o

decreto restaurou, sob nova roupagem, a lógica da escola de dois andares: um para os filhos das elites, outro para os filhos dos trabalhadores.

3.2.3 O Decreto n.º 5.154/2004 e a perspectiva da formação integrada

A chegada do governo Lula ao poder, em 2003, abriu espaço para uma reorientação significativa da política de educação profissional. O Decreto n.º 5.154, editado em 2004, revogou o Decreto n.º 2.208/1997 e restabeleceu a possibilidade de oferta do ensino médio integrado à formação técnica, inaugurando uma nova perspectiva para a EPT no Brasil.

O conceito de ensino médio integrado, que passou a orientar as políticas federais de educação profissional, não é apenas uma mudança de organização curricular: ele expressa uma concepção radicalmente diferente de formação humana. Fundamentado na tradição marxista da pedagogia histórico-crítica e na perspectiva gramsciana da escola unitária, o ensino médio integrado propõe uma formação que articula, de forma indissociável, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como dimensões constitutivas da experiência humana (RAMOS, 2014; SAVIANI, 2007).

Para Saviani (2007), essa perspectiva denominada formação omnilateral, recusa a dicotomia entre o saber teórico e o saber prático, entre a cultura humanística e a cultura técnica, entre o trabalhador e o cidadão. Ela parte da compreensão de que o trabalho é uma atividade ontologicamente constituinte do ser humano, a forma específica pela qual os seres humanos transformam a natureza e a si mesmos e que, portanto, a formação para o trabalho não pode ser separada da formação para a vida em sua totalidade.

Essa perspectiva teórica constituiu o fundamento pedagógico sobre o qual os Institutos Federais foram concebidos em 2008. Compreendê-la é essencial para avaliar em que medida a criação do IFMG - Campus Ibirité representa, na prática, uma materialização desses princípios e em que medida as contradições e limitações do processo de implementação desafiam ou comprometem essa ambição formativa.

3.3 A criação dos Institutos Federais: fundamentos e propósitos

3.3.1 A Lei n.º 11.892/2008 e a nova institucionalidade

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formalizada pela Lei n. º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi o resultado de um processo de debates, negociações e disputas que envolveu gestores federais, educadores, sindicatos, pesquisadores e representantes das instituições da Rede Federal. A concepção que orientou esse processo foi sistematizada em documentos produzidos pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes (BRASIL, 2008).

Figura 2 - Reprodução parcial da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (art. 1º e art. 2º)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

(Vide Decreto nº 7.022, de 2009)

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

~~IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.~~

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)

V - Colégio Pedro II. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

~~Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.~~

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3º A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Art. 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 4º-A. O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

CAPÍTULO II

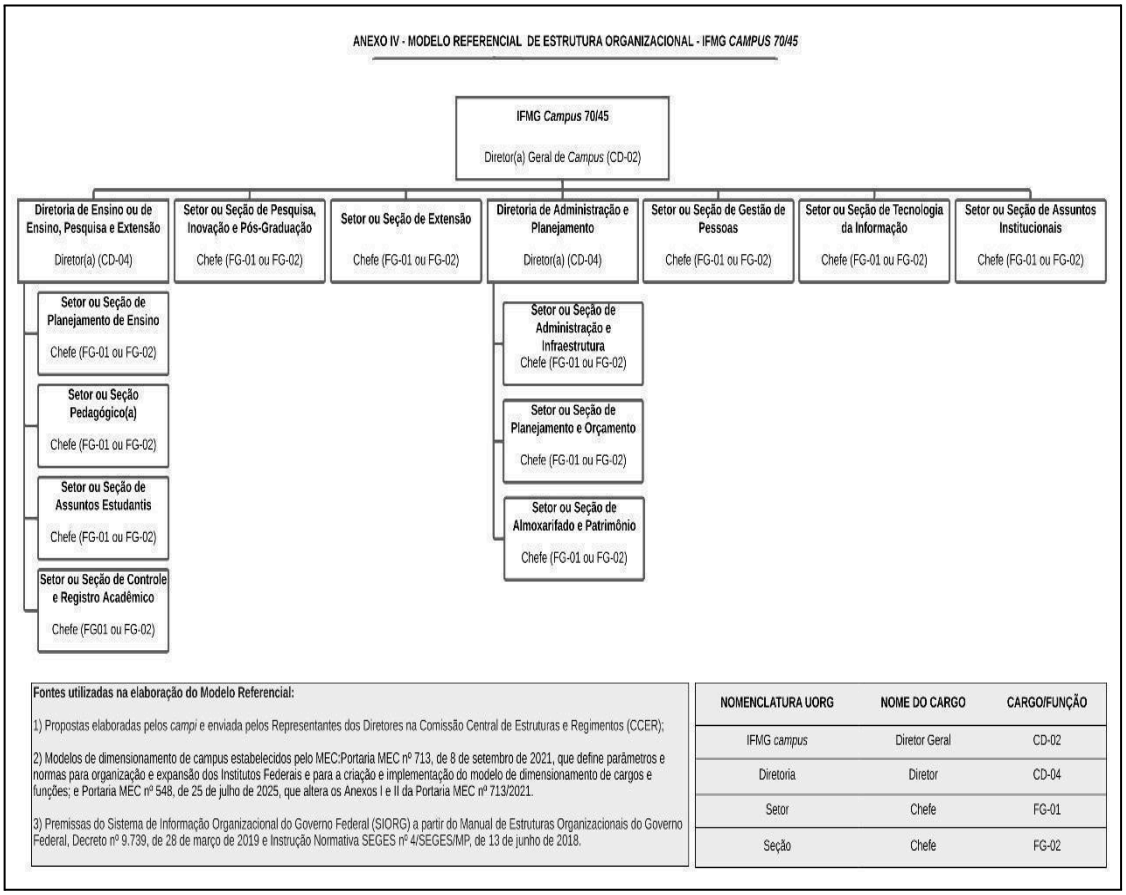
DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Seção I

Fonte: Brasil (2008). Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 2024.

A lei transformou trinta e um Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), setenta e cinco Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs), trinta e nove Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), sete Escolas Técnicas Federais e oito escolas vinculadas a universidades em trinta e oito Institutos Federais, organizados em um modelo multicampi com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008). Essa autonomia, antes exclusiva das universidades, conferiu aos Institutos Federais a prerrogativa de criar e extinguir cursos, emitir diplomas e certificados e definir seus projetos pedagógicos sem a necessidade de aprovação prévia por instâncias superiores.

Figura 3 - Modelo referencial de estrutura organizacional de campus do IFMG.



Fonte: IFMG (2020)

A estrutura organizacional dos Institutos Federais é definida em torno de uma Reitoria, responsável pela coordenação geral das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e de um conjunto de pró-reitorias temáticas. Os campi, dotados de direção própria, têm relativa autonomia na gestão de suas atividades, mas se submetem às diretrizes gerais estabelecidas pela Reitoria e pelo Conselho Superior de cada

instituto. Esse modelo multicampi é, ao mesmo tempo, uma força e uma fragilidade: permite a capilaridade territorial necessária para a interiorização da educação federal, mas gera tensões permanentes entre as demandas locais de cada campus e as diretrizes institucionais centralizadas.

3.3.2 Os Institutos Federais como nova categoria de instituição educacional

Os Institutos Federais não são universidades, embora compartilhem com elas a autonomia e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Não são CEFETs, embora sejam seus herdeiros diretos. Não são escolas técnicas tradicionais, embora a formação técnica continue sendo uma de suas missões centrais. Eles constituem, como argumenta Pacheco (2010), uma nova categoria de instituição educacional, singular no cenário brasileiro e, em muitos aspectos, sem equivalente no mundo, que se propõe a articular, em um mesmo espaço institucional, a educação básica, a educação profissional e a educação superior.

A verticalização do ensino, a oferta simultânea de cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação é uma das características mais distintivas dos Institutos Federais. Ela permite que um estudante que inicia sua trajetória em um curso técnico possa, se assim desejar, prosseguir seus estudos até o mais alto nível de formação acadêmica sem precisar sair da mesma instituição. Essa continuidade formativa é, em si mesma, uma resposta à dualidade estrutural: ela recusa a ideia de que a formação técnica é um caminho sem saída e afirma que o trabalhador tem o direito de desenvolver plenamente suas capacidades intelectuais e profissionais.

A missão dos Institutos Federais, conforme definida pela Lei n. º 11.892/2008, inclui ainda o compromisso com a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, especialmente em articulação com o setor produtivo local e regional. Esse compromisso é distinto da pesquisa básica que orienta as universidades: ele busca a produção de conhecimento diretamente aplicável à solução de problemas concretos do território, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que os campi estão inseridos.

3.3.3 A tensão entre o projeto original e as condições de implementação

A ambição do projeto dos Institutos Federais é inegável. No entanto, entre o projeto pedagógico e sua materialização nas condições concretas de cada campus, existe uma distância significativa que a literatura tem progressivamente documentado. Lima e Pereira (2019) identificam um conjunto de contradições estruturais que desafiam a realização plena dos princípios que orientaram a criação dos IFs: a insuficiência de recursos para a manutenção e a expansão das atividades; a dificuldade em atrair e fixar docentes qualificados em municípios do interior; a pressão do mercado de trabalho sobre os currículos, que tende a reduzir a formação integrada à sua dimensão técnica; e a fragilidade das políticas de permanência estudantil, que compromete o acesso e a conclusão dos cursos por parte dos estudantes mais vulneráveis.

Machado e Oliveira (2015) destacam, ainda, a tensão entre a vocação interiorana dos Institutos Federais e a lógica de concentração de recursos que tende a privilegiar os campi mais antigos e mais bem estabelecidos em detrimento das unidades mais recentes e periféricas. Essa tensão é especialmente relevante para o caso do IFMG - Campus Ibirité, criado mais de uma década após a implantação dos campi originais do instituto e obrigado a construir sua identidade e sua capacidade institucional em um contexto de restrição fiscal crescente.

Essas contradições não invalidam o projeto dos Institutos Federais; elas revelam, antes, a complexidade de qualquer processo de mudança educacional que pretende enfrentar desigualdades estruturais por meio de políticas públicas. A avaliação crítica dessas contradições é, precisamente, uma das contribuições que esta dissertação pretende oferecer, ao documentar como elas se manifestaram no caso específico do Campus Ibirité e como os atores institucionais encontraram formas de enfrentá-las.

3.4 A expansão da Rede Federal: dimensões e impactos

3.4.1 A política de expansão e interiorização

A criação dos Institutos Federais em 2008 foi acompanhada de uma ambiciosa política de expansão da Rede Federal, que transformou radicalmente a presença da educação federal no território brasileiro. Entre 2003 e 2016, o número de campi da Rede Federal passou de 140 para mais de 650, representando um crescimento de mais de quatro vezes em menos de quinze anos. Esse processo de expansão foi articulado em três fases: a primeira, iniciada em 2006, com foco na criação de novos campi nas regiões Norte e Nordeste; a segunda, a partir de 2007, com ênfase nas periferias das grandes cidades e nos municípios com potencial de desenvolvimento regional; e a terceira, após 2011, com a continuidade da interiorização e a consolidação da rede já existente (LIMA; PEREIRA, 2019).

A orientação geográfica da expansão não foi aleatória: ela seguiu critérios técnicos que consideravam o potencial de desenvolvimento regional, a demanda por educação profissional, a existência de arranjos produtivos locais e a capacidade do município receptor de oferecer as condições mínimas necessárias para a implantação do campus, especialmente a disponibilidade de terreno. Essa última exigência revelou-se, em muitos casos, um fator determinante para a localização dos campi, como se verá no caso do Campus Ibirité, cuja implantação dependeu da doação de terreno pelo município.

Souza (2017) destaca que a política de expansão, apesar de seus resultados expressivos em termos quantitativos, enfrentou críticas quanto à sua capacidade de responder às especificidades locais e de garantir a qualidade da formação oferecida. A velocidade da expansão gerou, em muitos casos, uma pressão sobre as instituições para que abrissem novos campi antes de terem condições ideais de infraestrutura, pessoal e organização pedagógica, reproduzindo, paradoxalmente, as condições de precariedade que a política pretendia superar.

3.4.2 Impactos regionais e sociais da expansão

Os impactos da expansão da Rede Federal sobre o desenvolvimento regional e social do Brasil são amplamente documentados na literatura, embora sua avaliação seja objeto de debate. Do ponto de vista quantitativo, os números são expressivos: centenas de municípios que nunca haviam contado com uma instituição federal de ensino passaram a ter acesso à educação profissional e tecnológica de

qualidade; dezenas de milhares de jovens de famílias de baixa renda ingressaram em cursos técnicos e superiores que de outra forma seriam inacessíveis; e regiões historicamente negligenciadas pelo poder público federal viram surgir em seu território instituições que se tornaram, rapidamente, referências de educação e de desenvolvimento local (MACHADO; OLIVEIRA, 2015).

Do ponto de vista qualitativo, os impactos são mais complexos e contraditórios. A simples presença de um campus federal em um município não garante automaticamente a democratização do acesso, a elevação dos indicadores educacionais ou o desenvolvimento econômico local. Esses resultados dependem de uma série de condições: a adequação da oferta de cursos às demandas e vocações do território; a existência de políticas de assistência estudantil capazes de garantir a permanência dos estudantes mais vulneráveis; a construção de vínculos efetivos entre o campus e a comunidade local; e a continuidade das políticas públicas que sustentam financeiramente as instituições ao longo do tempo (DINIZ, 2013).

Lima e Pereira (2019) ressaltam, ainda, que o impacto da presença de um campus federal vai além dos indicadores educacionais: ele se manifesta na dinâmica econômica do município, no mercado de trabalho local, na cultura e na autoestima da comunidade. A chegada de um instituto federal a uma cidade pequena ou a um bairro periférico de uma metrópole não é apenas a instalação de uma escola: é a presença do Estado em um território que historicamente foi privado de investimentos públicos em educação e cultura. Esse significado simbólico é, em si mesmo, um dado analítico de primeira ordem.

3.4.3 O contexto de restrição fiscal e seus impactos sobre a Rede

A partir de 2015, a política de expansão da Rede Federal foi progressivamente impactada pelo contexto de restrição fiscal que passou a dominar o cenário econômico e político brasileiro. A aprovação da Emenda Constitucional n. º 95/2016, que estabeleceu um teto para os gastos públicos federais por vinte anos, teve consequências diretas sobre o orçamento das instituições federais de ensino, comprometendo a conclusão de obras em andamento, a contratação de novos servidores e a manutenção das atividades acadêmicas (LIMA; PEREIRA, 2019).

Para os campi mais recentes, criados após 2015, esse contexto foi especialmente desafiador: eles precisaram iniciar suas atividades com orçamentos reduzidos, quadros de servidores incompletos e infraestruturas parcialmente concluídas, em um ambiente institucional marcado pela incerteza e pela descontinuidade das políticas públicas. O IFMG - Campus Ibirité, inaugurado em 2018 em pleno contexto de restrição fiscal, vivenciou diretamente esses desafios, que serão analisados em profundidade no Capítulo 4.

A análise desse contexto não tem por objetivo relativizar ou minimizar os avanços representados pela criação dos Institutos Federais. Tem, antes, o propósito de situar esses avanços em sua complexidade real: eles foram obtidos em condições adversas, por meio do esforço coletivo de servidores, gestores e comunidades que acreditaram no projeto e trabalharam para materializá-lo apesar dos obstáculos. É esse esforço e a memória que dele se construiu que esta pesquisa pretende recuperar e valorizar.

3.5 O IFMG: origem, estrutura e expansão em Minas Gerais

3.5.1 A constituição do IFMG

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais foi constituído pela Lei n. º 11.892/2008 a partir da integração de instituições preexistentes: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí (CEFET Bambuí), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (CEFET Ouro Preto), as Unidades de Ensino Descentralizadas de Formiga e Congonhas, e a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista (BRASIL, 2008). Essa integração reuniu em uma única instituição tradições, culturas organizacionais e perfis de formação bastante distintos, o que gerou, desde o início, desafios consideráveis de integração e de construção de uma identidade institucional comum.

A Reitoria do IFMG foi instalada em Belo Horizonte, centralizando as funções de coordenação administrativa e pedagógica da rede. Ao longo dos anos seguintes, o instituto expandiu progressivamente sua presença no território mineiro, criando novos campi em municípios das mais diversas regiões do estado. Em 2018, com a inauguração do Campus Ibirité, o IFMG chegou a dezoito unidades, distribuídas por

regiões que vão do norte ao sul do estado, do interior à Região Metropolitana de Belo Horizonte (MACHADO; OLIVEIRA, 2015).

Minas Gerais é o único estado brasileiro que abriga cinco Institutos Federais distintos: além do IFMG, o estado conta com o Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IF Sul de Minas) e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Essa pluralidade institucional reflete tanto a extensão territorial e a diversidade regional do estado quanto às especificidades históricas das instituições que compuseram cada um dos institutos.

O processo de unificação administrativa enfrentou desafios significativos, como a padronização de normas acadêmicas, a integração de sistemas de informação e a criação de uma cultura institucional comum. A Reitoria, embora localizada na capital, buscou manter uma gestão democrática e participativa, respeitando as especificidades de cada campus. A elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi um marco nesse processo, definindo a missão, a visão e os valores que guiariam o IFMG em sua trajetória de expansão e consolidação.

A trajetória do IFMG é composta pela soma das histórias individuais de seus campi, que variam desde instituições centenárias até unidades criadas recentemente no processo de expansão.

a) Campus Bambuí: A origem do Campus Bambuí remonta a 1949, com a criação da Fazenda Varginha e do Posto Agropecuário, subordinado ao Ministério da Agricultura. A iniciativa partiu do bambuiense Dr. João de Oliveira, que vislumbrou a necessidade de modernização da agricultura local. Em 1964, a unidade foi transformada em Ginásio Agrícola pelo Decreto nº 53.558 e, posteriormente, em Colégio Agrícola. O primeiro diretor, Guy Tôrres, foi peça fundamental na estruturação pedagógica da escola, focando na formação de tratoristas e técnicos agrícolas. Em 1979, tornou-se a Escola Agrotécnica Federal de Bambuí (EAFBí). Com a Lei nº 11.892/2008, a instituição foi integrada ao IFMG. O campus é referência nacional em ciências agrárias, mantendo uma infraestrutura de fazenda-escola que integra o ensino técnico à produção agropecuária regional. Atualmente, oferece cursos que vão do técnico em agropecuária ao mestrado em sustentabilidade, demonstrando a verticalização do ensino. O campus também se

destaca pela produção de queijos e derivados, integrando a tradição local com a inovação tecnológica.

b) Campus Ouro Preto: Um dos pilares históricos do IFMG, o Campus Ouro Preto foi criado em 15 de maio de 1944 como Escola Técnica de Ouro Preto, vinculada à rede federal de ensino técnico. Em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP). Sua trajetória está intrinsecamente ligada à mineração e à metalurgia, setores vitais para a economia mineira. Em 2002, foi transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-OP), o que permitiu a oferta de cursos superiores. A unidade destaca-se pela preservação do patrimônio histórico e pela oferta de cursos que atendem à demanda industrial da Região dos Inconfidentes. O campus é um dos maiores do IFMG em número de alunos e diversidade de cursos, sendo um polo de cultura e tecnologia na cidade histórica. Além da mineração, o campus oferece cursos em áreas como gastronomia, turismo e conservação e restauro, refletindo a vocação cultural de Ouro Preto.

c) Campus São João Evangelista: Criado em 1951 como Escola de Iniciação Agrícola de São João Evangelista, a unidade nasceu com a missão de formar trabalhadores para o campo no Vale do Rio Doce. Ao longo das décadas, evoluiu para Escola Agrotécnica Federal (EAFSJE), consolidando-se como um centro de excelência em agropecuária e silvicultura. Em 2021, o campus celebrou 70 anos de história, marcados pela formação de gerações de técnicos que atuam em todo o Brasil. Sua integração ao IFMG em 2008 permitiu a expansão para cursos superiores, como Agronomia e Sistemas de Informação, mantendo sua forte relação com o desenvolvimento rural e a preservação ambiental. O campus possui uma vasta área experimental, onde são desenvolvidas pesquisas em melhoramento genético e manejo sustentável de solos, beneficiando os produtores rurais da região.

d) Campus Congonhas: O Campus Congonhas iniciou suas atividades em 13 de março de 2006 como uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do CEFET Ouro Preto. Localizado em uma região de intensa atividade mineradora, o campus foi concebido para atender à demanda por técnicos qualificados para as grandes mineradoras da região, como a Vale e a CSN. Com a criação do IFMG, a unidade ganhou autonomia e expandiu sua oferta de cursos nas áreas de mecânica, mineração e edificações. O campus é reconhecido pela forte integração com o setor

produtivo e pela alta empregabilidade de seus egressos. A unidade também desenvolve projetos de extensão voltados para a segurança do trabalho e a gestão ambiental em áreas de mineração, contribuindo para a sustentabilidade do setor.

e) Campus Formiga: A unidade de Formiga também teve sua origem vinculada ao CEFET Ouro Preto, integrando o plano de expansão da rede federal iniciado em 2003. O campus consolidou-se como um polo tecnológico na região do Centro-Oeste mineiro, com destaque para as áreas de informática e gestão. Sua trajetória é marcada pela forte integração com a comunidade local e pelo impacto positivo na formação de profissionais para o setor de serviços e tecnologia. A oferta de cursos superiores em Ciência da Computação e Engenharia Elétrica colocou Formiga no mapa da inovação tecnológica estadual. O campus mantém parcerias com empresas de software da região, promovendo estágios e projetos de pesquisa aplicada que dinamizam a economia local.

f) Campus Governador Valadares: Diferente das unidades anteriores, o Campus Governador Valadares foi criado diretamente no âmbito da Fase II da Expansão da Rede Federal. A pedra fundamental foi lançada em 9 de outubro de 2009, e as atividades letivas iniciaram-se em 2010. A unidade preencheu um vácuo histórico de ensino técnico federal no Leste de Minas, oferecendo cursos em áreas estratégicas como engenharia civil, gestão ambiental e segurança do trabalho. O campus tem desempenhado um papel crucial na mitigação dos impactos socioeconômicos da região, especialmente após o desastre ambiental da Samarco, atuando em projetos de recuperação e monitoramento ambiental. A presença do IFMG em Valadares também contribui para a fixação de jovens talentos na região, reduzindo a migração para grandes centros urbanos.

g) Campus Ouro Branco: Criado em 2008 como UNED do CEFET Ouro Preto, o Campus Ouro Branco nasceu para atender ao complexo siderúrgico da região, especialmente a Gerdau Açominas. A unidade destaca-se pela oferta de cursos técnicos e superiores voltados para a metalurgia e a administração, desempenhando um papel crucial na qualificação da mão de obra local e na promoção do desenvolvimento industrial sustentável. O campus é um exemplo de como a educação técnica pode ser integrada aos grandes projetos industriais, garantindo que a riqueza gerada pela mineração se traduza em conhecimento para a população

local. Além da metalurgia, o campus investe em cursos de informática e sistemas de informação, diversificando a base econômica da cidade.

h) Campus Sabará: O Campus Sabará foi instituído em 2008, também como parte da expansão vinculada ao CEFET Ouro Preto. Localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o campus foca nas áreas de tecnologia da informação e logística, aproveitando a vocação econômica da região. Sua trajetória é marcada pela superação de desafios de infraestrutura e pela consolidação como um importante centro de formação técnica para a Grande BH. O campus tem se destacado em competições de robótica e inovação, atraindo jovens talentos da região metropolitana. A unidade também desenvolve projetos de extensão voltados para a inclusão digital de idosos e a capacitação de pequenos empreendedores locais.

i) Campus Santa Luzia: Criado na Fase III da Expansão da Rede Federal, o Campus Santa Luzia iniciou suas atividades em 2011. A unidade especializou-se na área de infraestrutura e construção civil, oferecendo cursos de edificações e engenharia civil. Sua localização estratégica permite atender a uma vasta região da Grande BH, integrando o ensino técnico às demandas do setor de construção urbana. O campus possui laboratórios de ponta que servem tanto ao ensino quanto à prestação de serviços tecnológicos para a comunidade. A unidade também se destaca pela pesquisa em materiais de construção sustentáveis, buscando reduzir o impacto ambiental das obras civis.

j) Campus Ribeirão das Neves: Iniciou suas atividades em março de 2011 como um Campus Avançado, vinculado à Reitoria. Em 2016, conquistou sua autonomia institucional como campus pleno. A unidade tem um papel social fundamental, atuando em uma das cidades com menores índices de desenvolvimento humano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O campus oferece cursos em administração e logística, focando na inclusão social e na transformação da realidade local. A presença do IFMG em Ribeirão das Neves é um símbolo de esperança e mobilidade social para uma juventude muitas vezes marginalizada. O campus desenvolve projetos de economia solidária e apoio ao empreendedorismo periférico, fortalecendo a rede social local.

k) Campi Avançados: Arcos, Ipatinga, Itabirito e Piumhi Os campi avançados representam a estratégia de capilaridade do IFMG. Criados a partir de 2011, essas

unidades iniciaram com estruturas menores, focadas em cursos técnicos específicos.

- Arcos: Focado na mineração de calcário e processos industriais. A unidade nasceu de uma parceria com a prefeitura local e tornou-se campus pleno em 2025, após anos de consolidação acadêmica. O campus é vital para a indústria de cimento e cal da região.
- Ipatinga: Atende ao Vale do Aço, com foco em metalurgia e automação. Sua criação respondeu a uma demanda histórica da região por ensino técnico federal de qualidade, complementando a atuação de outras instituições locais. Tornou-se campus pleno em 2025.
- Itabirito: Criado para atender à demanda mineradora local, tornou-se campus pleno em 2016. A unidade destaca-se pela integração com as escolas municipais e estaduais da região, promovendo a educação científica desde o ensino fundamental.
- Piumhi: Especializado em infraestrutura e construção civil, tornou-se campus pleno em 2016. O campus é um polo de desenvolvimento para a região da Serra da Canastra, oferecendo cursos que dialogam com o turismo e a agroindústria local.

A trajetória dessas unidades demonstra a flexibilidade do modelo dos Institutos Federais em se adaptar às necessidades locais, evoluindo de pequenos polos para centros educacionais consolidados.

3.5.2 O IFMG e a Região Metropolitana de Belo Horizonte

A presença do IFMG na Região Metropolitana de Belo Horizonte foi, por muito tempo, limitada. Os campi originais do instituto estavam concentrados no interior do estado em Bambuí, Ouro Preto, Formiga, Congonhas e São João Evangelista, e a expansão para a RMBH ocorreu de forma gradual ao longo da década de 2010, conforme a figura 5. Essa expansão respondeu a uma demanda evidente: a RMBH concentra mais de cinco milhões de habitantes, com altos índices de desigualdade social e uma periferia metropolitana historicamente carente de investimentos em educação pública de qualidade (LIMA; PEREIRA, 2019). A figura 4 mostra exatamente o ano de inauguração de cada Instituto Federal (IFMG).

Figura 4 - Ano de inauguração das unidades do IFMG.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio de inteligência artificial (2026), com base em informações do Centro de Memória do IFMG ([s. d.]).

A criação do Campus Ibirité, em um município da periferia sul da RMBH, inseriu-se nesse contexto de expansão metropolitana do IFMG. Ibirité é um município com mais de 180 mil habitantes, situado a cerca de 20 quilômetros do centro de Belo Horizonte, com características socioeconômicas típicas das cidades dormitório da periferia metropolitana: alta densidade populacional, baixos indicadores de renda e escolaridade, e significativa carência de equipamentos públicos de educação e cultura (IBGE, 2021, 2023). A instalação de um campus federal nesse território representou, portanto, muito mais do que a ampliação da oferta educacional: ela significou a chegada do Estado a um espaço historicamente negligenciado pelas políticas públicas federais.

Figura 5 - Distribuição dos *campi* do IFMG.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio de I.A.,com base em IFMG (2020, p.27).

Essa dimensão territorial e sociopolítica da criação do Campus Ibirité será aprofundada no capítulo seguinte, que reconstituirá em detalhe o processo que vai da concepção à inauguração da unidade. O que importa destacar, neste momento, é que esse processo não pode ser compreendido isoladamente: ele é parte de uma história mais longa e mais ampla, a história da educação profissional no Brasil, da criação dos Institutos Federais e da expansão da Rede Federal, à qual esta dissertação pretende contribuir com um olhar situado, singular e comprometido com a valorização da memória institucional.

3.6 Síntese do capítulo

Este capítulo percorreu, em linhas gerais, a trajetória histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, desde as Escolas de Aprendizes Artífices de 1909 até a criação dos Institutos Federais em 2008 e a expansão da Rede Federal nas décadas seguintes. Ao longo desse percurso, três linhas de força se destacaram como fios condutores da análise.

A primeira é a dualidade estrutural: a divisão histórica entre uma educação para as elites, de caráter propedêutico e humanístico, e uma educação para os trabalhadores, de caráter técnico e instrumental. Essa dualidade não foi superada em nenhum momento da história da EPT no Brasil; ela se reproduziu, sob formas renovadas, em cada ciclo de reforma educacional, refletindo e reforçando as desigualdades sociais que estruturam a sociedade brasileira.

A segunda é a tensão permanente entre o projeto e a realidade: a distância entre as ambições dos documentos normativos que, desde as EAA até a Lei n.º 11.892/2008, prometem uma formação includente, integral e transformadora e as condições concretas de sua implementação, marcadas pela insuficiência de recursos, pela precariedade das infraestruturas e pela resistência das lógicas institucionais herdadas.

A terceira é a potência da educação profissional como instrumento de inclusão e de desenvolvimento: apesar de todas as contradições, a história da EPT no Brasil é também a história de milhões de trabalhadores que, por meio das instituições federais de ensino, acessaram oportunidades de formação e de mobilidade social que de outra forma seriam inacessíveis. Esse potencial, que os

Institutos Federais procuram ampliar e aprofundar, é o horizonte normativo que orienta a avaliação crítica desenvolvida ao longo desta dissertação.

Com esse contexto estabelecido, o capítulo seguinte adentra o objeto específico desta pesquisa: o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, desde sua concepção até os primeiros anos de funcionamento.

4 DA CONCEPÇÃO À INAUGURAÇÃO: A HISTÓRIA DO IFMG-CAMPUS IBIRITÉ (2018-2023)

Este capítulo reconstitui, com base nas fontes documentais levantadas, o processo histórico de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, desde as primeiras articulações políticas que levaram à escolha do município de Ibirité como sede de um campus federal, passando pelo longo período de construção das obras, até a inauguração oficial em novembro de 2018 e os primeiros cinco anos de funcionamento. Trata-se de uma reconstituição fundamentada em fontes primárias: portarias, documentação de doação de terreno, projetos arquitetônicos, relatórios de gestão, atas de reuniões, registros fotográficos e notícias institucionais e jornalísticas e orientada pelos princípios da crítica histórica desenvolvidos no referencial teórico. O quadro 1 registra cronologicamente os marcos históricos do IFMG - campus Ibirité.

Quadro 1 - Cronologia histórica do IFMG Campus Ibirité (2008-2023)

Período	Marco Histórico
2008	Criação do IFMG pela Lei Federal nº 11.892, de 29/12/2008. Integração de CEFETs e Escolas Agrotécnicas federais mineiras.
2011–2014	Planejamento da Fase II da expansão da Rede Federal. Articulações entre MEC, IFMG e Prefeitura de Ibirité para viabilização do campus.
2012	Início dos processos de implantação. Contratação dos projetos arquitetônicos. Definição do eixo tecnológico Controle e Processos Industriais. Pactuação tripartite MEC–IFMG–Município.
2014	Início efetivo das obras do bloco didático e infraestrutura de apoio.
25/05/2018	Conclusão das obras. Portaria MEC nº 500 autoriza oficialmente o funcionamento do campus Ibirité, 17 dias antes do vencimento da cláusula de reversão do terreno.
23/11/2018	Inauguração oficial com a presença do Ministro da Educação Rossieli Soares, coincidindo com os 10 anos de criação do IFMG. Primeira unidade do IFMG a iniciar atividades acadêmicas apenas após a conclusão da estrutura fisica.
2019	Início da oferta regular de cursos: Técnico em Automação Industrial, Mecatrônica, Sistemas de Energia Renovável e Engenharia de Controle e Automação. Capacidade instalada para até 1.400 estudantes.
2020	Pandemia de COVID-19: suspensão presencial, ensino remoto emergencial. Produção de EPIs (face shields e álcool 70%) para a comunidade.
Set. 2021	Campus Ibirité torna-se a primeira unidade do IFMG a retomar atividades presenciais gradualmente.

2021–2022	Consolidação dos laboratórios. Projetos de pesquisa e extensão. Olimpíadas científicas e robótica.
Set. 2023	Inauguração do ginásio poliesportivo (1.473,4 m², R$ 2,6 mi) e do Laboratório Fotovoltaico. Primeiras formaturas.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de documentos institucionais do IFMG (2008-2023).

É necessário registrar, desde o início, os limites desta reconstituição. Os documentos disponíveis permitem identificar os marcos formais e os fatos públicos do processo: as datas, os investimentos, as estruturas físicas, as solenidades. O que os documentos não registram: as negociações nos bastidores, os conflitos internos, as decisões tomadas sob pressão, as expectativas e os medos dos primeiros servidores será objeto de análise no capítulo 6, dedicado às narrativas orais dos sujeitos que viveram esse processo. Os dois capítulos, portanto, se complementam: este oferece o esqueleto factual; o capítulo 6 oferece a carne da experiência vivida.

4.1 O contexto de expansão e a escolha de Ibirité (2008-2012)

4.1.1 Ibirité no mapa da expansão federal

A inclusão de Ibirité no plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional não foi um processo simples nem linear. Ela resultou da confluência de fatores políticos, institucionais e territoriais que precisam ser compreendidos em seu conjunto para que o significado da escolha do município possa ser adequadamente avaliado.

O contexto mais amplo é a segunda fase da expansão da Rede Federal, iniciada em 2007, que priorizou a criação de campi nas periferias das grandes metrópoles brasileiras, reconhecendo que a interiorização do ensino técnico precisava alcançar também os territórios periféricos das cidades, onde se concentram populações de baixa renda historicamente excluídas da educação pública federal. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, com seus mais de cinco milhões de habitantes (IBGE, 2021, 2023) e sua extensa periferia carente de equipamentos educacionais de qualidade, era um território prioritário nessa lógica de expansão (LIMA; PEREIRA, 2019).

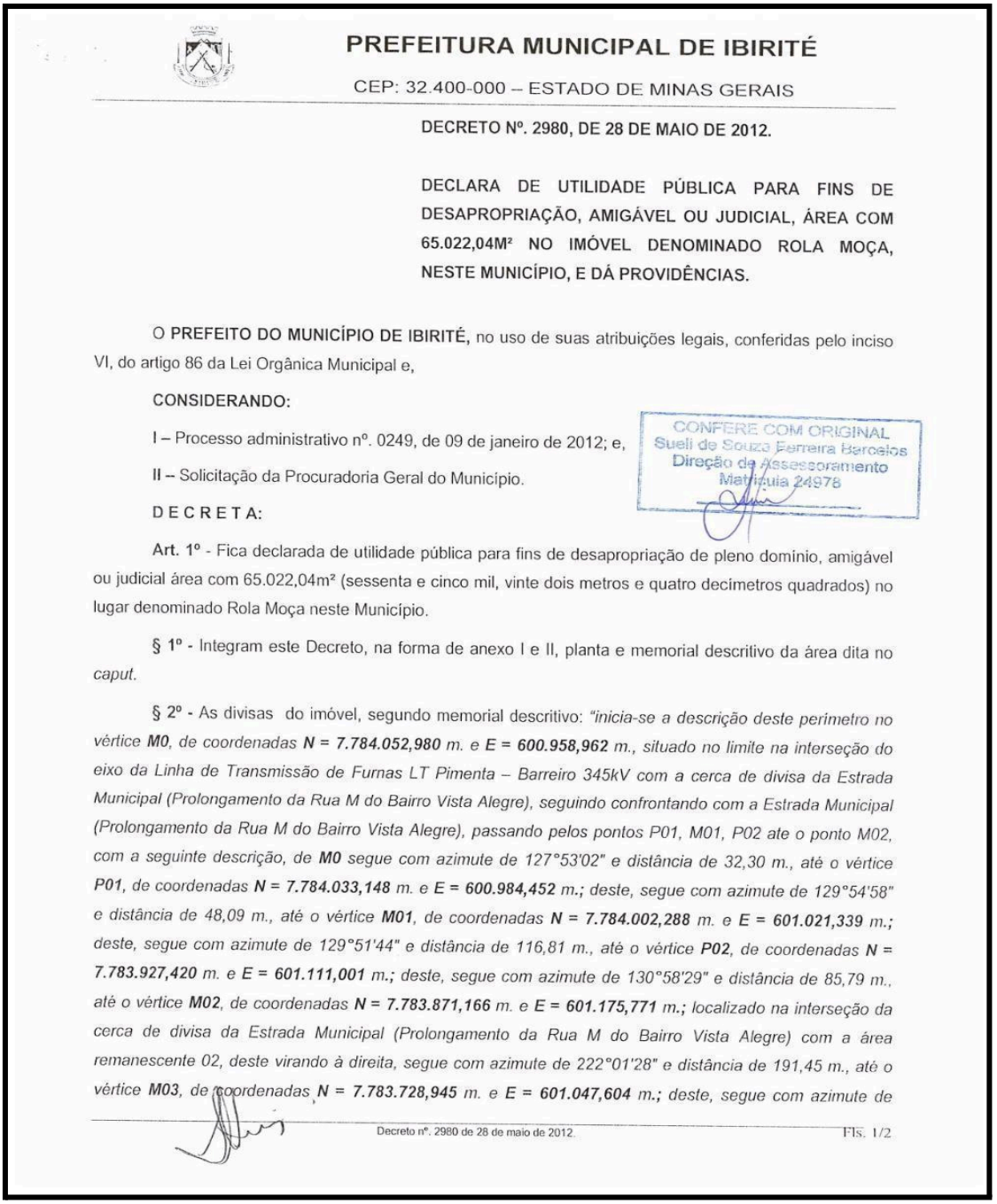
Ibirité apresentava um perfil que correspondia com precisão aos critérios definidos para a expansão metropolitana: município populoso com mais de 180 mil

habitantes à época (IBGE, 2021, 2023), com baixos indicadores de renda e escolaridade, ausência de oferta de educação pública federal e proximidade estratégica da capital, o que facilitaria o acesso de estudantes de municípios vizinhos. Além disso, a disposição da administração municipal em ceder terreno para a instalação do campus, um requisito fundamental para a viabilização das obras foi determinante para a escolha do município.

4.1.2 A doação do terreno e as articulações iniciais

A documentação relativa à doação do terreno para a implantação do Campus Ibirité constitui uma das fontes primárias mais relevantes para a compreensão dos primeiros passos do processo. A cessão do terreno pelo município ao governo federal foi o resultado de articulações políticas entre a administração municipal de Ibirité, a Reitoria do IFMG e o Ministério da Educação, que demandaram negociações sobre as condições da doação, as obrigações de cada parte e os prazos para o início das obras. A figura 6 apresenta o decreto de desapropriação do terreno.

Figura 6 - Decreto Municipal nº 2.980/2012 de 28 de maio de 2012, que declarou o terreno de utilidade pública para fins de desapropriação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

CEP: 32.400-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº. 2980, DE 28 DE MAIO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, ÁREA COM 65.022,04M² NO IMÓVEL DENOMINADO ROLA MOÇA, NESTE MUNICÍPIO, E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIRITÉ,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI, do artigo 86 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO:

I – Processo administrativo nº. 0249, de 09 de janeiro de 2012; e,

II – Solicitação da Procuradoria Geral do Município.

CONFERE COM ORIGINAL
Sueli de Souza Ferreira Barcelos
Direção de Assessoramento
Matrícula 24978

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação de pleno domínio, amigável ou judicial área com 65.022,04m² (sessenta e cinco mil, vinte dois metros e quatro decímetros quadrados) no lugar denominado Rola Moça neste Município.

§ 1º - Integram este Decreto, na forma de anexo I e II, planta e memorial descritivo da área dita no *caput*.

§ 2º - As divisas do imóvel, segundo memorial descritivo: *"inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M0**, de coordenadas **N = 7.784.052,980** m. e **E = 600.958,962** m., situado no limite na interseção do eixo da Linha de Transmissão de Furnas LT Pimenta – Barreiro 345kV com a cerca de divisa da Estrada Municipal (Prolongamento da Rua M do Bairro Vista Alegre), seguindo confrontando com a Estrada Municipal (Prolongamento da Rua M do Bairro Vista Alegre), passando pelos pontos P01, M01, P02 ate o ponto M02, com a seguinte descrição, de **M0** segue com azimute de 127°53'02" e distância de 32,30 m., até o vértice **P01**, de coordenadas **N = 7.784.033,148** m. e **E = 600.984,452** m.; deste, segue com azimute de 129°54'58" e distância de 48,09 m., até o vértice **M01**, de coordenadas **N = 7.784.002,288** m. e **E = 601.021,339** m.; deste, segue com azimute de 129°51'44" e distância de 116,81 m., até o vértice **P02**, de coordenadas **N = 7.783.927,420** m. e **E = 601.111,001** m.; deste, segue com azimute de 130°58'29" e distância de 85,79 m., até o vértice **M02**, de coordenadas **N = 7.783.871,166** m. e **E = 601.175,771** m.; localizado na interseção da cerca de divisa da Estrada Municipal (Prolongamento da Rua M do Bairro Vista Alegre) com a área remanescente 02, deste virando à direita, segue com azimute de 222°01'28" e distância de 191,45 m., até o vértice **M03**, de coordenadas **N = 7.783.728,945** m. e **E = 601.047,604** m.; deste, segue com azimute de*

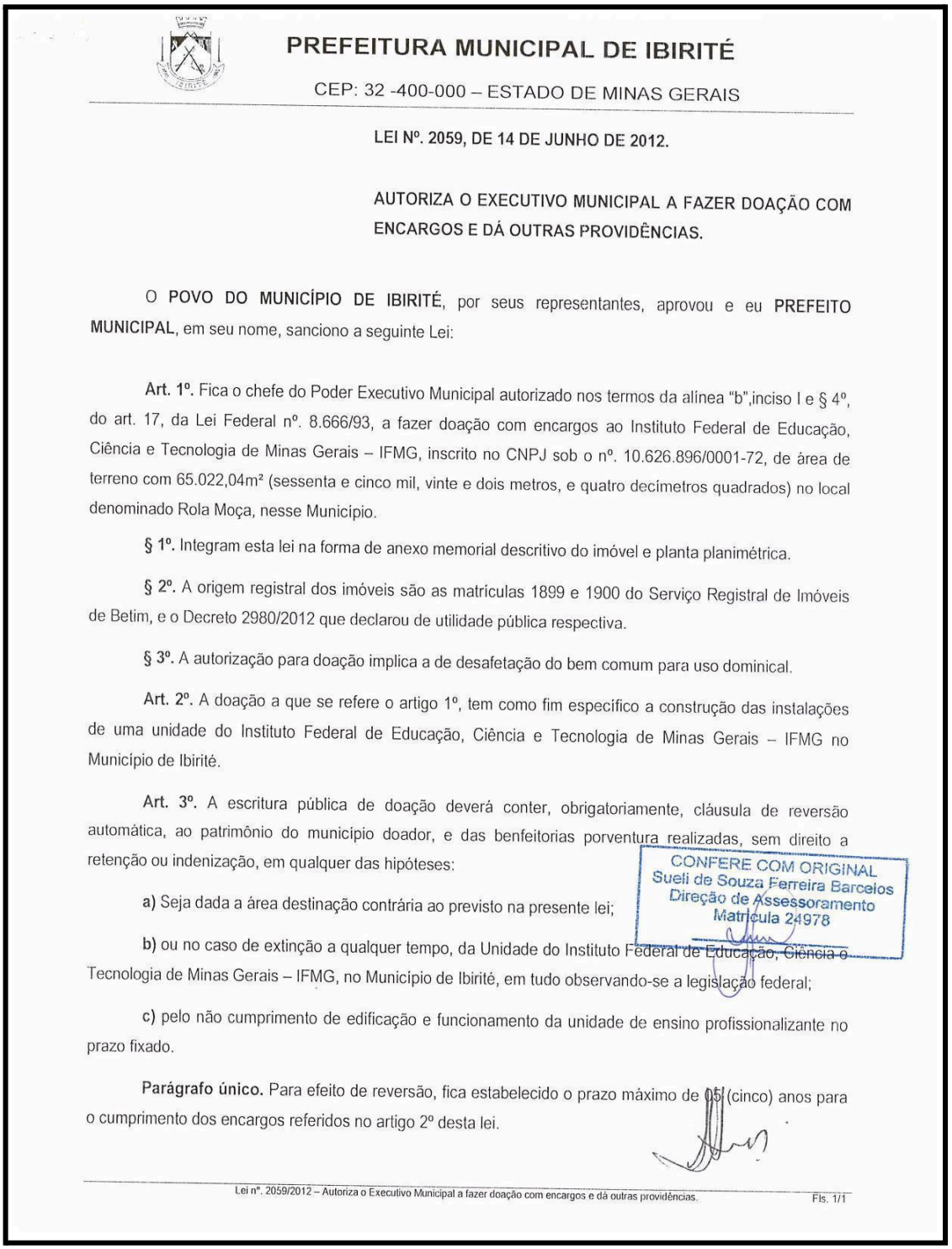
Decreto nº. 2980 de 28 de maio de 2012. Fls. 1/2

Fonte: Prefeitura Municipal de Ibirité (2012).

A importância estratégica da doação do terreno vai além de sua dimensão jurídica e administrativa. Ela representa, simbolicamente, o comprometimento do poder municipal com o projeto e a disposição da comunidade local de abrir espaço, literalmente, para a chegada da educação federal. Esse gesto inaugural é, em si mesmo, um dado histórico significativo: ele marca o momento em que o campus

deixou de ser uma possibilidade abstrata e se tornou um projeto concreto, com localização definida e respaldo político local.

Figura 7 - Lei Municipal nº2.059/2012 de 14 de junho de 2012, que autorizou a doação do terreno ao IFMG com cláusula de reversão automática.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ

CEP: 32 -400-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº. 2059, DE 14 DE JUNHO DE 2012.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER DOAÇÃO COM ENCARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **POVO DO MUNICÍPIO DE IBIRITÉ**, por seus representantes, aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos da alínea "b",inciso I e § 4º, do art. 17, da Lei Federal nº. 8.666/93, a fazer doação com encargos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.626.896/0001-72, de área de terreno com 65.022,04m² (sessenta e cinco mil, vinte e dois metros, e quatro decímetros quadrados) no local denominado Rola Moça, nesse Município.

§ 1º. Integram esta lei na forma de anexo memorial descritivo do imóvel e planta planimétrica.

§ 2º. A origem registral dos imóveis são as matrículas 1899 e 1900 do Serviço Registral de Imóveis de Betim, e o Decreto 2980/2012 que declarou de utilidade pública respectiva.

§ 3º. A autorização para doação implica a de desafetação do bem comum para uso dominical.

Art. 2º. A doação a que se refere o artigo 1º, tem como fim específico a construção das instalações de uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG no Município de Ibirité.

Art. 3º. A escritura pública de doação deverá conter, obrigatoriamente, cláusula de reversão automática, ao patrimônio do município doador, e das benfeitorias porventura realizadas, sem direito a retenção ou indenização, em qualquer das hipóteses:

CONFERE COM ORIGINAL
Sueli de Souza Ferreira Barcelos
Direção de Assessoramento
Matrícula 24978

a) Seja dada a área destinação contrária ao previsto na presente lei;

b) ou no caso de extinção a qualquer tempo, da Unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, no Município de Ibirité, em tudo observando-se a legislação federal;

c) pelo não cumprimento de edificação e funcionamento da unidade de ensino profissionalizante no prazo fixado.

Parágrafo único. Para efeito de reversão, fica estabelecido o prazo máximo de 05 (cinco) anos para o cumprimento dos encargos referidos no artigo 2º desta lei.

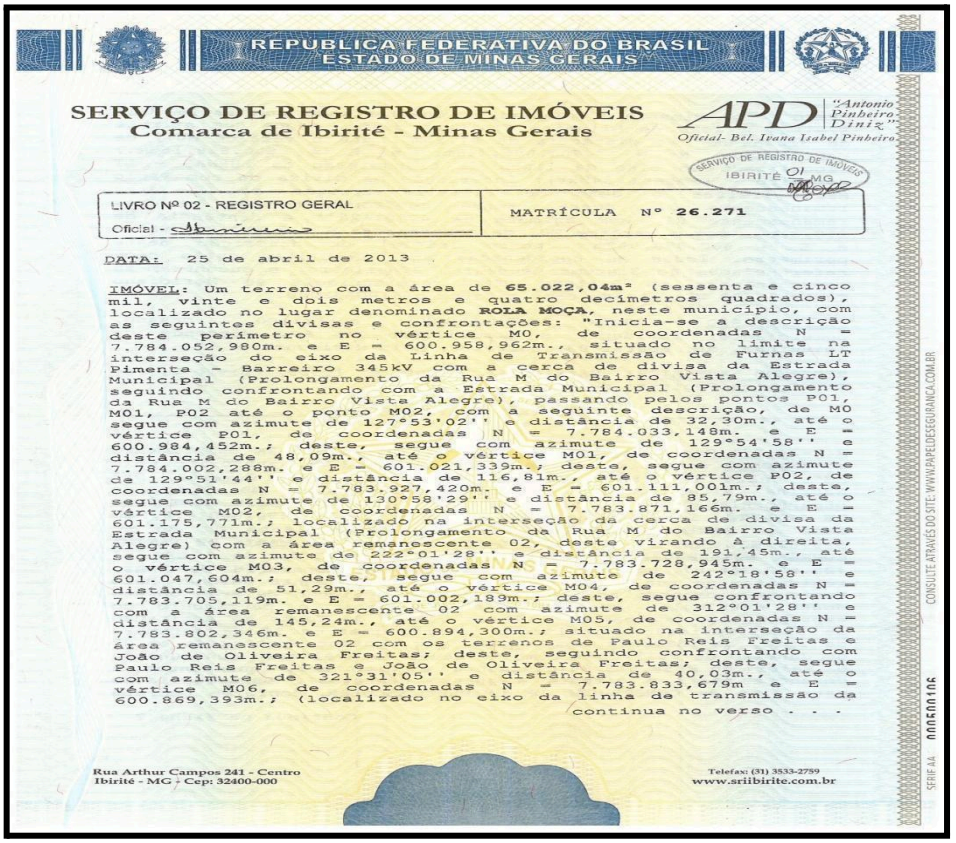
Lei nº. 2059/2012 – Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação com encargos e dá outras providências. Fls. 1/1

Fonte: Prefeitura Municipal de Ibirité (2012).

Os projetos arquitetônicos elaborados em 2012 traduziram esse comprometimento em plantas, cortes e especificações técnicas. A concepção arquitetônica previa uma estrutura de grande porte para os padrões de um município de porte médio da periferia metropolitana: um bloco didático de seis pavimentos, com vinte e cinco salas de aula e vinte e dois laboratórios, além de espaços administrativos, biblioteca, auditório e áreas de convivência. Essa ambição estrutural refletia a concepção dos Institutos Federais como instituições de referência, não como escolas técnicas modestas, mas como centros de excelência em educação profissional e tecnológica.

A análise crítica desses projetos, à luz das perguntas propostas por Barros (2012a), revela tanto as intenções quanto as limitações do processo. Por um lado, a grandiosidade da concepção evidencia a seriedade com que o projeto foi tratado desde o início. Por outro, a distância entre o projeto de 2012 e o início efetivo das obras, que só ocorreu em 2014, antecipa uma característica que marcaria toda a trajetória do campus: a tensão permanente entre o que foi planejado e o que as condições políticas e financeiras permitiram realizar.

Figura 8 - Certidão de Registro de Imóvel, matrícula n° 26.271 de 25 de abril de 2013, Comarca de Ibirité.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Ibirité - Minas Gerais

APD "Antonio Pinheiro Diniz"
Oficial- Bel. Ivana Isabel Pinheiro

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS IBIRITÉ MG

LIVRO Nº 02 - REGISTRO GERAL
Oficial -

MATRÍCULA Nº 26.271

DATA: 25 de abril de 2013

IMÓVEL: Um terreno com a área de 65.022,04m² (sessenta e cinco mil, vinte e dois metros e quatro decímetros quadrados), localizado no lugar denominado ROLA MOÇA, neste município, com as seguintes divisas e confrontações: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M0, de coordenadas N = 7.784.052,980m. e E = 600.958,962m., situado no limite na interseção do eixo da Linha de Transmissão de Furnas LT Pimenta - Barreiro 345kV com a cerca de divisa da Estrada Municipal (Prolongamento da Rua M do Bairro Vista Alegre), seguindo confrontando com a Estrada Municipal (Prolongamento da Rua M do Bairro Vista Alegre), passando pelos pontos P01, M01, P02 até o ponto M02, com a seguinte descrição, de M0 segue com azimute de 127°53'02'' e distância de 32,30m., até o vértice P01, de coordenadas N = 7.784.033,148m. e E = 600.984,452m.; deste, segue com azimute de 129°54'58'' e distância de 48,09m., até o vértice M01, de coordenadas N = 7.784.002,288m. e E = 601.021,339m.; deste, segue com azimute de 129°51'44'' e distância de 116,81m., até o vértice P02, de coordenadas N = 7.783.927,420m. e E = 601.111,001m.; deste, segue com azimute de 130°58'29'' e distância de 85,79m., até o vértice M02, de coordenadas N = 7.783.871,166m. e E = 601.175,771m.; localizado na interseção da cerca de divisa da Estrada Municipal (Prolongamento da Rua M do Bairro Vista Alegre) com a área remanescente 02, deste virando à direita, segue com azimute de 222°01'28'' e distância de 191,45m., até o vértice M03, de coordenadas N = 7.783.728,945m. e E = 601.047,604m.; deste, segue com azimute de 242°18'58'' e distância de 51,29m., até o vértice M04, de coordenadas N = 7.783.705,119m. e E = 601.002,189m.; deste, segue confrontando com a área remanescente 02 com azimute de 312°01'28'' e distância de 145,24m., até o vértice M05, de coordenadas N = 7.783.802,346m. e E = 600.894,300m.; situado na interseção da área remanescente 02 com os terrenos de Paulo Reis Freitas e João de Oliveira Freitas; deste, seguindo confrontando com Paulo Reis Freitas e João de Oliveira Freitas; deste, segue com azimute de 321°31'05'' e distância de 40,03m., até o vértice M06, de coordenadas N = 7.783.833,679m e E = 600.869,393m.; (localizado no eixo da linha de transmissão da

continua no verso . . .

Rua Arthur Campos 241 - Centro
Ibirité - MG - Cep: 32400-000

Telefax: (31) 3533-2759
www.sriibirite.com.br

CONSULTE ATRAVÉS DO SITE: WWW.PAPELDESEGURANCA.COM.BR

SERIE AA 00000106

Fonte: acervo do IFMG - Campus Ibirité

4.2 A construção: entre o projeto e a realidade (2014-2018)

4.2.1 O início das obras e os desafios da construção

As obras de construção do campus tiveram início em 2014, com um investimento total previsto de aproximadamente R$ 17,6 milhões em obras e instalações, acrescido de R$ 706 mil em equipamentos didáticos (IFMG, 2018; BRASIL, 2018).

Figura 9 - Planta baixa de implantação do Campus Ibirité datada de 15/08/2013.



Fonte: acervo do IFMG - Campus Ibirité

Esses valores, expressivos para os padrões de investimento em educação pública municipal, eram modestos em relação à grandiosidade da concepção arquitetônica original, o que gerou, desde o início, a necessidade de negociações e ajustes entre o projeto ideal e os recursos disponíveis.

Figura 10 - Terraplanagem inicial para a construção do campus em 2014.



Fonte: IFMG (2018).

Os registros fotográficos de 2014, que compõem parte do acervo institucional levantado para esta pesquisa, documentam as diferentes fases da construção: desde os trabalhos de terraplenagem e fundação, que transformaram o terreno em um canteiro de obras de grande escala, até a progressiva elevação da estrutura de concreto do bloco didático. Essas imagens são fontes históricas de grande valor: elas registram, com a objetividade própria do documento visual, o estado do processo em momentos específicos, permitindo reconstituir a cronologia da construção e avaliar o ritmo do avanço das obras.

Figura 11 - Estrutura do edifício principal em construção em 2015.



Fonte: IFMG (2018).

A leitura crítica dessas fotografias, contudo, revela também o que elas não mostram: as paralisações, os atrasos, os problemas técnicos e as dificuldades administrativas que inevitavelmente acompanham obras públicas de grande porte em um contexto de crescente restrição fiscal. A literatura sobre a expansão da Rede Federal documenta que as obras dos novos campi foram frequentemente interrompidas por contingenciamentos orçamentários, problemas com empresas contratadas e processos de licitação que se estenderam muito além dos prazos previstos (LIMA; PEREIRA, 2019). O Campus Ibirité não esteve imune a essas dificuldades, embora a reconstituição detalhada de seus impactos específicos dependa das narrativas orais que serão analisadas no capítulo 6.

Figura 12 - Fachada do edifício principal em fase final de construção em 2016.



Fonte: IFMG (2018).

4.2.2 O campus que nasceu pronto: uma singularidade na Rede IFMG

Uma das características mais distintivas do processo de implantação do Campus Ibirité, e que constitui um dos principais motivos da relevância desta pesquisa, é o fato de que o campus iniciou suas atividades acadêmicas somente após a conclusão das obras do prédio pedagógico. Esse é um diferencial expressivo em relação à prática habitual na Rede Federal: a grande maioria dos campi do IFMG e de outros institutos federais começou a funcionar em instalações provisórias:

casas alugadas, galpões adaptados, salas cedidas por outras instituições, enquanto as obras da sede definitiva avançavam em paralelo com as atividades acadêmicas.

Essa opção ou necessidade de aguardar a conclusão das obras antes de iniciar as atividades teve consequências que se manifestam em múltiplas dimensões. Do ponto de vista dos estudantes e da comunidade, o campus chegou já com sua estrutura física completa, oferecendo desde o primeiro dia as condições de infraestrutura que outros campi levaram anos para alcançar. Do ponto de vista institucional, a ausência de um período de funcionamento provisório significou que a comunidade acadêmica do campus não passou pela experiência de construir coletivamente uma identidade e uma cultura organizacional nas condições de adversidade que frequentemente forjam os laços mais sólidos entre os membros de uma instituição nascente.

Figura 13 - Edifício principal do Campus Ibirité em 06/09/2018, concluído.



Fonte: IFMG (2018).

Essa singularidade tem implicações que vão além da infraestrutura. Como argumenta Halbwachs (2006), a memória coletiva de um grupo é profundamente moldada pelas experiências compartilhadas, especialmente pelas experiências de dificuldade superada em conjunto. Um campus que nasceu sem passar pelo período de precariedade provisória tem, necessariamente, uma memória de origem diferente daquele que funcionou por anos em uma casa alugada ou em um galpão adaptado.

Compreender como essa diferença moldou a identidade institucional do Campus Ibirité é uma das questões que as entrevistas pretenderam explorar.

A Portaria MEC n.º 500, de 25 de maio de 2018, que autorizou o funcionamento do campus, é o documento que formaliza essa singularidade: ela foi emitida somente após a conclusão das obras e a verificação das condições de funcionamento, conferindo ao Campus Ibirité uma base institucional e física que muitos outros campi não tinham no momento de sua autorização. Esse documento, analisado à luz das perguntas propostas por Barros (2012a), revela não apenas uma decisão administrativa, mas o resultado de um longo processo de negociação, construção e espera que envolveu múltiplos atores ao longo de uma década.

Figura 14 - Portaria MEC n.º 500, de 25 de maio de 2018, que autoriza o funcionamento do Campus Ibirité.



26 ISSN 1677-7042 **Diário Oficial da União - Seção 1** Nº 101, segunda-feira, 28 de maio de 2018

PORTARIA Nº 497, DE 25 DE MAIO DE 2018

Regula a seleção de entidades de que trata o art. 8º, inciso VIII, do Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 2º, do Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, que institui o Programa de Inovação Educação Conectada, resolve.

Art. 1º A seleção de representantes de entidades privadas e de organizações da sociedade civil para composição do Comitê Consultivo no âmbito do Programa de Inovação Educação Conectada se dará conforme estabelecido nesta Portaria.

Art. 2º Em até quinze dias, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação selecionará as entidades privadas e de organizações da sociedade civil com reconhecida atuação nas áreas de educação, tecnologia e inovação e participantes das ações relacionadas ao inciso III do caput do art. 12 do Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.

Parágrafo único. Selecionadas as entidades referidas no caput, a Secretaria de Educação Básica solicitará a indicação de um representante por entidade, elaborando lista a ser submetida ao Ministro de Estado da Educação, para decisão.

Art. 3º Os representantes selecionados, pelo Ministro de Estado da Educação integrarão o Comitê Consultivo no âmbito do Programa de Inovação Educação Conectada criado pelo art. 8º do Decreto nº 9.204, de 2017, e sua participação será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 500, DE 25 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Ibirité do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Portaria MEC nº 1.793, de 30 de dezembro de 2014, alterada pela Portaria MEC nº 494, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais a promover, no âmbito de suas estruturas organizacionais, o funcionamento do Campus Ibirité, relacionado no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO

UF	INSTITUTO FEDERAL	UNIDADE	EXISTÊNCIA	TIPOLOGIA
MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	Campus Ibirité	Expansão 2017/2018	IF Campus - 70-85

PORTARIA Nº 501, DE 25 DE MAIO DE 2018

Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em conformidade com os arts. 5º, § 11, e 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e tendo em vista o disposto na Portaria Normativa MEC nº 19, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, no ano de 2018, será aplicado para fins de avaliação de desempenho dos estudantes dos cursos vinculados às seguintes áreas de avaliação:

I - áreas relativas ao grau de bacharel:
a) Administração;
b) Administração Pública;
c) Ciências Contábeis;
d) Ciências Econômicas;
e) Comunicação Social - Jornalismo;
f) Comunicação Social - Publicidade e Propaganda;
g) Design;
h) Direito;
i) Psicologia;
j) Relações Internacionais;
k) Secretariado Executivo;
l) Serviço Social;
m) Teologia; e
n) Turismo;
II - áreas relativas ao grau de tecnólogo:
a) Tecnologia em Comércio Exterior;
b) Tecnologia em Design de Interiores;
c) Tecnologia em Design de Moda;
d) Tecnologia em Design Gráfico;
e) Tecnologia em Gastronomia;
f) Tecnologia em Gestão Comercial;
g) Tecnologia em Gestão da Qualidade;
h) Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos;
i) Tecnologia em Gestão Financeira;
j) Tecnologia em Gestão Pública;
k) Tecnologia em Logística;
l) Tecnologia em Marketing; e
m) Tecnologia em Processos Gerenciais.

Art. 2º As diretrizes para as provas do Enade 2018 das áreas de avaliação referidas no art. 1º serão divulgadas em portaria própria.

§ 1º As provas do Enade 2018 serão elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, segundo as diretrizes publicadas pela portaria de que trata o caput, a partir dos itens do Banco Nacional de Itens da Educação Superior - BNI-ES.

§ 2º O Inep publicará Edital de Chamada Pública, a fim de selecionar docentes para participar do processo de elaboração e revisão de itens para o BNI-ES.

Art. 3º A prova do Enade 2018 será aplicada em 25 de novembro de 2018, com início às 13h30 (treze horas e trinta minutos) do horário oficial de Brasília/DF.

Art. 4º São de responsabilidade dos dirigentes das Instituições de Educação Superior - IES, segundo as orientações técnicas do Inep:

I - o engajamento dos cursos de graduação nas respectivas áreas de abrangência do Enade 2018;

II - a regularização de estudantes em situação irregular junto ao Enade de anos anteriores; e

III - a inscrição dos estudantes habilitados ao Enade 2018.

Art. 5º São considerados irregulares todos os estudantes habilitados ao Enade de anos anteriores que não tenham cumprido com os requisitos de regularidade do ano de referência.

Parágrafo único. Nos termos do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, os estudantes irregulares de anos anteriores que tiverem sua situação regularizada na presente edição do Enade serão dispensados da prova a ser aplicada em 2018 e sua situação de regularidade será atestada por meio de relatório específico a ser emitido pelo Inep.

Art. 6º Os estudantes habilitados para os cursos das áreas descritas no art. 1º desta Portaria deverão participar do Enade 2018, independentemente da organização curricular adotada pela IES.

Art. 7º Para fins do disposto nesta Portaria, consideram-se:

I - estudantes ingressantes: aqueles que tenham iniciado o respectivo curso no ano de 2018, devidamente matriculados, e que tenham de zero a vinte e cinco por cento da carga horária mínima do currículo do curso cumprida até o último dia do período de retificação das inscrições do Enade 2018;

II - estudantes concluintes dos cursos de bacharelado: aqueles que tenham expectativa de conclusão do curso até julho de 2018 ou que tenham cumprido oitenta por cento ou mais da carga horária mínima do currículo do curso da IES até o último dia do período de retificação das inscrições do Enade 2018, e

III - estudantes concluintes dos cursos superiores de Tecnologia: aqueles que tenham expectativa de conclusão do curso até dezembro de 2018 ou que tenham cumprido setenta e cinco por cento ou mais da carga horária mínima do currículo do curso da IES até o último dia do período de retificação das inscrições do Enade 2018.

Parágrafo único. Os estudantes ingressantes, inscritos nos termos deste artigo, serão dispensados da prova a ser aplicada em 2018 e sua situação de regularidade será atestada por meio de relatório específico a ser emitido pelo Inep, nos termos do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861, de 2004, e em consonância com o art. 44-da Portaria Normativa MEC nº 19, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 8º O Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, nos termos do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861, de 2004.

§ 1º Serão considerados regulares os estudantes inscritos como:

a) concluintes regulares devidamente inscritos pela IES, que atestarem participação na prova do Enade e preencherem o Questionário do Estudante; e

b) ingressantes devidamente inscritos pela IES.

§ 2º Serão considerados irregulares os estudantes que, inscritos como concluintes regulares, deixarem de atestar participação na prova do Enade e/ou deixarem de preencher o Questionário do Estudante.

Art. 9º Ficam dispensados da inscrição no Enade 2018:

I - os estudantes dos cursos das áreas descritas no art. 1º que tiverem colado grau até dia 31 de agosto de 2018; e

II - os estudantes que estiverem oficialmente matriculados e cursando atividades curriculares fora do Brasil, na data de realização do Enade 2018, em instituição conveniada com a IES de origem.

Parágrafo único. A dispensa do Enade 2018 deverá ser devidamente registrada no histórico escolar do estudante.

Art. 10. O Inep publicará o Edital do Enade 2018 e estabelecerá os aspectos indispensáveis à operacionalização do Exame, incluindo cronograma, prazos e procedimentos técnicos.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 502, DE 25 DE MAIO DE 2018

Altera o calendário da 11ª edição do Prêmio Professores do Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e

CONSIDERANDO:

A política de valorização dos profissionais do magistério adotada pelo Ministério da Educação;

A importância de reconhecer o mérito de professores pela contribuição dada à melhoria da qualidade da Educação Básica por meio do desenvolvimento de experiências pedagógicas bem-sucedidas;

A necessidade de conferir maior prazo para que os professores possam realizar sua inscrição no 11º Prêmio Professores do Brasil; e

O constante dos autos dos Processos nº 23000.005449/2018-05, resolve:

Art. 1º Fica alterado o calendário de atividades do 11º Prêmio Professores do Brasil, regulamentado no art. 29 da Portaria MEC nº 384, de 25 de abril de 2018, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O art. 30 do Regulamento da 11ª edição do Prêmio Professores do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. A divulgação oficial do resultado final do Prêmio Professores do Brasil - 11ª Edição ocorrerá após o dia 30 de novembro de 2018, a cargo da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB-MEC, por meio de publicação no Diário Oficial da União e nos sítios eletrônicos das instituições promotoras do Prêmio." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Calendário do 11º Prêmio Professores do Brasil - 2018

Inscrições e envio dos relatos (exclusivamente online, por meio da página eletrônica do Prêmio).	25 de abril a 28 de junho de 2018.
Avaliação e seleção dos relatos pelos Comitês Estaduais/Distrital. Seleção de 10 trabalhos, um por categoria de cada unidade da federação.	7 de julho a 31 de agosto de 2018.
Divulgação dos vencedores na etapa estadual e dos 162 selecionados para a etapa regional.	Data provável: 21 de agosto de 2018.
Postagem de vídeo pelos 162 selecionados na etapa estadual.	22 de agosto a 10 de setembro de 2018.
Avaliação dos relatos pelo Comitê Regional - Seleção dos 30 trabalhos vencedores regionais, um por categoria de cada região geográfica do país e dos vencedores das premiações especiais.	11 a 30 de setembro de 2018.
Divulgação dos 30 selecionados para a etapa nacional e selecionados para premiação especial.	Data provável: 11 de outubro de 2018.
Avaliação dos relatos pelo Comitê Nacional Curadoria de Premiação, com a participação dos 30 selecionados na etapa estadual e vencedores das premiações em trabalhos especiais.	23 a 28 de novembro de 2018.
Revelação dos seis vencedores nacionais, um por categoria.	Data provável: 29 de novembro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05132018052800026

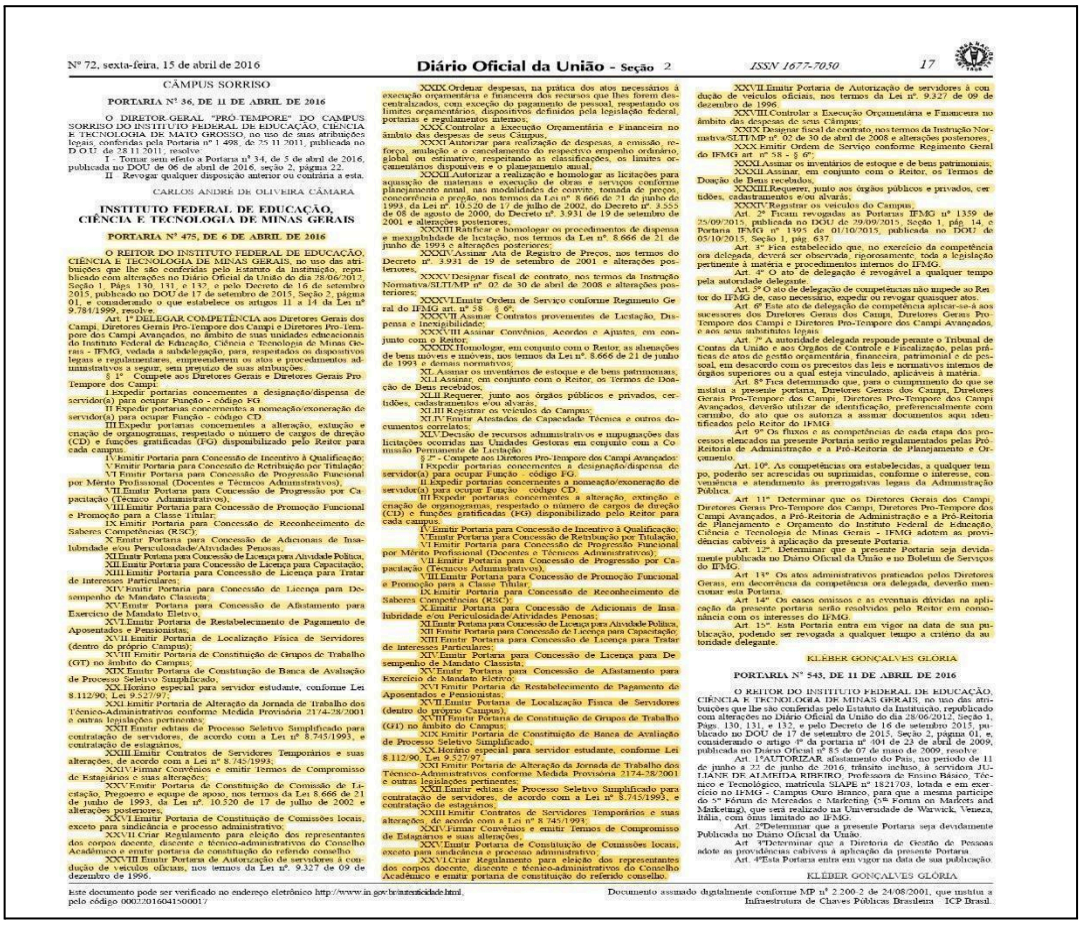
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: MEC, Diário Oficial da União (BRASIL, 2018, p. 26).

4.2.3 A constituição da equipe pioneira

Paralelamente ao avanço das obras, o processo de constituição da equipe que inauguraria o campus foi se desenvolvendo por meio dos mecanismos institucionais da Rede Federal: concursos públicos para docentes e técnicos administrativos, processos de remoção interna de servidores de outros campi do IFMG e designações temporárias para funções de gestão. Esses processos foram lentos e frequentemente frustrantes para os gestores responsáveis pela implantação, que precisavam planejar atividades acadêmicas sem saber com certeza quantos e quais servidores estariam disponíveis para o início do funcionamento.

Figura 15 - Portaria IFMG n.º 475/2016 de 15 de abril de 2016, que delega competências aos Diretores Gerais dos *campi*.



Nº 72, sexta-feira, 15 de abril de 2016 Diário Oficial da União - Seção 2 ISSN 1677-7050 17

CÂMPUS SORRISO

PORTARIA Nº 36, DE 11 DE ABRIL DE 2016

O DIRETOR GERAL "PRÓ-TEMPORE" DO CAMPUS SORRISO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 1.498, de 25 11 2011, publicada no D O U de 28.11.2011, resolve:

I - Tornar sem efeito a Portaria nº 34, de 5 de abril de 2016, publicada no DOU de 06 de abril de 2016, seção 2, página 22.

II - Revogar qualquer disposição anterior ou contrária a esta.

CARLOS ANDRÉ DE OLIVEIRA CÂMARA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 475, DE 6 DE ABRIL DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 28/06/2012, Seção 1, Págs. 130, 131, e 132, e pelo Decreto de 16 de setembro 2015, publicado no DOU de 17 de setembro de 2015, Seção 2, página 01, e considerando o que estabelece os artigos 11 a 14 da Lei nº 9.784/1999, resolve,

Art. 1º DELEGAR COMPETÊNCIA aos Diretores Gerais dos Campi, Diretores Gerais Pró-Tempore dos Campi e Diretores Pro-Tempore dos Campi Avançados, no âmbito de suas unidades educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG, vedada a subdelegação, para, respeitados os dispositivos legais e regulamentares, empreenderem os atos e procedimentos administrativos a seguir, sem prejuízo de suas atribuições.

§ 1º - Compete aos Diretores Gerais e Diretores Gerais Pro Tempore dos Campi:

I Expedir portarias concernentes a designação/dispensa de servidor(a) para ocupar Função - código FG

II Expedir portarias concernentes a nomeação/exoneração de servidor(a) para ocupar Função - código CD

III Expedir portarias concernentes a alteração, extinção e criação de organogramas, respeitado o número de cargos de direção (CD) e funções gratificadas (FG) disponibilizado pelo Reitor para cada campus;

IV Emitir Portaria para Concessão de Incentivo à Qualificação;

V Emitir Portaria para Concessão de Retribuição por Titulação;

VI Emitir Portaria para Concessão de Progressão Funcional por Mérito Profissional (Docentes e Técnicos Administrativos);

VII Emitir Portaria para Concessão de Progressão por Capacitação (Técnico Administrativo);

VIII Emitir Portaria para Concessão de Promoção Funcional e Promoção para a Classe Titular;

IX Emitir Portaria para Concessão de Reconhecimento de Saberes Competências (RSC);

X Emitir Portaria para Concessão de Adicionais de Insalubridade e/ou Periculosidade/Atividades Penosas;

XI Emitir Portaria para Concessão de Licença para Atividade Política,

XII Emitir Portaria para Concessão de Licença para Capacitação;

XIII Emitir Portaria para Concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares;

XIV Emitir Portaria para Concessão de Licença para Desempenho de Mandato Classista;

XV Emitir Portaria para Concessão de Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo;

XVI Emitir Portaria de Restabelecimento de Pagamento de Aposentados e Pensionistas;

XVII Emitir Portaria de Localização Física de Servidores (dentro do próprio Campus);

XVIII Emitir Portaria de Constituição de Grupos de Trabalho (GT) no âmbito do Campus;

XIX Emitir Portaria de Constituição de Banca de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado;

XX Horário especial para servidor estudante, conforme Lei 8.112/90, Lei 9.527/97;

XXI Emitir Portaria de Alteração da Jornada de Trabalho dos Técnico-Administrativos conforme Medida Provisória 2174-28/2001 e outras legislações pertinentes;

XXII Emitir editais de Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores, de acordo com a Lei nº 8.745/1993, e contratação de estagiários,

XXIII Emitir Contratos de Servidores Temporários e suas alterações, de acordo com a Lei nº 8.745/1993;

XXIV Firmar Convênios e emitir Termos de Compromisso de Estagiários e suas alterações;

XXV Emitir Portaria de Constituição de Comissão de Licitação, Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores;

XXVI Emitir Portaria de Constituição de Comissões locais, exceto para sindicância e processo administrativo;

XXVII Criar Regulamento para eleição dos representantes dos corpos docente, discente e técnico-administrativos do Conselho Acadêmico e emitir portaria de constituição do referido conselho

XXVIII Emitir Portaria de Autorização de servidores à condução de veículos oficiais, nos termos da Lei nº. 9.327 de 09 de dezembro de 1996.

XXIX Ordenar despesas, na prática dos atos necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos que lhes forem descentralizados, com exceção do pagamento de pessoal, respeitando os limites orçamentários, dispositivos definidos pela legislação federal, portarias e regulamentos internos;

XXX Controlar a execução Orçamentária e Financeira no âmbito das despesas de seus Câmpus;

XXXI Autorizar para realização de despesas, a emissão, reforço, anulação e o cancelamento do respectivo empenho ordinário, global ou estimativo, respeitando as classificações, os limites orçamentários disponíveis e o planejamento anual;

XXXII Autorizar a realização e homologar as licitações para aquisição de materiais e execução de obras e serviços conforme planejamento anual, nas modalidades de convite, tomada de preços, concorrência e pregão, nos termos da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 3.555 de 08 de agosto de 2000, do Decreto nº. 3.931 de 19 de setembro de 2001 e alterações posteriores;

XXXIII Ratificar e homologar os procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;

XXXIV Assinar Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº. 3.931 de 19 de setembro de 2001 e alterações posteriores;

XXXV Designar fiscal de contrato, nos termos da Instrução Normativa/SLTI/MP nº. 02 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores;

XXXVI Emitir Ordem de Serviço conforme Regimento Geral do IFMG art. nº 58 - § 6º;

XXXVII Assinar Contratos provenientes de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade;

XXXVIII Assinar Convênios, Acordos e Ajustes, em conjunto com o Reitor;

XXXIX Homologar, em conjunto com o Reitor, as alienações de bens móveis e imóveis, nos termos da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normativos;

XL Assinar os inventários de estoque e de bens patrimoniais;

XLI Assinar, em conjunto com o Reitor, os Termos de Doação de Bens recebidos;

XLII Requerer, junto aos órgãos públicos e privados, certidões, cadastramentos e/ou alvarás;

XLIII Registrar os veículos do Campus;

XLIV Firmar Atestados de Capacidade Técnica e outros documentos correlatos;

XLV Decisão de recursos administrativos e impugnações das licitações ocorridas nas Unidades Gestoras em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação.

§ 2º - Compete aos Diretores Pro-Tempore dos Campi Avançados:

I Expedir portarias concernentes à designação/dispensa de servidor(a) para ocupar Função - código FG;

II Expedir portarias concernentes a nomeação/exoneração de servidor(a) para ocupar Função - código CD;

III Expedir portarias concernentes a alteração, extinção e criação de organogramas, respeitado o número de cargos de direção (CD) e funções gratificadas (FG) disponibilizado pelo Reitor para cada campus;

IV Emitir Portaria para Concessão de Incentivo à Qualificação;

V Emitir Portaria para Concessão de Retribuição por Titulação;

VI Emitir Portaria para Concessão de Progressão Funcional por Mérito Profissional (Docentes e Técnicos Administrativos);

VII Emitir Portaria para Concessão de Progressão por Capacitação (Técnico Administrativo);

VIII Emitir Portaria para Concessão de Promoção Funcional e Promoção para a Classe Titular;

IX Emitir Portaria para Concessão de Reconhecimento de Saberes Competências (RSC);

X Emitir Portaria para Concessão de Adicionais de Insalubridade e/ou Periculosidade/Atividades Penosas;

XI Emitir Portaria para Concessão de Licença para Atividade Política,

XII Emitir Portaria para Concessão de Licença para Capacitação;

XIII Emitir Portaria para Concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares;

XIV Emitir Portaria para Concessão de Licença para Desempenho de Mandato Classista;

XV Emitir Portaria para Concessão de Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo;

XVI Emitir Portaria de Restabelecimento de Pagamento de Aposentados e Pensionistas;

XVII Emitir Portaria de Localização Física de Servidores (dentro do próprio Campus);

XVIII Emitir Portaria de Constituição de Grupos de Trabalho (GT) no âmbito do Campus;

XIX Emitir Portaria de Constituição de Banca de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado;

XX Horário especial para servidor estudante, conforme Lei 8.112/90, Lei 9.527/97;

XXI Emitir Portaria de Alteração da Jornada de Trabalho dos Técnico-Administrativos conforme Medida Provisória 2174-28/2001 e outras legislações pertinentes;

XXII Emitir editais de Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores, de acordo com a Lei nº 8.745/1993, e contratação de estagiários,

XXIII Emitir Contratos de Servidores Temporários e suas alterações, de acordo com a Lei nº 8.745/1993;

XXIV Firmar Convênios e emitir Termos de Compromisso de Estagiários e suas alterações;

XXV Emitir Portaria de Constituição de Comissões locais, exceto para sindicância e processo administrativo;

XXVI Criar Regulamento para eleição dos representantes dos corpos docente, discente e técnico-administrativos do Conselho Acadêmico e emitir portaria de constituição do referido conselho.

XXVII Emitir Portaria de Autorização de servidores à condução de veículos oficiais, nos termos da Lei nº. 9.327 de 09 de dezembro de 1996.

XXVIII Controlar a Execução Orçamentária e Financeira no âmbito das despesas de seus Câmpus;

XXIX Designar fiscal de contrato, nos termos da Instrução Normativa/SLTI/MP nº. 02 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores;

XXX Emitir Ordem de Serviço conforme Regimento Geral do IFMG art. nº 58 - § 6º;

XXXI Assinar os inventários de estoque e de bens patrimoniais;

XXXII Assinar, em conjunto com o Reitor, os Termos de Doação de Bens recebidos;

XXXIII Requerer, junto aos órgãos públicos e privados, certidões, cadastramentos e/ou alvarás;

XXXIV Registrar os veículos do Campus.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias IFMG nº 1359 de 25/09/2015, publicada no DOU de 29/09/2015, Seção 1, pág. 14, e Portaria IFMG nº 1395 de 01/10/2015, publicada no DOU de 05/10/2015, Seção 1, pág. 637.

Art. 3º Fica estabelecido que, no exercício da competência ora delegada, deverá ser observada, rigorosamente, toda a legislação pertinente à matéria e procedimentos internos do IFMG.

Art. 4º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Art. 5º O ato de delegação de competências não impede ao Reitor do IFMG de, caso necessário, expedir ou revogar quaisquer atos.

Art. 6º Este ato da delegação de competência aplicar-se-á aos sucessores dos Diretores Gerais dos Campi, Diretores Gerais Pro-Tempore dos Campi e Diretores Pro-Tempore dos Campi Avançados, e aos seus substitutos legais.

Art. 7º A autoridade delegada responde perante o Tribunal de Contas da União e aos Órgãos de Controle e Fiscalização, pelas práticas de atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, em desacordo com os preceitos das leis e normativos internos de órgãos superiores ou a qual esteja vinculado, aplicáveis à matéria.

Art. 8º Fica determinado que, para o cumprimento do que se institui a presente portaria, Diretores Gerais dos Campi, Diretores Gerais Pro-Tempore dos Campi, Diretores Pro-Tempore dos Campi Avançados, deverão utilizar de identificação, preferencialmente com carimbo, do ato que os autoriza a assinar documentos aqui identificados pelo Reitor do IFMG.

Art. 9º Os fluxos e as competências de cada etapa dos processos elencados na presente Portaria serão regulamentados pelas Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

Art. 10º. As competências ora estabelecidas, a qualquer tempo, poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme o interesse, conveniência e atendimento às prerrogativas legais da Administração Pública.

Art. 11º. Determinar que os Diretores Gerais dos Campi, Diretores Gerais Pro-Tempore dos Campi, Diretores Pro-Tempore dos Campi Avançados, a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG adotem as providências cabíveis à aplicação da presente Portaria.

Art. 12º. Determinar que a presente Portaria seja devidamente publicada no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviços do IFMG.

Art. 13º Os atos administrativos praticados pelos Diretores Gerais, em decorrência da competência ora delegada, deverão mencionar esta Portaria.

Art. 14º Os casos omissos e as eventuais dúvidas na aplicação da presente portaria serão resolvidos pelo Reitor em consonância com os interesses do IFMG.

Art. 15º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade delegante.

KLÉBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 543, DE 11 DE ABRIL DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 28/06/2012, Seção 1, Págs. 130, 131, e 132, e pelo Decreto de 16 de setembro 2015, publicado no DOU de 17 de setembro de 2015, Seção 2, página 01, e, considerando o artigo 1º da portaria nº 404 de 23 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial nº 85 de 07 de maio de 2009, resolve:

Art. 1ºAUTORIZAR afastamento do País, no período de 11 de junho a 22 de junho de 2016, tirnuto inchico, à servidora JULIANE DE ALMEIDA RIBEIRO, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1821703, lotada e em exercício no IFMG - Campus Ouro Branco, para que a mesma participe do 5º Fórum de Mercados e Marketing (5th Forum on Markets and Marketing), que será realizado na Universidade de Warwick, Veneza, Itália, com ônus limitado ao IFMG.

Art. 2ºDeterminar que a presente Portaria seja devidamente Publicada no Diário Oficial da União.

Art. 3ºDeterminar que a Diretoria de Gestão de Pessoas adote as providências cabíveis à aplicação da presente Portaria.

Art. 4ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLÉBER GONÇALVES GLÓRIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032016041500017

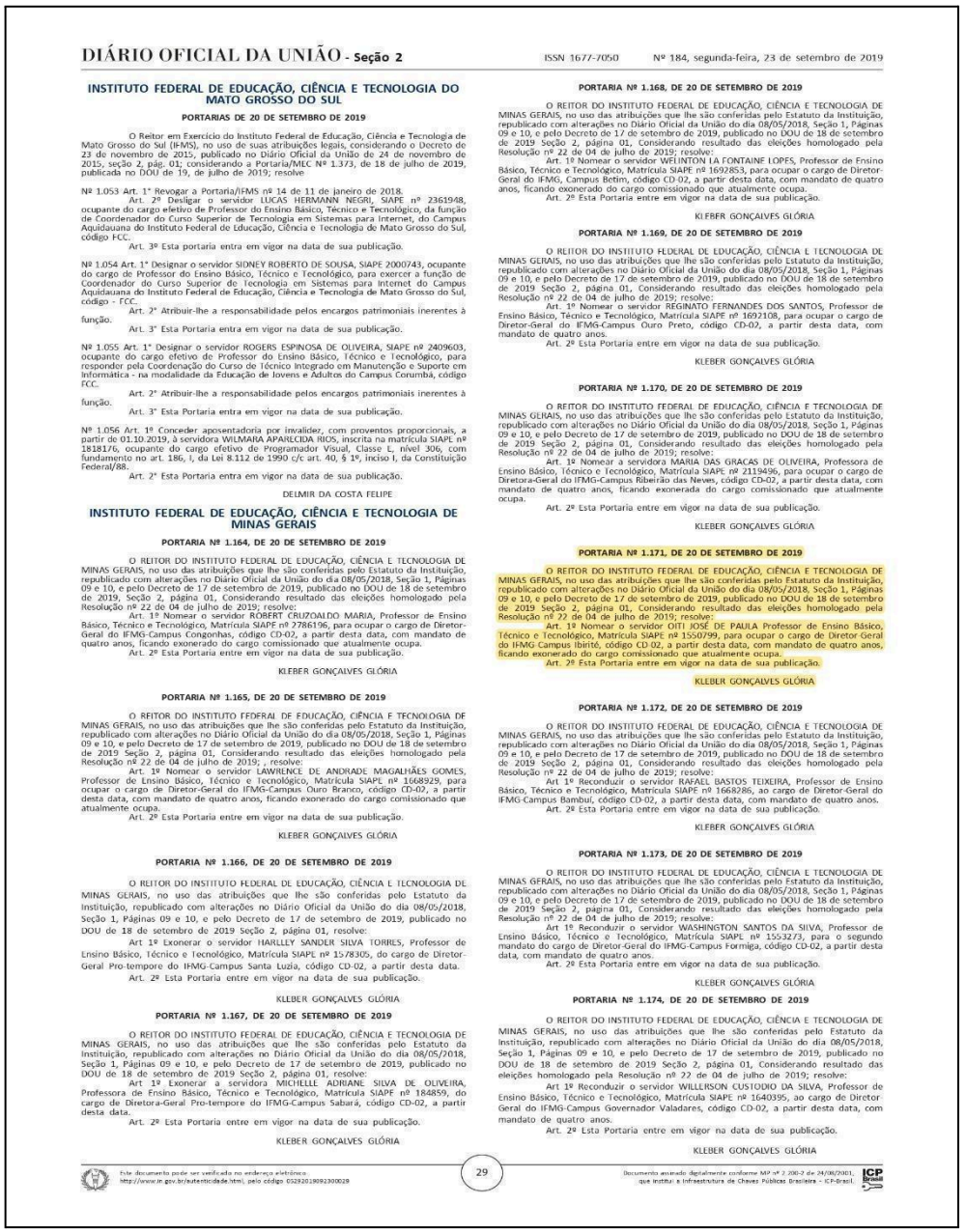
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: IFMG (2016).

A chegada dos primeiros servidores ao campus, alguns deles designados antes mesmo da conclusão das obras, para preparar o início das atividades é um

momento histórico de grande significado para a memória institucional. Esses servidores pioneiros foram os primeiros a habitar o espaço, a conhecer os corredores, a instalar os laboratórios, a formular os projetos pedagógicos e a estabelecer os primeiros vínculos com a comunidade local. Suas experiências, percepções e memórias desse período constituem um patrimônio imaterial inestimável, que os roteiros de entrevista desta pesquisa foram especialmente concebidos para recuperar.

Figura 16 - Portaria IFMG n.º 1.171/2019 de 23 de setembro de 2019, de nomeação do Diretor-Geral do Campus Ibirité.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2 ISSN 1677-7050 Nº 184, segunda-feira, 23 de setembro de 2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIAS DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O Reitor em Exercício do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto de 23 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2015, seção 2, pág. 01; considerando a Portaria/MEC Nº 1.373, de 18 de julho de 2019, publicada no DOU de 19, de julho de 2019; resolve

Nº 1.053 Art. 1º Revogar a Portaria/IFMS nº 14 de 11 de janeiro de 2018.
Art. 2º Desligar o servidor LUCAS HERMANN NEGRI, SIAPE nº 2361948, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da função de Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, do Campus Aquidauana do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, código FCC..
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.054 Art. 1º Designar o servidor SIDNEY ROBERTO DE SOUSA, SIAPE 2000743, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para exercer a função de Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet do Campus Aquidauana do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, código - FCC..
Art. 2º Atribuir-lhe a responsabilidade pelos encargos patrimoniais inerentes à função.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.055 Art. 1º Designar o servidor ROGERS ESPINOSA DE OLIVEIRA, SIAPE nº 2409603, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para responder pela Coordenação do Curso de Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática - na modalidade da Educação de Jovens e Adultos do Campus Corumbá, código FCC.
Art. 2º Atribuir-lhe a responsabilidade pelos encargos patrimoniais inerentes à função.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.056 Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, a partir de 01.10.2019, à servidora WILMAIRA APARECIDA RIOS, inscrita na matrícula SIAPE nº 1818176, ocupante do cargo efetivo de Programador Visual, Classe L, nível 306, com fundamento no art. 186, I, da Lei 8.112 de 1990 c/c art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELMIR DA COSTA FELIPE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 1.164, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019, Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Nomear o servidor ROBERT CRUZOALDO MARIA, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2786196, para ocupar o cargo de Diretor-Geral do IFMG-Campus Congonhas, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos, ficando exonerado do cargo comissionado que atualmente ocupa.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.165, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Nomear o servidor LAWRENCE DE ANDRADE MAGALHÃES GOMES, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1668929, para ocupar o cargo de Diretor-Geral do IFMG-Campus Ouro Branco, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos, ficando exonerado do cargo comissionado que atualmente ocupa.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.166, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, resolve:
Art 1º Exonerar o servidor HARLLLY SANDER SILVA TORRES, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1578305, do cargo de Diretor-Geral Pro-tempore do IFMG-Campus Santa Luzia, código CD-02, a partir desta data.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.167, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, resolve:
Art 1º Exonerar a servidora MICHELLE ADRIANE SILVA DE OLIVEIRA, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1848559, do cargo de Diretora-Geral Pro-tempore do IFMG-Campus Sabará, código CD-02, a partir desta data.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.168, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Nomear o servidor WELINTON LA FONTAINE LOPES, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1692853, para ocupar o cargo de Diretor-Geral do IFMG, Campus Betim, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos, ficando exonerado do cargo comissionado que atualmente ocupa.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.169, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Nomear o servidor REGINATO FERNANDES DOS SANTOS, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1692108, para ocupar o cargo de Diretor-Geral do IFMG-Campus Ouro Preto, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.170, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Nomear a servidora MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2119496, para ocupar o cargo de Diretora-Geral do IFMG-Campus Ribeirão das Neves, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos, ficando exonerada do cargo comissionado que atualmente ocupa.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.171, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Nomear o servidor OITI JOSÉ DE PAULA Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1550799, para ocupar o cargo de Diretor Geral do IFMG-Campus Ibirité, código CD 02, a partir desta data, com mandato de quatro anos, ficando exonerado do cargo comissionado que atualmente ocupa.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.172, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Reconduzir o servidor RAFAEL BASTOS TEIXEIRA, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1668286, ao cargo de Diretor-Geral do IFMG-Campus Bambuí, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.173, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art. 1º Reconduzir o servidor WASHINGSTON SANTOS DA SILVA, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1553273, para o segundo mandato do cargo de Diretor-Geral do IFMG-Campus Formiga, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 1.174, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, Considerando resultado das eleições homologado pela Resolução nº 22 de 04 de julho de 2019; resolve:
Art 1º Reconduzir o servidor WILLERSON CUSTODIO DA SILVA, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1640395, ao cargo de Diretor Geral do IFMG-Campus Governador Valadares, código CD-02, a partir desta data, com mandato de quatro anos.
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

Fonte: IFMG (2019, p. 29).

Os relatórios de gestão e as atas de reuniões disponíveis no acervo institucional documentam, de forma fragmentada, alguns aspectos desse processo de constituição da equipe: as vagas abertas, os concursos realizados, as funções designadas, os projetos pedagógicos aprovados. Mas esses documentos, produzidos com finalidades administrativas e normativas, capturam apenas a dimensão formal do processo. A dimensão humana, o esforço coletivo, a criatividade diante das limitações, os conflitos e as solidariedades que emergem em qualquer processo de construção institucional permanece nos relatos dos que o viveram.

4.3 A inauguração: 23 de novembro de 2018

4.3.1 A solenidade e seus significados

A inauguração oficial do IFMG - Campus Ibirité ocorreu em 23 de novembro de 2018, com a presença de autoridades de diferentes níveis de governo e de centenas de pessoas da comunidade local e da Rede IFMG. A cerimônia contou com a participação do Ministro da Educação Rossieli Soares da Silva, do Reitor do IFMG Kléber Glória, do Diretor do Campus Oiti de Paula e do Prefeito Municipal de Ibirité William Parreira, entre outros representantes institucionais e políticos.

A análise das fotografias e das notícias que documentam a solenidade permite reconstituir alguns de seus elementos simbólicos mais significativos. A cerimônia foi realizada no espaço externo do campus, com um palanque montado diante do prédio pedagógico recém-concluído, um cenário que sintetizava visualmente a promessa cumprida: ali estava, finalmente, a estrutura que havia sido planejada em 2012 e construída ao longo de quase quatro anos de obras. A presença do Ministro da Educação conferia ao evento uma dimensão nacional, situando a inauguração do Campus Ibirité no quadro mais amplo das políticas federais de expansão da educação profissional.

O discurso do Ministro, conforme registrado nas notícias institucionais, enfatizou a importância da expansão da Rede Federal para a democratização do acesso à educação de qualidade e o papel dos Institutos Federais na formação de cidadãos e profissionais. O Reitor do IFMG destacou o longo processo de construção que havia culminado naquele momento e a expectativa de que o campus

se tornasse uma referência de educação profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Diretor do campus, por sua vez, expressou o compromisso da equipe com a missão da instituição e o reconhecimento do trabalho de todos que haviam contribuído para tornar possível aquele dia.

Figura 17 - Cerimônia de inauguração do IFMG - Campus Ibirité em 23 de novembro de 2018.



Fonte: IFMG (2018). Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ifmg-inaugura-campus-em-ibirite. Acesso em: 2024.

A inauguração é, ela mesma, um lugar de memória no sentido proposto por Nora (1993): um evento que cristaliza, em um momento específico e num espaço concreto, a memória coletiva de um processo longo e complexo. A fotografia que registra os quatro representantes institucionais diante do banner do IFMG - Campus Ibirité é um documento visual que condensa décadas de história da educação profissional brasileira, anos de negociações e construção, e o começo de uma nova

história que estava prestes a ser escrita pelos estudantes, servidores e comunidade que habitariam aquele espaço.

Figura 18 - Público presente à cerimônia de inauguração do Campus Ibirité na data de 23/11/2018.



Fonte: IFMG (2018). Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ifmg-inaugura-campus-em-ibirite. Acesso em: 2024.

4.3.2 O campus como resultado: estrutura física e oferta inicial

Ao ser inaugurado, o IFMG - Campus Ibirité contava com uma estrutura física de referência para os padrões da Rede Federal: um bloco didático de seis pavimentos com vinte e cinco salas de aula e vinte e dois laboratórios, além de espaços administrativos, biblioteca, auditório e áreas de convivência. Essa estrutura representava um investimento total de aproximadamente R$ 17,6 milhões em obras e instalações, acrescido de R$ 706 mil em equipamentos didáticos (IFMG, 2018; BRASIL, 2018), recursos que, apesar das restrições fiscais do período, foram suficientes para garantir condições de funcionamento superiores às que a maioria dos campi encontrou em seus primeiros anos.

A oferta inicial de cursos foi definida em função das vocações econômicas e das demandas sociais do território: cursos técnicos nas áreas de automação, mecatrônica e sistemas de energias renováveis, que respondiam tanto às necessidades do mercado de trabalho regional quanto às aspirações de formação da população jovem do município e de sua região de influência. Essa definição não foi um processo neutro: ela envolveu estudos de demanda, negociações com a Reitoria e decisões que refletiam tanto as possibilidades reais da equipe inicial quanto as expectativas da administração federal.

As notícias institucionais publicadas pelo IFMG por ocasião da inauguração descrevem o campus em termos entusiastas, destacando a modernidade das instalações, a qualidade dos equipamentos e o potencial de impacto da nova unidade sobre o desenvolvimento educacional da região. Lidas à luz da crítica das fontes proposta por Barros (2012a), essas notícias revelam a função comunicativa que os documentos institucionais frequentemente desempenham: eles constroem uma narrativa de sucesso e de promessa, que precisa ser cotejada com outras fontes, especialmente os relatos dos sujeitos que viveram o processo, para que a complexidade real do momento possa emergir.

Figura 19 - Fachada do Campus Ibirité concluído e identificado em 2019.



Fonte: IFMG (2018).

4.4 Os primeiros anos de funcionamento (2018-2020)

4.4.1 A construção cotidiana de uma instituição

O período que se seguiu à inauguração foi marcado por um processo que nenhum documento oficial registra com fidelidade: a construção cotidiana de uma instituição. Uma escola não existe apenas em suas portarias de criação, em seus projetos arquitetônicos e em suas solenidades de inauguração; ela existe, antes de tudo, no trabalho diário de seus servidores, nas relações que se estabelecem entre professores e estudantes, nos conflitos e nas solidariedades que emergem nas salas de reunião e nos corredores, nos rituais que aos poucos se tornam tradições e nas histórias que passam a ser contadas e recontadas como parte da identidade da casa.

Os primeiros semestres de funcionamento do Campus Ibirité foram marcados, como é habitual em qualquer instituição nascente, pela simultaneidade de conquistas e dificuldades. As conquistas são aquelas que os documentos oficiais registram: as primeiras turmas matriculadas, os primeiros projetos de extensão aprovados, os primeiros eventos culturais e acadêmicos realizados. As dificuldades são aquelas que os documentos tendem a silenciar: os processos administrativos que demoravam mais do que o esperado, a falta de insumos básicos para o funcionamento dos laboratórios, a dificuldade de estabelecer vínculos com uma comunidade que ainda conhecia pouco a instituição.

Os relatórios de gestão disponíveis no acervo institucional oferecem uma janela parcial sobre esse período: eles registram indicadores de matrícula, de evasão, de aprovação e de formação que permitem avaliar o desempenho acadêmico do campus em seus primeiros anos. Uma leitura atenta desses documentos revela tanto os avanços quanto os desafios: taxas de evasão relativamente elevadas nos primeiros semestres, típicas de campi que ainda estão consolidando suas políticas de permanência estudantil; crescimento progressivo do número de matrículas à medida que o campus se tornava mais conhecido na região; e diversificação gradual da oferta de cursos conforme o quadro de servidores se completava.

Figura 20 - Fachada e entorno do Campus Ibirité em novembro de 2018.



Fonte: acervo do IFMG - Campus Ibirité.

4.4.2 A relação com a comunidade de Ibirité

Um dos desafios mais significativos enfrentados pelo campus em seus primeiros anos foi o estabelecimento de vínculos efetivos com a comunidade do município de Ibirité. Apesar da grandiosidade de sua estrutura física e da qualidade de sua oferta educacional, o campus era, para boa parte da população local, uma instituição desconhecida e distante, associada a uma rede federal que nunca havia se feito presente naquele território. As notícias institucionais do período registram iniciativas de aproximação: visitas de escolas da rede pública municipal, eventos abertos à comunidade, projetos de extensão que levavam atividades do campus para além de seus muros.

Essa dimensão da relação campus-comunidade é de especial relevância para a compreensão da memória institucional do Campus Ibirité. Como argumentam Diniz (2013) e Souza (2017), a legitimidade de uma instituição educacional junto à comunidade que a hospeda não é automática: ela precisa ser construída por meio de presença, de escuta e de ações concretas que demonstrem que a instituição está comprometida com as necessidades e aspirações do território. Esse processo de legitimação é lento e exige investimento contínuo de tempo, recursos e vontade política.

As narrativas dos representantes da comunidade local, que foram coletadas nas entrevistas desta pesquisa, revelaram como esse processo foi vivido do lado de fora do campus: quais eram as expectativas da população em relação à nova instituição, como a chegada do IFMG foi percebida pelos moradores, comerciantes, escolas e organizações locais, e em que medida essas expectativas foram correspondidas nos primeiros anos de funcionamento. Essas narrativas são fontes insubstituíveis para a compreensão do impacto territorial do campus, uma dimensão que os documentos institucionais raramente capturam com fidelidade.

4.5 O desafio da pandemia e a resiliência institucional (2020-2021)

O ano de 2020 trouxe ao Campus Ibirité e a toda a Rede Federal um desafio sem precedentes na história recente da educação brasileira: a pandemia de COVID-19, que obrigou a suspensão das atividades presenciais em março de 2020 e impôs uma transição abrupta para o ensino remoto emergencial. Para um campus que havia inaugurado há menos de dois anos e ainda estava em processo de consolidação de sua cultura institucional, esse desafio foi particularmente agudo.

Os documentos institucionais disponíveis registram as medidas adotadas pelo campus para garantir a continuidade das atividades acadêmicas: a implementação de plataformas de ensino a distância, a adaptação dos planos de ensino às condições do ambiente remoto, as iniciativas de apoio psicossocial aos estudantes e servidores, e as ações de assistência estudantil voltadas para os alunos em situação de vulnerabilidade. As notícias institucionais descrevem um campus que se adaptou rapidamente e manteve seu compromisso com a educação de qualidade mesmo nas condições adversas impostas pela pandemia.

Uma leitura crítica desses documentos, porém, convida à cautela: a narrativa institucional tende, por sua própria natureza, a enfatizar a resiliência e a capacidade de adaptação, minimizando as perdas, as frustrações e os impactos negativos que inevitavelmente acompanharam a transição para o ensino remoto. Os estudos sobre o impacto da pandemia na educação profissional demonstram que as taxas de evasão aumentaram significativamente no período, especialmente entre os estudantes de menor renda, que enfrentavam as maiores dificuldades de acesso à internet e de conciliação entre o estudo remoto e as obrigações familiares e laborais (LIMA; PEREIRA, 2019).

O período pandêmico é, nesse sentido, uma das dimensões mais complexas e sensíveis da memória institucional do Campus Ibirité. Ele concentra experiências de perda, de adaptação, de solidariedade e de resiliência que deixaram marcas profundas nos sujeitos que as viveram, marcas que os roteiros de entrevista desta pesquisa foram concebidos para acessar com a sensibilidade e o cuidado que a temática exige.

A retomada gradual das atividades presenciais, iniciada em 2021 com protocolos rigorosos de biossegurança, marcou o início de um novo ciclo na história do campus: o da reconstrução dos vínculos e das dinâmicas presenciais que a pandemia havia interrompido. Esse processo de retomada foi, ele mesmo, um momento de aprendizado institucional: ele revelou o que havia sido consolidado nos primeiros anos de funcionamento, os vínculos, as rotinas, as culturas pedagógicas que sobreviveram à interrupção e o que precisava ser reconstruído.

4.6 A consolidação e a expansão da infraestrutura (2022-2023)

4.6.1 A Mostra de Profissões e o fortalecimento da identidade

O ano de 2022 marcou um momento importante na trajetória do campus: a realização da primeira Mostra de Profissões, evento que reuniu estudantes, professores, egressos e visitantes da comunidade em torno da apresentação dos cursos técnicos e de graduação oferecidos. Realizada entre os dias 20 e 23 de agosto de 2022, com transmissão online e abertura à comunidade externa, a Mostra de Profissões representou muito mais do que uma ação de divulgação institucional:

ela foi um momento de afirmação da identidade do campus diante da comunidade, uma demonstração pública de que a instituição havia superado os desafios iniciais e estava consolidada como referência de educação profissional na região.

Eventos como a Mostra de Profissões desempenham uma função memorialística que vai além de seu impacto imediato. Eles criam marcos temporais que estruturam a narrativa coletiva da instituição: antes e depois da primeira Mostra, antes e depois da primeira turma formada, antes e depois da pandemia. Esses marcos são os pontos de ancoragem em torno dos quais a memória coletiva do campus se organiza e se transmite entre os que participaram e os que chegaram depois (NORA, 1993).

4.6.2 As inaugurações de 2023: ginásio e laboratório fotovoltaico

O ano de 2023 foi marcado pela inauguração de dois equipamentos que ampliaram significativamente a infraestrutura do campus e sua capacidade de oferta educacional: o Ginásio Poliesportivo e o Laboratório de Instalação de Arranjos Fotovoltaicos. As inaugurações, realizadas com a presença de gestores do campus e da Reitoria, foram registradas em fotografias e notícias institucionais que compõem o acervo documental desta pesquisa.

Figura 21 - Alvará de Licença para Construção n.º 059/2021 de 17 de agosto de 2021, do ginásio poliesportivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO

Nº DO ALVARÁ 059/2021 — Nº DO PROCESSO 367/2021

O CHEFE DA SEÇÃO DE OBRAS, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES RESOLVE CONCEDER LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO CONFORME ABAIXO DESCRITO.

CONCEDIDO A

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CARACTERÍSTICAS

Local da Construção: RUA MATO GROSSO, Nº 02 – LOCAL DENOMINADO ROLA MOÇA, IBIRITÉ, MG – CEP: 32.407-190

Área total terreno: 65.022,04 m², área construção: 1.476,58 m², CONFORME MATR. Nº 26.271 – REG DE IMÓVEIS

Bairro: LOCAL DENOMINADO ROLA MOÇA — Quadra: CONFORME MATR. Nº 26.271 – REG DE IMÓVEIS — Lote: IMÓVEIS

Taxa de ocupação: - — Coef. aproveitamento: 0,02

PROJETO

Elaborado pelo Engenheiro: ISABELA CRISTINA GONCALVES LACERDA

portador da carteira do CREA Nº: A170973-9

USO INSTITUCIONAL / Nº DE PAVIMENTOS: 01

RESTRIÇÕES

O proprietário terá o prazo de 06 (seis) meses para iniciar a obra e de 18 (dezoito) meses para terminá-la, contados a partir desta data e observadas todas as disposições legais de construção e demais leis que lhe forem aplicáveis, devendo renovar este ALVARÁ se a obra não for concluída no prazo.

EMITIDO EM 17 DE AGOSTO DE 2021

ANDRÉ LIMA BELICO
CHEFE DA SEÇÃO DE OBRAS

André Lima Belico
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

Fonte: acervo do IFMG - Campus Ibirité.

O Ginásio Poliesportivo representou a ampliação das condições de vida estudantil no campus, oferecendo um espaço adequado para a prática de atividades físicas, esportivas e culturais. Sua inauguração, cinco anos após a abertura do campus, ilustra um padrão recorrente na expansão da Rede Federal: a estrutura pedagógica é prioritária, e os equipamentos de suporte à vida estudantil são construídos em fases subsequentes, conforme os recursos vão sendo liberados.

O Laboratório de Instalação de Arranjos Fotovoltaicos, por sua vez, representou um avanço na dimensão tecnológica e inovadora do campus, criando condições para o desenvolvimento de cursos e projetos de pesquisa aplicada na área de energias renováveis. Sua inauguração sinalizou a disposição do campus de investir em áreas de conhecimento alinhadas às demandas da transição energética e do desenvolvimento sustentável, dimensões que os Institutos Federais, por sua missão de articulação com o setor produtivo e com as demandas sociais do território, são especialmente chamados a incorporar.

Tomadas em conjunto, as inaugurações de 2023 marcam o encerramento da fase inicial do campus e o início de um novo ciclo: o da consolidação e da diversificação. O IFMG - Campus Ibirité completava cinco anos de funcionamento com uma infraestrutura significativamente mais robusta do que aquela com que havia iniciado, um quadro de servidores mais completo, uma comunidade acadêmica mais coesa e uma identidade institucional mais definida. É esse percurso com todas as suas conquistas, contradições e aprendizados que esta pesquisa pretende documentar e analisar.

Figura 22 – Ginásio poliesportivo do Campus Ibirité concluído em 13/09/2023.



Fonte: IFMG (2023). Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ginasio-poliesportivo-e-laboratorio-fotovoltaico-sao-inaugurados-no-campus-ibirite. Acesso em: 2024.

Figura 23 - Solenidade de inauguração do Laboratório de Instalação de Arranjos Fotovoltaicos,13 de setembro de 2023.



Fonte: IFMG (2023). Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ginasio-poliesportivo-e-laboratorio-fotovoltaico-sao-inaugurados-no-campus-ibirite. Acesso em: 2024.

4.7 O campus como lugar de memória: síntese e perspectivas analíticas

A reconstituição histórica desenvolvida neste capítulo permite identificar, no processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, uma série de dimensões que serão aprofundadas na análise das entrevistas. A primeira é a dimensão política: as negociações, articulações e decisões que tornaram possível a escolha de Ibirité como sede do campus e que moldaram as condições em que ele foi implantado. A segunda é a dimensão técnica e administrativa: os projetos arquitetônicos, as obras, os processos de contratação de servidores e as dificuldades burocráticas que marcaram o período de construção. A terceira é a dimensão pedagógica: as escolhas curriculares, os projetos de extensão e as práticas de ensino que definiram o perfil educacional do campus desde seus primeiros anos.

A quarta dimensão, e talvez a mais relevante para os objetivos desta pesquisa, é a dimensão memorial: a forma como o campus tem construído, preservado e transmitido sua própria história. Como demonstrou Nora (1993), quando a memória deixa de ser vivida espontaneamente, ela precisa ser deliberadamente cultivada por meio de lugares, práticas e narrativas que a mantenham viva. O infográfico institucional que constitui o produto educacional desta pesquisa é, precisamente, uma contribuição para essa cultivação deliberada da memória do Campus Ibirité.

O capítulo 6 adentra a dimensão que os documentos não alcançam: as vozes dos sujeitos que viveram esse processo. As entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores, servidores pioneiros, estudantes egressos e representantes da comunidade local permitirão recuperar o que os arquivos silenciam: as experiências, os significados, as emoções e as interpretações que constituem a face mais humana e mais duradoura da história do campus.

5 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os fundamentos e os procedimentos metodológicos que orientam a condução desta pesquisa. A definição das escolhas metodológicas não é um ato neutro ou meramente técnico: ela reflete uma posição epistemológica sobre o que é conhecer, quem pode conhecer e como o conhecimento é produzido. As opções aqui descritas decorrem, portanto, de uma articulação coerente entre os objetivos da pesquisa, o referencial teórico adotado e a natureza do fenômeno investigado.

5.1 Natureza e abordagem da pesquisa

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. A opção pela pesquisa qualitativa decorre da especificidade do objeto de estudo: o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité é um fenômeno histórico e social complexo, permeado por experiências subjetivas, relações de poder, significados culturais e dinâmicas institucionais que não se deixam capturar adequadamente por instrumentos quantitativos ou por procedimentos de generalização estatística (MINAYO, 2007).

Conforme argumentam Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa busca interpretar fenômenos em seus contextos naturais, atribuindo sentido às ações e às experiências dos sujeitos envolvidos. Ela parte do pressuposto de que a realidade social é construída intersubjetivamente, ou seja, que os fatos não têm significado independente das interpretações que os sujeitos fazem deles e que compreender essa construção de sentidos é uma tarefa científica legítima e necessária. Nesse quadro, a subjetividade do pesquisador não é um obstáculo a ser eliminado, mas uma dimensão a ser reconhecida, gerenciada e incorporada reflexivamente ao processo investigativo.

A natureza descritiva da pesquisa manifesta-se no objetivo de reconstituir, com rigor e detalhamento, o processo histórico de criação e implementação do campus, identificando seus atores, suas etapas, seus desafios e suas estratégias de superação. A dimensão exploratória, por sua vez, decorre do fato de que a trajetória do IFMG - Campus Ibirité ainda não foi objeto de investigação sistemática, o que

confere ao estudo um caráter inaugural e, portanto, necessariamente exploratório em relação às categorias analíticas que emergirão dos dados (GIL, 2011).

5.2 Estratégia de investigação: o estudo de caso

A estratégia metodológica adotada é o estudo de caso único, conforme delineado por Yin (2015). Para esse autor, o estudo de caso é uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto real de ocorrência, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente delimitados. Essa definição aplica-se com precisão ao presente estudo: a trajetória do IFMG - Campus Ibirité é inseparável do contexto político, econômico, educacional e territorial em que se desenvolveu, e compreendê-la exige uma análise que integre simultaneamente o fenômeno e seu entorno.

Yin (2015) distingue cinco tipos de lógica que justificam a escolha do caso único: quando o caso é crítico para testar uma teoria; quando é extremo ou peculiar; quando é representativo ou típico; quando é revelador, isto é, quando permite investigar fenômenos antes inacessíveis; e quando é longitudinal, investigando o mesmo caso em diferentes momentos no tempo. O IFMG - Campus Ibirité enquadra-se simultaneamente em duas dessas lógicas: é um caso peculiar, pela singularidade de ter iniciado suas atividades somente após a conclusão do prédio pedagógico; e é um caso revelador, na medida em que sua história, ainda não sistematizada, representa uma oportunidade única de documentação e análise.

A escolha pelo estudo de caso único, em detrimento de estudos comparativos com múltiplos campi, reflete uma decisão deliberada de privilegiar a profundidade sobre a amplitude. O objetivo não é generalizar os achados para todos os campi da Rede Federal, o que exigiria uma amostra representativa e procedimentos diferentes, mas produzir uma compreensão densa e contextualizada de um caso específico, cujas lições possam ser transferidas, com as devidas cautelas, para situações análogas (STAKE, 2011).

5.3 Recorte espaço-temporal

O recorte espacial da pesquisa é o IFMG - Campus Ibirité, situado no município de Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. O campo empírico abrange não apenas as instalações físicas do campus, mas também o conjunto de atores institucionais, comunitários e políticos, que participaram do processo de sua criação e implementação.

O recorte temporal principal da análise é o período de 2018 a 2023, correspondente ao intervalo entre o início das atividades acadêmicas do campus e a consolidação de sua primeira fase de funcionamento. O marco de 2008, ano da promulgação da Lei n.º 11.892/2008, que instituiu os Institutos Federais e abriu o caminho para a expansão da Rede Federal que tornaria possível a criação do Campus Ibirité, é considerado como pano de fundo histórico necessário a compreensão do processo de concepção do campus; ele não integra, portanto, o recorte temporal da análise empírica propriamente dita, mas contextualiza as condições políticas que a tornaram possível. O marco final corresponde ao ano de 2023, quando o campus completou cinco anos de funcionamento efetivo, consolidando sua primeira fase de operação e formando suas primeiras turmas de egressos. Esse recorte permite acompanhar tanto o longo processo que antecedeu a inauguração quanto os primeiros anos de funcionamento, capturando a trajetória completa da fase inicial da instituição.

Cabe registrar que, dentro desse recorte mais amplo, o período entre 2012 e 2018, correspondente ao início das obras e à inauguração, concentra os eventos mais relevantes para a compreensão dos desafios e das estratégias de implementação. As análises documentais e as entrevistas dedicarão atenção especial a esse subperíodo, sem perder de vista o contexto anterior que o preparou e os desdobramentos posteriores que o consolidaram.

5.4 Os sujeitos históricos da pesquisa

A definição dos sujeitos históricos desta pesquisa parte de um princípio teórico fundamental, articulado no referencial adotado: a memória é sempre uma memória de alguém situado em uma posição específica: institucional, geracional, profissional e afetiva, em relação ao fenômeno investigado. Diferentes posições

produzem diferentes memórias, e a pluralidade dessas memórias é, em si mesma, um dado analítico de primeira ordem (PORTELLI, 1997).

Foram definidas quatro categorias de sujeitos, selecionadas por sua capacidade de oferecer perspectivas complementares e, eventualmente, divergentes sobre o processo de criação e implementação do campus. A seleção dos participantes foi realizada por amostragem intencional, complementada pela técnica de bola de neve (snowball), que consiste na indicação de novos participantes pelos entrevistados inicialmente contactados (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Essa combinação é especialmente adequada para o presente estudo, dado o universo relativamente restrito de sujeitos que participaram diretamente do processo de implantação.

Quadro 2 - Sujeitos históricos da pesquisa

Categoria	N.º previsto	Roteiro	Critério de seleção
Gestores	3	Roteiro D	Atuação no período 2008 - 2018
Primeiros servidores (docentes e técnicos)	6	Roteiro C	Ingresso até 2020; ≥ 8 anos na instituição
Estudantes egressos das primeiras turmas	3	Roteiro B	Maiores de 18 anos; conclusão até 2023
Representantes da comunidade local	3	Roteiro B	Envolvimento na implantação
Total previsto	15		

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

5.4.1 Critérios de inclusão e exclusão

Foram considerados participantes elegíveis os sujeitos que atendiam cumulativamente aos seguintes critérios de inclusão: ter atuado diretamente no processo de concepção, criação e/ou implementação do IFMG - Campus Ibirité no

período de 2008 a 2023, independentemente do vínculo empregatício; estar inserido em um dos perfis definidos no Quadro 1; e demonstrar disponibilidade para participação voluntária, manifestada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram excluídos da pesquisa os indivíduos que não tinham participado, de forma direta ou indireta, do processo de criação e implementação do campus; que não possuíam disponibilidade para participação; que se recusaram a assinar o TCLE; ou que eram menores de 18 anos. Esses critérios estão em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pelas Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012; 2016).

5.5 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos principais e complementares: a análise documental e as entrevistas semiestruturadas orientadas pelos princípios da história oral. A combinação desses instrumentos responde à dupla natureza do objeto investigado: histórica e memorial, e permite que as evidências produzidas por cada um sirvam de controle crítico para as evidências produzidas pelo outro.

5.5.1 Análise documental

A análise documental constituiu o primeiro instrumento de coleta de dados. Conforme Cellard (2008), o documento é uma fonte privilegiada para a compreensão de processos históricos e organizacionais, na medida em que permite ao pesquisador reconstruir eventos e dinâmicas institucionais com base em registros produzidos no próprio momento em que ocorreram, antes de qualquer reelaboração memorial.

Para os fins desta pesquisa, foram analisados os seguintes tipos de documentos: a Portaria MEC n.º 500, de 25 de maio de 2018, que autorizou o funcionamento do campus; documentos relativos à doação do terreno para a implantação da unidade; projetos arquitetônicos e memoriais descritivos das obras; atas de reuniões do Conselho Diretor e de outros órgãos colegiados; relatórios de

gestão e planos de desenvolvimento institucional; registros fotográficos da construção e da inauguração; notícias publicadas no site institucional do IFMG e em veículos de comunicação locais; e quaisquer outros documentos que se revelassem relevantes ao longo do processo de coleta.

O tratamento de cada documento seguiu os procedimentos de crítica histórica propostos por Barros (2012a; 2012b), respondendo sistematicamente às seguintes perguntas: Quem produziu o documento? Em que contexto institucional foi gerado? Com qual finalidade? Para qual audiência foi destinado? Por que foi conservado? Quais questões ele permite responder e quais ele silencia? Esse procedimento garante que os documentos não sejam utilizados como espelhos transparentes da realidade, mas como fontes que precisam ser interrogadas em sua opacidade e em sua parcialidade constitutiva.

Os documentos foram organizados em fichas analíticas com categorias pré-definidas, permitindo sua articulação sistemática com os dados produzidos pelas entrevistas na fase de análise. O acervo documental levantado previamente já inclui a Portaria MEC n.º 500/2018, a documentação de doação do terreno, projetos arquitetônicos de 2012, registros institucionais e jornalísticos e fotografias da inauguração e dos primeiros anos de funcionamento.

5.5.2 Entrevistas semiestruturadas de história oral

O segundo instrumento de coleta de dados são as entrevistas semiestruturadas, conduzidas segundo os princípios da história oral. A escolha pela história oral como perspectiva metodológica decorre da natureza do que se pretende investigar: as experiências vividas, as percepções subjetivas, os significados atribuídos e as memórias construídas pelos sujeitos que participaram da implantação do campus. Essas dimensões não deixam rastros nos documentos oficiais e só podem ser acessadas por meio de uma escuta qualificada e metodologicamente orientada (ALBERTI, 2005; THOMPSON, 1992).

As entrevistas foram realizadas com base em roteiros semiestruturados, elaborados especificamente para cada categoria de sujeitos (gestores, primeiros servidores, estudantes egressos e comunidade local), organizados em blocos temáticos relacionados à criação, aos desafios e às superações institucionais. Os

roteiros oferecem uma estrutura temática básica, mas preveem flexibilidade para que o entrevistador explore temas emergentes durante a interlocução, respeitando o ritmo e a lógica narrativa de cada participante (MINAYO, 2012).

Conforme Alberti (2005), a condução de entrevistas de história oral exige do pesquisador uma preparação rigorosa: o domínio do contexto histórico a ser investigado, o conhecimento do perfil do entrevistado, a elaboração cuidadosa do roteiro e o desenvolvimento de uma postura de escuta ativa e sensível. Essa postura implica, especialmente, a disposição para deixar o entrevistado desenvolver sua narrativa sem interrupções desnecessárias, acolhendo inclusive os silêncios, os desvios temáticos e as emoções que emergem no ato de rememorar.

As entrevistas ocorreram de forma presencial e remota, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, conforme a disponibilidade e a preferência de cada participante. Em ambas as modalidades, as sessões foram gravadas em áudio e em vídeo, quando autorizado, com consentimento prévio dos participantes, e posteriormente transcritas integralmente para análise. A duração média foi de aproximadamente quarenta minutos por entrevista.

Todos os participantes foram previamente contactados por e-mail ou telefone, receberam informações detalhadas sobre os objetivos e os procedimentos da pesquisa e foram convidados a assinar o TCLE antes do início da coleta. Os contatos dos estudantes egressos foram obtidos junto ao Setor de Registro e Controle Acadêmico do campus, com autorização institucional previamente formalizada. Os contatos dos docentes e demais servidores foram obtidos junto à Seção de Gestão de Pessoas, igualmente com autorização formal.

5.6 Análise dos dados

Os dados produzidos por meio da análise documental e das entrevistas foram tratados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme a proposta metodológica de Bardin (2011). A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de investigação que busca, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção dessas mensagens.

O processo de análise seguiu as três etapas propostas por Bardin (2011). A primeira é a pré-análise, que consiste na leitura flutuante do material empírico, documentos e transcrições de entrevistas, com vistas à identificação inicial de temas recorrentes, de padrões emergentes e de hipóteses interpretativas provisórias. A segunda é a exploração do material, que envolve a codificação e a categorização temática dos conteúdos com base nos objetivos da pesquisa e nos referenciais teóricos adotados. A terceira é o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste na sistematização das categorias emergentes e na interpretação crítica dos dados à luz da literatura especializada.

As categorias de análise foram definidas em dois momentos: algumas são estabelecidas a priori, com base nos eixos teóricos do referencial: memória institucional, desafios de implementação, estratégias de superação, identidade institucional; outras emergiram indutivamente do contato com os dados empíricos, em conformidade com a lógica qualitativa que orienta a pesquisa. Essa combinação entre categorias a priori e categorias emergentes garantiu, ao mesmo tempo, a coerência teórica da análise e a abertura necessária para acolher o inesperado.

Foi realizada, ainda, a triangulação dos dados: o cruzamento sistemático das informações obtidas por meio da análise documental com as narrativas produzidas nas entrevistas. Conforme Flick (2009) e Triviños (1987), a triangulação é um procedimento fundamental para garantir maior confiabilidade, validade e profundidade analítica aos resultados da pesquisa qualitativa, na medida em que permite identificar convergências, complementaridades e contradições entre diferentes fontes de evidência.

5.7 Critérios de rigor científico

A pesquisa qualitativa não está isenta de exigências de rigor científico; apenas os critérios que definem esse rigor diferem daqueles aplicados à pesquisa quantitativa. Em lugar da validade interna e da confiabilidade estatística, a pesquisa qualitativa busca a credibilidade, a transferibilidade, a dependabilidade e a confirmabilidade, conforme o quadro proposto por Guba e Lincoln (1994).

A credibilidade, equivalente qualitativo da validade interna, está assegurada por meio da triangulação de dados, do diálogo permanente com o referencial teórico

e da revisão das interpretações com o orientador e os pares acadêmicos. A transferibilidade, equivalente da validade externa, foi garantida pela descrição densa e detalhada do contexto, que permitirá ao leitor avaliar a pertinência dos achados para situações análogas. A dependabilidade está assegurada pela documentação transparente de todos os procedimentos metodológicos adotados. A confirmabilidade, por fim, foi buscada por meio da manutenção de um diário de campo reflexivo, no qual o pesquisador registrou suas decisões, dúvidas e percepções ao longo do processo investigativo.

Cabe registrar, ainda, que a proximidade do pesquisador com o objeto de estudo, ele próprio servidor do IFMG - Campus Ibirité, é reconhecida como uma dimensão que requer atenção permanente. Ao longo de toda a pesquisa, foram adotadas estratégias deliberadas de distanciamento analítico: a escuta sem agenda prévia nas entrevistas, a busca ativa por perspectivas divergentes, o cotejamento sistemático entre os dados empíricos e o referencial teórico e a submissão das interpretações ao crivo crítico do orientador e da banca.

5.8 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Minas Gerais (CEP/IFMG) e aprovada sob o número de CAAE 93119425.8.0000.0293. Sua condução obedeceu integralmente às diretrizes estabelecidas pelas Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam as normas éticas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, especialmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

A participação de todos os sujeitos é voluntária e se efetivou somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que apresenta, em linguagem acessível, os objetivos da pesquisa, os procedimentos a que o participante foi submetido, os riscos e benefícios envolvidos, as garantias de confidencialidade e o direito de retirada do consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

Os riscos associados à participação são classificados como mínimos, dado que os procedimentos envolvem exclusivamente análise documental e entrevistas, sem quaisquer intervenções físicas ou experimentais. Reconhece-se, contudo, a

possibilidade de desconforto emocional eventual, relacionado à evocação de experiências conflituosas ou desafiadoras vividas durante o processo de implantação do campus. Para minimizar esse risco, foi garantido ao participante o direito de não responder a qualquer pergunta que causasse desconforto e a possibilidade de interromper a entrevista a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.

Todos os dados coletados: gravações, transcrições, documentos e anotações, estão armazenados em dispositivo digital protegido por senha, de uso exclusivo do pesquisador, pelo período mínimo de cinco anos após o término da pesquisa, conforme determina a Resolução CNS n.º 510/2016. A identidade dos participantes está preservada em todas as publicações e divulgações decorrentes da pesquisa, mediante o uso de identificadores alfanuméricos. Após o período de guarda, todos os dados serão descartados de forma segura.

Os benefícios esperados da pesquisa são tanto individuais, a oportunidade de os participantes refletirem criticamente sobre suas trajetórias e contribuírem para a construção da memória institucional, quanto coletivos, ao oferecer subsídios para a gestão educacional e para o fortalecimento da identidade do IFMG - Campus Ibirité. O produto educacional resultante, o infográfico institucional, será disponibilizado gratuitamente no site do IFMG e no repositório do ProfEPT, de forma acessível a toda a comunidade acadêmica.

5.9 Síntese do percurso metodológico

O percurso metodológico desta pesquisa pode ser sintetizado em quatro movimentos articulados. O primeiro é o levantamento e a crítica das fontes documentais, que permitiu reconstituir os fatos e os contextos institucionais do processo de criação do campus. O segundo é a identificação e o contato com os sujeitos históricos, seguidos da realização das entrevistas semiestruturadas de história oral, que acessaram as memórias, as experiências e os significados que os documentos não registram. O terceiro é a análise de conteúdo do material empírico documental e oral, com triangulação de dados e identificação de categorias temáticas. O quarto e último movimento foi a elaboração do produto educacional, que tentou traduzir os achados da pesquisa em um formato acessível, interativo e socialmente útil para a comunidade do campus e da Rede Federal.

Esses quatro movimentos não são sequenciais e rígidos, mas recursivos e iterativos: à medida que a análise avança, novas questões emergem e demandam retornos ao campo, revisões interpretativas e ajustes de percurso. Essa flexibilidade é uma característica constitutiva da pesquisa qualitativa e uma exigência do compromisso com a compreensão em profundidade que orienta este estudo.

6 VOZES DA MEMÓRIA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Este capítulo apresenta e analisa os dados produzidos por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos históricos desta pesquisa. Ao todo, foram entrevistados quinze participantes, distribuídos entre as quatro categorias definidas na metodologia: gestores institucionais, servidores pioneiros (docentes e técnicos administrativos), estudantes egressos das primeiras turmas e representantes da comunidade local. As entrevistas foram conduzidas presencialmente e por videoconferência, gravadas com consentimento dos participantes, transcritas integralmente e analisadas segundo os procedimentos da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011).

Para garantir o anonimato dos participantes, conforme os protocolos éticos aprovados pelo CEP/IFMG sob o CAAE n.º 93119425.8.0000.0293, as falas são identificadas por códigos alfanuméricos: E1 (gestor, ex-Reitor do IFMG); E15 (gestor, Diretor fundador do campus); E7 (gestor, ex-diretor de ensino); E3 (professor pioneiro); E4 (servidor técnico-administrativo pioneiro); E10 (servidor técnico-administrativo pioneiro); E11 (servidor técnico-administrativo, chegada em 2019); E8 e E13 (servidor técnico-administrativo, chegada em 2019); E2, E5, E9 e E12 (egressos das primeiras turmas); E14 (egresso das primeiras turmas, atualmente no exterior) e E6 (representante da comunidade local). As falas são apresentadas em recuo, conforme as normas ABNT para citações longas, com intervenções mínimas para clareza, preservando a autenticidade da expressão oral de cada sujeito.

A análise está organizada em torno de cinco categorias temáticas emergentes do processo de codificação: a gênese do campus e as condições iniciais de implantação; os desafios enfrentados e as estratégias de superação; a construção coletiva da identidade institucional; o impacto sobre a comunidade e os egressos; e a memória dividida, as tensões, os silêncios e as perspectivas divergentes que atravessam as narrativas. Essas categorias não são estanques: elas se interpenetram e se iluminam mutuamente, refletindo a complexidade do fenômeno investigado. Essas cinco categorias narrativas constituem o agrupamento temático final utilizado para a apresentação dos resultados; elas resultam da síntese de sete categorias de codificação mais granulares, identificadas na etapa de análise de

conteúdo (Bardin, 2011) e detalhadas no Quadro 3 (C1 a C7). A relação entre as sete categorias de codificação e as cinco categorias narrativas estão sintetizadas nos Quadros 3 e 4, a seguir.

Quadro 3 - Categorias temáticas de análise (codificação C1-C7)

Código	Categoria de codificação
C1	Processo de criação do campus
C2	Implantação e desafios iniciais
C3	Expansão da infraestrutura e dos cursos
C4	Relações com a comunidade local
C5	Construção da identidade institucional
C6	Impactos educacionais, sociais e territoriais
C7	Preservação da memória institucional

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Bardin (2011).

Quadro 4 - Relação entre as categorias de codificação (C1-C7) e as categorias narrativas do capítulo 6.

Categorias de codificação correspondentes (Quadro 3)	Categoria narrativa (seção do Cap. 6)
C1 - Processo de criação do campus	6.2 A gênese do campus
C2 - Implantação e desafios iniciais; C3 - Expansão da infraestrutura	6.3 Os desafios da implantação
C5 - Construção da identidade institucional	6.4 A construção da identidade institucional
C4 - Relações com a comunidade local; C6 - Impactos educacionais, sociais e territoriais	6.5 o Impacto sobre a comunidade e os egressos
C7 – Preservação da memória institucional	6.6 A memória dividida: tensões, silêncios e perspectivas divergentes

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Bardin (2011).

6.1 Os sujeitos e seus lugares de fala

Antes de adentrar as categorias analíticas, é necessário situar cada grupo de sujeitos em sua posição específica em relação ao processo investigado, pois, como

argumenta Portelli (1997), a memória é sempre uma memória de alguém situado e compreender a posição do narrador é condição para interpretar adequadamente o que narra.

Quadro 5 - Perfil dos entrevistados da pesquisa sobre o IFMG Campus Ibirité

Cód.	Perfil	Categoria	Roteiro Utilizado
E1	Reitor do IFMG (gestão 2015-2023)	Gestor	Roteiro de Gestores (Apêndice E)
E2	Representante da comunidade acadêmica	Comunidade acadêmica	Roteiro Comunidade Acadêmica e Local (Apêndice C)
E3	Docente	Primeiros servidores	Roteiro Primeiros Servidores (Apêndice D)
E4	Técnico-administrativo	Primeiros servidores	Roteiro Primeiros Servidores (Apêndice D)
E5	Representante da comunidade acadêmica	Comunidade acadêmica	Roteiro Comunidade Acadêmica e Local (Apêndice C)
E6	Representante da comunidade acadêmica	Comunidade acadêmica	Roteiro Comunidade Acadêmica e Local (Apêndice C)
E7	Docente ex-Diretor de Ensino	Gestor	Roteiro de Gestores (Apêndice E)
E8	Técnico-administrativo	Primeiros servidores	Roteiro Primeiros Servidores (Apêndice D)
E9	Representante da comunidade acadêmica	Comunidade acadêmica	Roteiro Comunidade Acadêmica e Local (Apêndice C)
E10	Técnico-administrativo	Primeiros servidores	Roteiro Primeiros Servidores (Apêndice D)
E11	Técnico-administrativo	Primeiros servidores	Roteiro Primeiros Servidores (Apêndice D)
E12	Representante da comunidade acadêmica	Comunidade acadêmica	Roteiro Comunidade Acadêmica e Local (Apêndice C)
E13	Técnico-administrativo	Primeiros servidores	Roteiro Primeiros Servidores (Apêndice D)
E14	Representante da comunidade acadêmica	Comunidade acadêmica	Roteiro Comunidade Acadêmica e Local (Apêndice C)
E15	Diretor do IFMG (gestão 2015-2023)	Gestor	Roteiro de Gestores (Apêndice E)

Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas (2026).

Os gestores entrevistados, o ex-Reitor E1, o ex-Diretor de ensino E7 e o Diretor fundador E15, ocuparam posições de comando durante o processo de implantação e têm, portanto, uma perspectiva ampla sobre as decisões estratégicas, as negociações institucionais e os bastidores políticos que moldaram a trajetória do campus. Suas narrativas são marcadas pela visão de conjunto, pelo orgulho das conquistas e, em alguns momentos, pela consciência honesta das limitações que não puderam ser superadas.

Os servidores pioneiros: professores como E7 e E3, e técnicos administrativos como E4, E8, E10, E11 e E13, são os sujeitos que viveram mais intensamente o cotidiano da implantação. Foram eles que chegaram ao campus ainda em obras, que criaram os documentos institucionais do zero, que trabalharam com recursos insuficientes e que construíram, na prática diária, o que os planos formais apenas esboçavam. Suas narrativas são densas de experiências concretas, de detalhes do cotidiano e de emoções que os documentos oficiais não registram.

Os egressos E2, E5, E9, E12 e E14 oferecem a perspectiva de quem chegou ao campus já em funcionamento, como estudantes das primeiras turmas. Eles não viveram o processo de criação, mas viveram seus resultados imediatos, a estrutura física, os professores pioneiros, os primeiros laboratórios e podem avaliar, a partir de suas trajetórias posteriores, o impacto que a experiência no campus teve em suas vidas. A representante da comunidade local, E6, moradora do entorno do campus, oferece a perspectiva de quem observou o processo de fora: a chegada das máquinas, a construção do prédio, a abertura dos portões e a chegada dos primeiros estudantes.

6.2 A gênese do campus: entre a política e o improviso

6.2.1 A decisão de criar e a escolha do terreno

A categoria que emergiu com maior força nas narrativas dos gestores diz respeito ao processo político e institucional que antecedeu a criação do campus. As narrativas de E1 e E15 revelam que a decisão de instalar uma unidade em Ibirité não foi resultado de um planejamento orgânico do IFMG, mas de uma política federal de expansão que já havia definido os municípios contemplados antes de

qualquer consulta às instituições locais. O ex-Reitor E1 declarou não ter participado das decisões iniciais sobre a localização: “nessa época eu estava fora da gestão, eu estava em sala de aula no campus São João Evangelista, era professor (E1, 2026)”.

Já o Diretor fundador E15, que ocupava a Pró-Reitoria de Planejamento quando as negociações começaram, descreveu com riqueza de detalhes como se deu a escolha do terreno específico dentro do município:

> [...]A definição da cidade já estava definida. As cidades já estavam todas definidas. Isso, inclusive, foi uma lei de criação da expansão dos institutos federais. A negociação que eu estou te descrevendo é IFMG e Prefeitura. Já estava definido que era Ibirité. A primeira vez que eu fui lá naquele terreno, ali no topo do morro onde termina o bairro, era uma estrada de terra, não tinha iluminação pública, não tinha esgoto, não tinha água, não tinha nada. (E15, 2026).

Figura 24 - Terreno destinado ao Campus Ibirité em abril de 2015, antes da conclusão das obras.



Fonte: Google Street View (2015). Disponível em: https://www.google.com/maps. Acesso em: 2026.

Já E11, por sua proximidade prévia com a Reitoria do IFMG, demonstra um conhecimento mais apurado sobre o processo político que resultou na escolha de Ibirité como sede do novo campus:

> Nas tratativas, até se definir o local, pelas notícias que eu conheço, eu sei que praticamente falando, houve conversas, tem relatos disso na mídia, do reitor Kleber, na época, com o presidente da Fundação Helena Antipoff, para verificar a possibilidade de implementação do instituto [...] e posteriormente, com a troca de prefeito, na época, começou as tratativas

> politicamente com o prefeito Pinheirinho, depois o prefeito Laercio, que foi a continuidade na gestão dele, que foi feita a doação do terreno. (E11)

O depoimento de E11 confirma e enriquece dados documentais já identificados na pesquisa: a doação do terreno pela Prefeitura de Ibirité como condição decisiva para a implantação do campus, a articulação política entre gestores municipais e a Reitoria do IFMG, e a escolha da localidade no bairro Vista Alegre como resultado de critérios técnicos combinados com decisões políticas. E8 menciona, por sua vez, a circulação de informações não oficiais, os chamados boatos, sobre a doação do terreno pela família Pinheiro, o que sugere a existência de uma narrativa paralela, de caráter mais informal, sobre as origens do campus.

Do ponto de vista teórico, esses depoimentos dialogam com a literatura sobre expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O período de criação do Campus Ibirité insere-se no contexto da Chamada Pública nº 002/2007 do MEC/SETEC, que integrou a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com previsão de criação de 150 novas unidades em todo o Brasil. As narrativas dos entrevistados permitem compreender como esse processo nacional de expansão se materializou localmente, com todas as suas tensões, negociações e contingências.

Essa narrativa confirma o que os documentos institucionais apontavam: o terreno não foi selecionado pelo IFMG a partir de critérios técnicos independentes, mas doado pela Prefeitura de Ibirité como condição para a implantação do campus. E15 detalhou as negociações sobre as exigências técnicas que precisavam ser cumpridas pelo município: pavimentação do acesso, instalação de água, energia e rede de esgoto, e os acordos firmados entre o IFMG e a administração municipal. A escolha do local foi, portanto, antes de tudo, uma negociação política em que as condições ideais foram sacrificadas em favor da viabilidade do projeto: a gente não queria também fazer um negócio no centro para atender as mesmas pessoas (E15, 2026).

O professor pioneiro E7 acrescentou uma informação igualmente reveladora: quando conheceu o campus, em fevereiro de 2018, havia apenas uma servidora formalmente lotada na unidade, designada para garantir a existência jurídica da instituição e o Diretor pro tempore Oiti, que ainda estava lotado em outro campus. O

prédio avançava em fase de acabamento, mas o campus, enquanto comunidade humana e instituição operante, simplesmente ainda não existia.

6.2.2 A equipe voluntária das sextas-feiras

Um dos achados mais significativos desta pesquisa, revelado pela narrativa de E7 e confirmado por outros entrevistados, é a existência de um grupo informal de professores que, entre fevereiro e outubro de 2018, dedicou suas sextas-feiras e horas além do expediente regular à criação de toda a documentação que permitiria ao campus iniciar suas atividades acadêmicas.

> [...]Fomos nós quatro, mais o professor Oiti, que nos reunimos toda semana nas sextas-feiras lá na reitoria e nós criamos todo o processo burocrático, toda a documentação para começar o campus Ibirité. A gente ainda não havia sido removido para o campus. Foi uma equipe de cooperação. O reitor autorizou que a gente trabalhasse nos nossos campi e na sexta-feira viesse para Belo Horizonte, na reitoria, para poder ajudar na criação dessa documentação. (E7, 2026)

Essa equipe era composta pelo professor Oiti, Diretor pro tempore, pelo professor E7, pela professora Mônica, pelo professor Fábio Lúcio e pelo professor Robert, todos provenientes de outros campi do IFMG e reunidos pelo interesse em se remover para a nova unidade. Em oito meses de trabalho intenso, das sextas na reitoria e de horas extras nos outros dias, essa equipe criou os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), as matrizes curriculares e um sofisticado sistema de planilhas para calcular a necessidade de professores por área ao longo dos semestres. Segundo E7:

> [...]nós não usamos nenhum software computacional especializado. Nós utilizamos planilhas em formato Excel. Nós criamos fórmulas matemáticas que calculariam a necessidade de cada professor, de cada perfil, à medida que os semestres fossem evoluindo (E7, 2026).

Esse dado, a criação de um campus federal por meio de planilhas elaboradas voluntariamente nas sextas-feiras é um dos mais eloquentes sobre as condições reais em que a expansão da Rede Federal se materializou. Ele revela que a criação institucional se deu muito mais por improviso criativo e comprometimento pessoal do que por planejamento sistemático e recursos adequados. Ao mesmo tempo, ele demonstra que esses sujeitos não eram vítimas passivas de um sistema deficiente:

eram protagonistas que decidiram fazer acontecer, com o que tinham, no tempo que tinham.

6.2.3 A batalha pelos códigos de vaga

A narrativa de E7 sobre a negociação dos códigos de vaga junto ao Ministério do Planejamento e ao Colégio de Dirigentes do IFMG revelou uma dimensão do processo que nenhum documento oficial registra com transparência: a resistência interna de outros diretores de campus à abertura de uma nova unidade.

> [...]Os demais diretores dos outros campi não concordavam com a abertura de um novo campus. A fala deles era: de que adianta criar um novo campus se os atuais campi ainda não estão completos? Teve uma certa resistência e até uma certa divergência política entre eles. E o Oiti, ele foi muito forte naquele momento de defender os interesses do campus Ibirité e de brigar pelo surgimento do campus Ibirité. (E7, 2026).

O ex-Reitor E1 confirmou essa tensão no Colégio de Dirigentes e descreveu a lógica que presidiu a distribuição dos códigos de vaga: de 49 códigos recebidos pelo IFMG, 37 foram destinados ao Campus Ibirité, e apenas 12 distribuídos entre as demais unidades. Um acordo foi costurado: vagas que inicialmente poderiam ir para Ibirité foram cedidas temporariamente a outros campi, com o compromisso de que seriam retribuídas quando o campus estivesse em condições de recebê-las. E1 avaliou o resultado com reconhecimento explícito: “o Oiti teve um trabalho brilhante na implantação. Ele estava à frente como diretor geral e foi o que na verdade fez o papel do IFMG nessa implementação, mais diretamente à frente (E1, 2026)”.

Essa negociação, conduzida com habilidade política e visão estratégica, foi decisiva para que o campus pudesse abrir com um quadro minimamente funcional de servidores. Ela também revela, como antecipava a literatura (LIMA; PEREIRA, 2019), que a criação de um novo campus não é apenas um ato administrativo: é um processo político que envolve disputas por recursos escassos, articulações de interesse e lideranças capazes de defender a nova unidade em contextos de resistência institucional.

6.3 Os desafios da implantação: da precariedade à resiliência

6.3.1 Chegar sem água e sem luz: a precariedade inicial

As narrativas dos técnicos administrativos que chegaram ao campus em agosto de 2018, entre eles E10 e E4, oferecem um retrato vívido das condições em que o campus iniciou seu funcionamento. E10, que chegou como parte de um grupo de seis técnicos convocados no último dia de validade de um concurso de 2012, descreveu com clareza e humor o que encontraram:

> [...]Em agosto de 2018, chegamos aí em Ibirité sem água e sem energia. Os primeiros dias aí não tinha água, nem energia, só tinha um prédio. A gente levava uma água gelada, dois litros com gelo, um notebook pessoal, porque não tinha ainda instrumento no campus, nada. Tinha mobília, tudo sujo, a gente teve que levar um veja e um pano de casa para limpar onde ia se sentar, para limpar onde se colocar o notebook. Muito precário, só a gente no campus, uma guarita, um sol escaldante e alguns cachorros. (E10, 2026)

Essa narrativa, verificada por outros relatos, revela uma contradição significativa: o campus que se distinguia por ter inaugurado somente após a conclusão do prédio pedagógico recebeu seus primeiros servidores sem condições mínimas de funcionamento. O prédio estava formalmente concluído, mas a infraestrutura de serviços ainda precisava ser instalada. Os servidores chegaram antes que essas condições estivessem disponíveis e enfrentaram semanas de trabalho em condições que E10 descreveu como, ao mesmo tempo, traumáticas e únicas. E10 registrou também a dimensão humana e coletiva desse período: “a gente voltava para casa como mecânico. Mas eu me lembro que a gente tinha uma alegria muito grande em fazer tudo o que a gente fazia, a gente queria fazer esse campus dar certo, e a oportunidade é única (E10, 2026)”.

Essa tensão entre as condições adversas e o entusiasmo coletivo aparece em praticamente todas as narrativas dos servidores pioneiros e constitui um dos traços mais marcantes da memória fundadora do campus, uma combinação de dificuldade e alegria que Bosi (2003) reconheceria como típica das memórias de trabalho coletivo intensamente vivido.

6.3.2 A insuficiência do quadro de servidores como desafio estrutural

O desafio mais citado pelos entrevistados, independentemente do perfil, foi a crônica insuficiência do quadro de servidores em relação às demandas do campus.

E4 apresentou essa questão com precisão técnica que nenhum documento institucional havia tornado tão explícita:

> [...]O campus IFMG Ibirité foi projetado para funcionar no modelo 70/45: 70 docentes e 45 técnicos administrativos. E nós abrimos com alguns docentes que vieram de remoção de campi da rede e cinco técnicos administrativos. Então nós estávamos muito longe dos 45. E o crescimento ele não foi proporcional: começou a explodir de alunos, nós tivemos um aumento muito grande da demanda, e o número de servidores não acompanhou esse crescimento. (E4, 2026).

A tensão estrutural entre o modelo de pessoal projetado para a implantação do campus e a realidade observada em sua abertura pode ser sintetizada no quadro 5 a seguir:

Quadro 6 - Modelo projetado X realidade na abertura: corpo docente e técnico-administrativo do IFMG - Campus Ibirité

Categoria	Modelo projetado	Realidade na abertura	% do planejado
Docentes	70	20	28,6%
TAEs	45	7	15,6%
Total	**115**	**27**	**23,5%**

Fonte: elaborado pelo autor (2026), a partir de dados documentos e entrevistas.

Essa distância entre o modelo planejado e a realidade operacional gerou sobrecarga sobre todos os servidores e exigiu adaptações constantes nos calendários, nos procedimentos e nas responsabilidades de cada função. E4 descreveu situações em que professores precisavam auxiliar em tarefas administrativas nos períodos de matrícula, e em que disciplinas ficavam sem professor no primeiro ano e só eram oferecidas no seguinte. O servidor E11 confirmou que essa situação perdurou após 2019, quando chegou ao campus: “a gente tinha muita coisa para fazer e pouca gente para fazer (E11, 2026)”.

A ausência de um profissional pedagogo, identificada por E10 e E4 como um problema estrutural que persiste até hoje, quase oito anos após a inauguração é apontada como uma das consequências mais duradouras das decisões de gestão tomadas na fase inicial: “até hoje nós nem temos um setor pedagógico no campus com um profissional pedagogo. Já são quase 8 anos de funcionamento sem ter um setor pedagógico (E4, 2026)”.

Essa lacuna, ausente nos documentos institucionais, emerge nas narrativas orais como um dos nós mais difíceis da trajetória do campus. Um nó que conecta as dificuldades do passado aos desafios do presente e que ilustra, concretamente, o custo institucional da expansão acelerada sem os recursos humanos correspondentes.

6.3.3 A parceria com a Prefeitura como suporte fundamental

Em contraposição às dificuldades internas, os entrevistados foram unânimes em destacar o papel decisivo da Prefeitura de Ibirité como parceira na fase inicial de funcionamento. E15 descreveu com detalhes a natureza e o alcance dessa parceria:

> [...]A prefeitura disponibilizou para a gente pessoal de vigilância, pessoal de limpeza, até a impressora, que a prefeitura tinha contrato de impressora. E como a gente não gastava dinheiro com o pessoal de limpeza e com vigilância, esse recurso era um recurso que a gente reservava. Todo ano a gente colocava quase R$ 1.000.000,00 em equipamentos, em infraestrutura e tal. Por isso que o campus hoje tem a estrutura que tem. (E15, 2026).

E4 acrescentou que a Prefeitura cedeu também um ônibus escolar para transportar os primeiros alunos desde o centro de Ibirité até o campus, resolvendo provisoriamente o problema do acesso agravado pela ausência de linhas regulares de transporte público. E11 confirmou: “sempre teve uma parceria forte com a prefeitura, de disponibilizar um ônibus escolar específico que atendia os alunos aqui do campus (E11, 2026)”.

A análise dessas narrativas à luz do referencial teórico revela um padrão que a literatura sobre implementação de novas unidades da Rede Federal identifica como recorrente: diante da insuficiência dos recursos federais, as instituições estabelecem parcerias locais que suprem, ainda que de forma precária e temporária, as lacunas do sistema federal (DINIZ, 2013; SOUZA, 2017). Essa dependência de apoio externo é, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência e uma vulnerabilidade estrutural, como E15 reconheceu ao registrar que, quando a parceria com a Prefeitura foi descontinuada por razões políticas locais, o campus precisou redirecionar recursos que antes eram investidos em infraestrutura para custear os serviços de limpeza e vigilância.

6.3.4 O desafio do acesso e a localização periférica

A localização do campus no alto de um morro, na periferia de Ibirité, sem acesso de transporte público regular foi identificada pelos entrevistados como um desafio que atravessou toda a fase inicial. A representante da comunidade local E6 descreveu a situação com precisão: “por ser no pé da Serra do Rola Moça, sem ônibus, sem asfalto, sem água, sem luz, sem nada, o primeiro ponto crítico foi esse (E6, 2026)”. E4 detalhou as medidas adotadas: “para o ônibus chegar até aqui tinha que ter a sinalização aérea e a sinalização no asfalto. Teve que fazer uma obra para colocar o asfalto, para colocar a sinalização, para que o ônibus trouxesse os alunos até o campus (E4, 2026)”.

A questão da localização periférica, contudo, não é apenas um problema logístico. Ela é também uma escolha política que reflete a missão dos Institutos Federais de levar a educação federal a territórios historicamente excluídos. Como argumentou E15: “a gente não queria também fazer um negócio no centro para atender as mesmas pessoas (E15, 2026)”.

A localização no alto do morro, à margem do bairro mais periférico de Ibirité, expressava a intenção de democratizar o acesso, ainda que, paradoxalmente, a precariedade da infraestrutura de acesso dificultasse, nos primeiros anos, exatamente o alcance dessa população mais vulnerável.

No que se refere ao acesso e ao transporte, o isolamento geográfico do campus, situado nas proximidades da Serra do Rola Moça, em área anteriormente sem pavimentação, iluminação pública ou linhas regulares de ônibus – emerge como o desafio mais universalmente mencionado pelos participantes. A Entrevistada 6 sintetiza essa condição de maneira contundente:

> Eu acho que o acesso ali seria o mais crítico, né, porque por ser no pé da Serra do Rola Moça, sem ônibus, sem asfalto, sem água, sem luz, sem nada, né, então eu acho que o primeiro ponto foi esse, né. Nada. Era a mata, né, que dava acesso à cachorreira. (E6, 2026)

A precariedade das condições de acesso é confirmada pelos depoimentos dos discentes. O Entrevistado 2 relata as dificuldades financeiras decorrentes do custo do transporte:

> A linha de ônibus ela era muito cara. Então eu tive uma dificuldade financeira, mas depois fui entrando no projeto e por meio de assistência estudantil aí eu consegui me manter melhor no IF. (E2, 2026).

A Entrevistada 9, por sua vez, descreve com riqueza de detalhes as improvisações que marcaram a rotina alimentar dos primeiros alunos:

> A alimentação foi uma dificuldade, porque também não tinha o restaurante. O marmiteiro era um caos. A geladeira não dava para todo mundo. Você tinha que chegar. Eu lembro que eu chegava aí no IF, a aula começava às 7h30, eu chegava umas 6h40. Eu colocava marmita lá atrás, porque o pessoal ficava abrindo. (E9, 2026).

6.4 A construção da identidade institucional

6.4.1 A definição do eixo tecnológico e o campus 4.0

Uma das decisões mais estratégicas tomadas pela equipe pioneira foi a definição do eixo tecnológico que orientaria a oferta de cursos do campus. A narrativa de E7 sobre esse processo é um dos momentos mais ricos das entrevistas, revelando como uma decisão de grande alcance institucional foi tomada com base em pesquisas de campo, observação do entorno e criatividade diante da ausência de protocolos estabelecidos:

> [...]Quando nós conhecemos o Oiti, o que tinha era um prédio, um prédio e máquinas e funcionários trabalhando. A pergunta é: o nosso campus, ele será especializado em qual área? Quais são os cursos que nós vamos criar? A gente observou ao redor, as escolas que existiam, os cursos que já eram ofertados, as empresas. E observamos o perfil da população e como a população se comportava. O eixo de atuação do campus Ibirité seria controle e processos industriais. (E7, 2026).

Essa decisão foi fundamentada em pesquisa desenvolvida pelo professor Fernando Braga, que mapeou o fluxo de deslocamento da população da região de Ibirité para os grandes polos empregadores da Região Metropolitana de BH. Os dados revelaram um intenso fluxo de trabalhadores em direção às grandes empresas industriais, o que orientou a escolha de cursos voltados para automação industrial, sistemas de energia renovável e mecatrônica, todos dentro do eixo de controle e processos industriais do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

E15 descreveu como essa identidade tecnológica ganhou projeção e nome próprio: “eu comecei a falar assim, ah, vai ser um campus 4.0, informalmente falando. Isso antes do campus existir. Esse nome pegou. Quando falava de campus de tecnologia avançada, o pessoal sabia de Ibirité (E15, 2026)”.

A expressão campus 4.0, embora nunca formalizada em documento oficial, tornou-se um elemento central da identidade narrativa da instituição, um lugar de memória simbólico, nos termos de Nora (1993), que orientou as aspirações, as escolhas pedagógicas e as parcerias institucionais da nova unidade. A narrativa de E7 sobre o processo confirma essa identidade na prática: “criamos todo o nosso escopo, toda a nossa organização curricular, voltados para esse eixo de controle de processos industriais, que envolve automação industrial (E7, 2026)”.

6.4.2 O espírito pioneiro como elemento constitutivo da identidade

As narrativas dos servidores pioneiros são perpassadas por um sentimento que pode ser denominado espírito pioneiro: a consciência coletiva de estar participando de algo inédito, de ter a oportunidade de construir uma instituição do zero, com todas as dificuldades e todas as liberdades que isso implica. E10 expressou esse sentimento com clareza:

> [...]Eu sabia que era uma oportunidade única para eu poder enxergar o processo de gestão escolar desde o início, e foi de fato uma oportunidade única, também traumática, mas foi única. Esse pelo menos foi o meu pensamento, talvez nunca mais terei uma oportunidade de começar uma escola. (E10, 2026).

E7, por sua vez, articulou esse sentimento na perspectiva da superação coletiva de um desafio que parecia impossível:

> [...]eu me lembro de ter visitado outras unidades, como por exemplo, o próprio campus Formiga, que era a minha antiga unidade. E dos professores meio que debocharem, dizendo que aqui daria errado, que a gente nem tinha corpo de servidor suficiente para fazer a coisa andar. E nós mostramos que eles estavam errados e que deu para fazer funcionar (E7, 2026).

O depoimento de E3 talvez seja o mais emblemático no que diz respeito à disposição dos primeiros servidores para superar as deficiências estruturais através do trabalho voluntário e improvisado:

> Ôh, Sebastião, te falar que faltava muita coisa quando a gente começou aqui, viu? Faltava muita coisa, então assim, instalação de data show,

> instalação de quadro, instalação de corrimão, eu fiz isso tudo. Eu peguei pra, soldei corrimão, tem varios corrimãos, espere, tem que não tenha quebrado, portão, corrimão tela, nossa, tem enxada que tava quebrada, eu já soldei já. Enxada essa eu usei pra capinar aqui na frente, que antes também era puro mato ali na frente [...] a gente não tinha impressora, a gente não tinha sistema acadêmico, então tinha que fazer tudo no excel controle de nota de aluno, presença frequência, tudo no excel. (E3, 2026).

Essa narrativa de superação coletiva contra a incredulidade externa é um elemento constitutivo da memória fundadora do campus, o que Ricoeur (2007) denominaria identidade narrativa: a história que o grupo conta sobre si mesmo para dar sentido ao que viveu e para se reconhecer como comunidade. O Campus Ibirité, nessa narrativa, nasce não apesar das dificuldades, mas por meio da capacidade coletiva de superá-las. Essa origem marca a identidade da instituição de uma forma que nenhum documento oficial pode capturar e que só as vozes dos sujeitos podem transmitir.

6.5 O impacto sobre a comunidade e os egressos

6.5.1 A chegada do campus aos olhos da comunidade

Os entrevistados E8 e E13 apontam um paradoxo persistente: apesar de sua localização no município de Ibirité, o campus permanece pouco conhecido pela população local. E8 relata situações cotidianas que evidenciam esse desconhecimento, como motoristas de aplicativo que desconhecem a existência do campus ou o confundem com uma "faculdade". Essa invisibilidade é atribuída, em parte, à ausência de estratégias ativas de divulgação e de comunicação com a comunidade, tanto por parte do campus quanto da Reitoria.

A narrativa de E6, moradora do entorno do campus, oferece uma perspectiva que os documentos institucionais não contemplam: a forma como a comunidade local vivenciou a chegada de uma grande obra em seu território, antes mesmo de saber o que seria construído.

> [...]Quando começou a estruturação, as máquinas chegando para fazer a limpeza do terreno, a gente ficou muito preocupado porque cada um falava uma coisa: falava que ia ser cadeia, falava que ia ser alguma coisa

> de menores. Todas as informações, menos que ia ser o IF de Ibirité. Ficamos muito preocupados porque era uma área de mata da Serra do Rola Moça e as máquinas chegando e entrando na nossa área verde. (E6, 2026).

Essa narrativa revela que o processo de implantação do campus não foi acompanhado de uma comunicação adequada com a comunidade do entorno. A ausência de informação gerou inicialmente desconfiança e preocupação ambiental, que só foram substituídas pela curiosidade e pelo interesse à medida que a escola abriu suas portas e os primeiros estudantes começaram a frequentá-la. E6 descreveu como o campus foi progressivamente ganhando reconhecimento:

> [...]hoje essa procura, essa oferta e procura é mais fácil com a comunidade, porque a escola abre as portas para ajudar o aluno, abre as portas para ajudar a comunidade (E6, 2026).

E10 registrou, na perspectiva interna, as estratégias desenvolvidas para integrar o campus ao território:

> [...]visitamos hortas, empresas, escolas públicas, igrejas e câmaras municipais. Eu e o Wanderson fomos em igrejas para divulgar o campus. O IF aberto, que era uma ideia do diretor de ensino, abriu a instituição para que a comunidade pudesse ver o que se produz no IF (E10, 2026).

Essas iniciativas, embora não sistematizadas em um plano formal de extensão, foram decisivas para que o campus construísse sua presença no território e superasse a invisibilidade que marcou seus primeiros meses de funcionamento.

6.5.2 O campus na perspectiva dos egressos

As narrativas dos egressos E5 e E14 são marcadas por avaliações profundamente positivas do impacto que a experiência no campus teve em suas trajetórias de vida. E5, que hoje trabalha na indústria, descreveu a contribuição do campus com a síntese afetiva de quem reconhece uma dívida de formação:

> [...]O que eu aprendi lá me preparou, me deu uma base, uma escada pra poder chegar na empresa hoje. Tenho um pensamento diferente, um pensamento lógico, rápido. Lá foi uma segunda casa, porque lá eu aprendia, mas também eu ria bastante, eu criei uma família aqui. (E5, 2026).

E14, que estudou no campus e hoje mora nos Estados Unidos, articulou com maior elaboração reflexiva a dimensão mais ampla do impacto do IFMG:

> [...]A educação e de onde ela pode te levar, essa noção eu comecei a desenvolver no IF mesmo. Que eu comecei a ter acesso a esses debates mais profundos, essas oportunidades que dariam uma extensão do

> pensamento maior para outras áreas. Não necessariamente só a área técnica, porque a área técnica em si, o IF tem muita competência, porém, de uma maneira indireta no pessoal das pessoas, o instituto trabalha também. Você vê pessoas incríveis trabalhando lá. E pessoas que têm realmente uma profundidade intelectual, não só na área delas, mas na vida no geral. (E14, 2026).

Ambos os egressos destacaram a diversidade como um dos aspectos mais formativos da experiência no campus: “ tinham pessoas que tinham muito mais dinheiro que eu e pessoas que não tinham quase nada, e estava todo mundo reunido no mesmo lugar, porque estava trazendo oportunidade para todo mundo (E14, 2026)”.

Essa observação é especialmente significativa à luz do referencial teórico: a formação omnilateral que os Institutos Federais propõem não se realiza apenas nas salas de aula e nos laboratórios, mas também na convivência entre sujeitos de origens diversas que partilham um espaço comum de aprendizagem, o que Saviani (2007) identificaria como a dimensão cultural da formação integrada.

E14 registrou também memórias sensoriais e afetivas do campus, a primeira aula do professor Gabriel, a primeira festa junina, o trabalho coletivo na horta, a aula experimental no terreno onde hoje fica o ginásio, que são, segundo Portelli (1998), a dimensão mais autêntica e insubstituível da memória oral: aquilo que os documentos jamais poderão preservar e que só as vozes dos sujeitos podem transmitir às gerações seguintes.

6.6 A memória dividida: tensões, silêncios e perspectivas divergentes

6.6.1 A ausência de registro como problema coletivamente reconhecido

Uma das categorias mais consistentes que emergiu das entrevistas, presente em praticamente todos os depoimentos, independentemente do perfil do entrevistado: foi o reconhecimento coletivo da ausência de um registro sistemático da história do campus. Essa ausência foi apontada pelos próprios sujeitos como um problema sério, cujas consequências se fazem sentir no presente e cujos riscos se intensificam com o tempo.

O ex-Reitor E1 foi direto no reconhecimento da limitação institucional:

> [...]é uma questão que realmente eu achei que a gente precisa melhorar muito enquanto instituição, essa questão dos registros históricos.

> De uma maneira geral, o IFMG enquanto gestão também, acho que a gente pouco conseguiu avançar nesse sentido de preservar a história (E1, 2026).

E15 foi ainda mais explícito ao reconhecer sua própria responsabilidade na ausência de registros:

> [...]cara, não tem. Eu sou ruim disso. Eu sou mais executivo do que organizacional. O atropelo era grande, foi muito improviso o tempo inteiro. Não sobrava muito tempo pra ficar contando historinha (E15, 2026).

E4 é categórico ao afirmar: "Eu não tenho notícia [de registros históricos] [...] eu desconheço algum registro, tanto fotográfico, quanto escrito, ou de mapas, ou de croquis dessa evolução, sabe? Então eu não tenho". E8 vai além, observando que "a única coisa que eu vejo como história sendo registrada é o quadro de diretores. Só". E13 confirma essa percepção: "Não, não há iniciativas e, como eu falei antes, eu acredito que não existe esse registro, a preocupação em tê-lo, construí-lo".

E4 descreveu com precisão a dinâmica estrutural que impede a preservação da memória em uma instituição que opera com quadro insuficiente de servidores:

> [...]nós ainda estamos com um número de servidores, talvez vinte e poucos servidores técnicos administrativos. O trabalho muito dos servidores acaba sendo operacional. Não há tempo disponível por parte da maioria dos servidores de ter um trabalho intelectual nesse sentido (E4, 2026).

E10 relatou uma tentativa frustrada de organizar um memorial:

> [...]nós tivemos a proposta de fazer um memorial. A gente recolheu alguns documentos, a ideia era dar nome para alguns ambientes. Mas eu acho que não foi para frente. Esse trabalho se perdeu com o tempo (E10, 2026).

O Entrevistado 12 descreve os elementos de memória que conseguiu identificar no campus: placas comemorativas, uma pequena exposição na sala dos professores, mas reconhece a insuficiência desses registros para a constituição de uma memória institucional robusta:

> Ali tem um investimento também nas placas. Eu gostava muito de passar ali e ler as placas que tem ali em frente à porta do IFMG, tem a placa de inauguração. Na placa do laboratório de prototipagem, a placa do ginásio, todas contendo essas informações, mas além dessa preservação, eu não tenho ciência. (E12, 2026).

Essas narrativas convergem para uma conclusão que o referencial teórico antecipava: quando a memória não é deliberadamente cultivada, ela se dispersa (NORA, 1993). Os documentos se perdem, os relatos orais se desvanecem, e os

sujeitos que viveram os momentos fundadores vão se afastando da instituição. A pesquisa que originou esta dissertação chegou, portanto, em um momento crítico: ainda é possível recuperar as memórias dos fundadores porque muitos deles permanecem acessíveis. Em poucos anos, essa janela pode estar fechada.

6.6.2 Perspectivas divergentes: avaliações distintas sobre o legado da fase inicial

Ao longo das entrevistas, emergiram divergências significativas nas avaliações sobre a trajetória do campus, que ilustram com precisão o conceito de memória dividida proposto por Portelli (1997). Essas divergências não invalidam nenhuma das perspectivas; ao contrário, sua coexistência é em si mesma um dado analítico, que revela a complexidade do processo investigado e a pluralidade de experiências que o compõem.

A divergência mais evidente diz respeito à avaliação do legado pedagógico e organizacional da fase inicial. Enquanto E15 e E7 destacam o pioneirismo, a criatividade e os acertos, nós tivemos muito mais acertos do que erros (E7, 2026), E10 oferece uma avaliação mais crítica sobre as consequências de algumas decisões de gestão:

> [...]Os frutos que Ibirité hoje colhe não são frutos ocasionais, de má sorte, ou de boa sorte. Eles são frutos de decisões. Ibirité acertou muito, só por existir, já é um acerto, mas poderia ter feito muito mais e melhor. (E10, 2026).

Essa divergência não é uma contradição: ela reflete posições diferentes em relação ao processo e avaliações legítimas feitas a partir de experiências distintas. E15, como Diretor fundador, avalia o processo a partir da perspectiva de quem precisava fazer o campus funcionar no menor tempo possível, com os recursos disponíveis. E10, como servidor técnico-administrativo que viveu as consequências cotidianas das decisões de gestão, avalia a partir da perspectiva de quem lidou com as lacunas que essas decisões deixaram. Ambas as perspectivas são verdadeiras e necessárias para uma compreensão completa do processo.

Outra tensão significativa emerge nas avaliações sobre a relação entre a dimensão técnica e a dimensão pedagógica do campus. E10 argumentou que uma escola profissionalizante é, antes de tudo, uma escola, e que a ênfase excessiva na dimensão operacional pode comprometer a qualidade da educação oferecida:

> [...] quando a educação se trata com amadorismo, gera prejuízo para o Estado, dinheiro jogado fora e uma eficiência acadêmica baixa diante da estrutura que se tem (E10, 2026).

Essa crítica, que ecoa as preocupações teóricas de Saviani (2007) sobre a formação omnilateral, é um convite à reflexão sobre os limites e as potencialidades do modelo adotado pelo campus e sobre as escolhas que ainda podem ser feitas para aprimorá-lo.

6.6.3 A pesquisa como ato de memória: o reconhecimento dos sujeitos

Um elemento que emergiu de forma consistente nas entrevistas foi o reconhecimento, por parte dos próprios sujeitos, de que a pesquisa que originou esta dissertação constitui ela mesma um ato de memória, a primeira iniciativa sistemática de recuperação e registro da história do campus. Esse reconhecimento não é apenas uma avaliação sobre o produto acadêmico; é uma forma de os sujeitos se posicionarem em relação à memória que estão ajudando a construir.

O egresso E5 expressou com simplicidade e precisão o que a ausência de registros significa para quem chegou depois:

> [...] a gente realmente não tem muito acesso, muito conhecimento. A gente ouviu algumas histórias do IF, do Oiti, de alguns professores, de como foi o início, mas não tem muita coisa exposta para a gente saber, conhecer a história do IF. Ela é um pouco oculta. Agora, com o seu mestrado, estou vendo que tem. Você foi o primeiro que tomou essa iniciativa de buscar a história do IF (E5, 2026).

E15, que durante toda a entrevista reconheceu sua própria limitação como preservador da memória, vislumbrou o que a pesquisa poderia representar para a instituição:

> […] Se alguém pegasse para fazer isso como um trabalho mesmo da área de história, uma dissertação de mestrado, por exemplo, pra falar assim, uma organização histórica de Ibirité para recuperar essas coisas todas e montar um... Seria um trabalho maravilhoso, que teria um valor muito grande e um reconhecimento muito grande para quem fizesse isso. (E15, 2026).

A dimensão simbólica desse reconhecimento é notável: o Diretor fundador descreve, em termos elogiosos, exatamente a pesquisa que o pesquisador está produzindo, sem saber, no momento em que fala, que é sobre ela que fala. Essa coincidência não é apenas curiosa: ela confirma que a pesquisa responde a uma necessidade real e sentida pelos próprios sujeitos que a protagonizam. Esta

dissertação não é apenas sobre a memória do campus; ela é, também, parte da memória do campus e essa condição lhe confere uma responsabilidade que vai além dos requisitos acadêmicos do Mestrado Profissional.

6.7 Síntese analítica: o que as vozes revelam

A análise das entrevistas revelou, em síntese, cinco contribuições fundamentais para a compreensão do processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité que os documentos oficiais não permitem alcançar.

Quadro 7 - Frequência de menção das categorias temáticas por participante

Categoria	Frequência de menção	Entrevistados que mencionaram
C6 – Impactos educacionais, sociais e territoriais	15/15	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14 e E15
C2 – Implantação e desafios iniciais	14/15	E1, E2, E3, E4, E5, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14 e E15
C5 – Construção da identidade institucional	11/15	E2, E3, E4, E5, E6, E8, E9, E10, E12, E14, E15
C4 – Relações com a comunidade local	9/15	E1, E2, E5, E6, E8, E9, E10, E12, E14
C7 – Preservação da memória institucional	9/15	E2, E3, E5, E6, E9, E10, E12, E14, E15
C1 – Processo de criação do campus	7/15	E1, E3, E4, E6, E8, E10, E15
C3 – Expansão da infraestrutura e dos cursos	7/15	E2, E5, E9, E10, E12, E14, E15

Fonte: elaborado pelo autor a partir da análise do corpus (2026).

Figura 25 - Nuvem de palavras gerada a partir das palavras de maior frequência no corpus das entrevistas



Fonte: elaborado pelo autor com I.A; a partir da análise do corpus (2026).

A primeira é a centralidade da liderança e do comprometimento pessoal. A existência do campus, tal como ele é hoje, dependeu criticamente da liderança do Diretor Oiti e do comprometimento voluntário de um grupo pequeno de professores que trabalharam nas sextas-feiras na Reitoria durante oito meses. Esse dado humaniza o processo e revela o que os documentos institucionais não mostram: que por trás de portarias e relatórios há pessoas que apostaram, que trabalharam além do esperado e que acreditaram quando outros duvidavam.

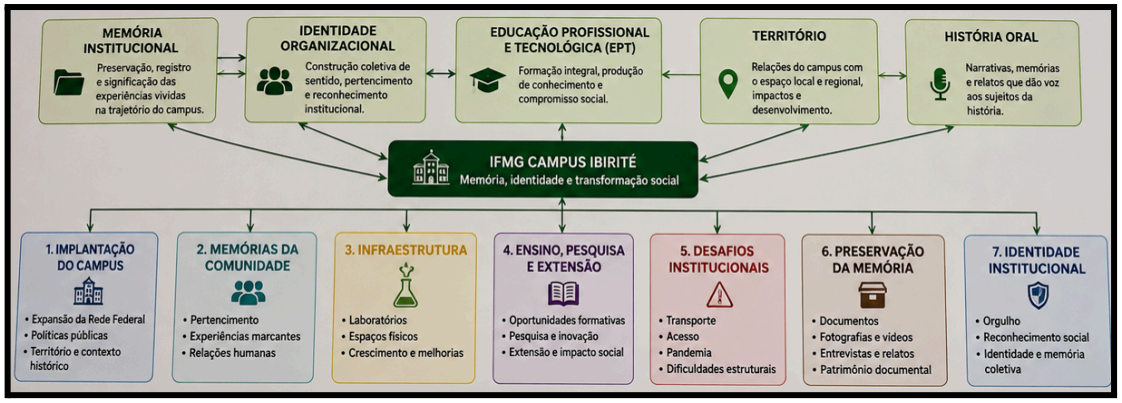
A segunda é a importância das parcerias informais e locais. A parceria com a Prefeitura de Ibirité, que cedeu pessoal de limpeza, vigilância, transporte e equipamentos, foi determinante para que o campus conseguisse sobreviver em seus primeiros anos com um orçamento insuficiente. Essa parceria não está sistematizada em nenhum documento formal, mas aparece em todas as narrativas como um dos pilares da implantação.

A terceira é a tensão estrutural e permanente entre o planejado e o possível. O campus foi projetado para funcionar com 70 docentes e 45 técnicos administrativos, mas abriu com uma fração desse contingente. Quase oito anos depois da inauguração, essa lacuna ainda não foi completamente superada e continua gerando sobrecarga, impactos pedagógicos e um déficit de qualidade institucional que os servidores reconhecem e demandam que seja enfrentado.

A quarta é a ausência de memória institucional como problema coletivamente reconhecido e ainda não resolvido. Todos os entrevistados reconheceram que a história do campus não foi sistematicamente registrada. Essa ausência é, ela mesma, um dado histórico: ela revela as prioridades e as limitações de uma instituição que, desde o início, precisou escolher entre fazer e registrar, e sempre escolheu fazer. A pesquisa que originou esta dissertação é a primeira tentativa sistemática de reverter essa situação.

A quinta é a profundidade do impacto sobre os egressos e a comunidade. As narrativas de E5, E14 e E6 demonstram que o campus cumpriu e continua cumprindo, sua missão fundamental de democratizar o acesso à educação de qualidade em um território que nunca havia contado com ela. Esse impacto, que os indicadores quantitativos apenas esboçam, aparece nas vozes dos egressos como uma transformação profunda e duradoura na trajetória profissional, na visão de mundo e na compreensão do valor da educação como instrumento de emancipação.

Figura 26 - Mapa conceitual integrando as sete categorias de análise com as dimensões teóricas centrais da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor com I.A: a partir da análise das entrevistas (2026).

Quadro 8 - Cronologia histórica do IFMG Campus Ibirité - fontes documentais e orais (2008-2023)

Período	Marco Histórico	Fonte
2008	Criação do IFMG pela Lei nº 11.892/2008. Participação do reitor fundador Kléber na comissão nacional de criação dos institutos.	E1; Lei 11.892/2008
2011–2014	Negociação da localização do campus liderada pelo primeiro reitor do IFMG, Prof. Caio Bueno. Terreno doado pela Prefeitura de Ibirité.	E1; E7

Dez. 2017	Prédio em fase de acabamento. Prof. Oiti (diretor pro tempore, lotado em Bambuí) coordena as obras praticamente sozinho. Apenas uma servidora efetiva lotada no campus.	E7; E4
Fev.–Out. 2018	Equipe voluntária de 5 professores reúne-se às sextas-feiras na Reitoria para criar PPCs, matrizes curriculares e documentação do campus. Parceria decisiva com a Prefeitura (Prefeito William Parreira).	E7
Jul. 2018	Primeiros servidores efetivos nomeados e empossados, ainda com obra em andamento. Ficaram provisoriamente em Betim e na Reitoria.	E4
25 mai. 2018	Portaria MEC nº 500 autoriza o funcionamento do Campus Ibirité.	IFMG, 2018
Out./Nov. 2018	Inauguração oficial (23/11/2018) com Ministro Rossieli Soares. Primeira turma: curso concomitante de Sistemas de Energia Renovável, com professores cedidos de outros campi.	E1; E7; E4
2019	Ingresso das primeiras turmas regulares (integrado e engenharia). Chegada dos 37 códigos de vaga docente. Disputas internas no IFMG sobre distribuição de vagas.	E7; E1
2020	Pandemia: suspensão presencial. Campus mantém vínculos com estudantes por meio de atividades remotas.	E2; E5
Set. 2021	Campus Ibirité – retomada das aulas presenciais. Pós-pandemia: reorganização dos laboratórios e calendário acadêmico.	IFMG, 2021; E5
2021–2022	Consolidação do corpo docente. Olimpíadas científicas e projetos de extensão. Visitas de escolas da região. Primeiras formaturas.	E2; E4
Set. 2023	Inauguração do ginásio poliesportivo e Laboratório Fotovoltaico.	IFMG, 2023

Fonte: elaborado pelo autor (2026), a partir de documentos institucionais do IFMG, MEC e fontes orais.

7 O PRODUTO EDUCACIONAL: RAÍZES E RUMOS - A MEMÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS IBIRITÉ DO IFMG

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) se distingue dos programas acadêmicos tradicionais por uma exigência que lhe é constitutiva: a produção de um produto educacional que traduza os conhecimentos construídos na pesquisa em uma intervenção concreta na realidade da EPT. Esse produto não é um apêndice da dissertação nem uma ilustração dos achados da pesquisa: ele é, como argumenta Guerra (2014), uma das formas pelas quais o Mestrado Profissional cumpre sua missão de articular teoria e prática, produzindo conhecimento aplicado que tenha impacto direto sobre as instituições, os sujeitos e os territórios que investiga.

Este capítulo apresenta o produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa: um infográfico institucional intitulado Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG. O capítulo está organizado em seis seções: a justificativa e os fundamentos teóricos do produto; a concepção e o processo de elaboração; a descrição detalhada de sua estrutura e conteúdo; as decisões tecnológicas que orientaram seu desenvolvimento; a proposta de avaliação e validação; e as perspectivas de uso e difusão.

7.1 Justificativa e fundamentos teóricos do produto

7.1.1 A memória institucional como objeto e como responsabilidade

A escolha do infográfico institucional como formato do produto educacional não foi arbitrária. Ela decorre de uma compreensão específica sobre o que significa preservar e comunicar a memória institucional de uma organização educacional e sobre o papel que um produto acadêmico pode desempenhar nesse processo.

Como demonstrou Nora (1993), em sociedades marcadas pela aceleração da história e pelo enfraquecimento dos meios tradicionais de transmissão da memória, a preservação do passado não ocorre mais espontaneamente: ela exige a criação deliberada de lugares de memória, espaços, objetos, narrativas e dispositivos que cristalizem e transmitam o que não se transmite mais de forma natural. O IFMG - Campus Ibirité, com apenas oito anos de funcionamento no momento da produção

desta dissertação, é uma instituição jovem cuja memória ainda não se consolidou em tradições, rituais e narrativas estáveis. Nesse contexto, a criação de um dispositivo que organize, preserve e comunique essa memória não é um luxo cultural: é uma necessidade institucional urgente.

Ciavatta (2005) reforça essa perspectiva ao argumentar que as instituições de educação profissional são, por excelência, lugares de memória e de identidade, espaços onde trajetórias de vida, projetos de futuro e experiências de formação se entrecruzam e deixam marcas duradouras. Documentar e comunicar essa memória é, portanto, uma forma de reconhecer e valorizar os sujeitos que construíram a instituição: gestores, servidores pioneiros, primeiros estudantes, parceiros comunitários e de transmitir às gerações que chegam o patrimônio simbólico e histórico que os que vieram antes deixaram como herança.

O infográfico institucional, nesse quadro, não é apenas um produto de comunicação: é um instrumento de gestão do conhecimento e de afirmação identitária, que serve simultaneamente a múltiplas finalidades: pedagógica, memorial, institucional e política. Sua dimensão interativa amplia essas possibilidades ao transformar o usuário de receptor passivo em explorador ativo da história do campus, convidando-o a percorrer os marcos históricos no seu próprio ritmo, a ouvir as vozes dos sujeitos e a construir, a partir dessa experiência, sua própria relação com a memória da instituição.

7.1.2 O infográfico como gênero e como ferramenta pedagógica

O infográfico é um gênero textual que combina elementos visuais e verbais para comunicar informações complexas de forma sintética, organizada e visualmente atraente. Sua eficácia pedagógica decorre de sua capacidade de articular diferentes linguagens: texto, imagem, ícone, linha do tempo, gráfico em uma estrutura coerente que facilita a compreensão e a retenção das informações por parte do leitor (LIMA, 2019).

Na sua versão digital, o infográfico adquire uma dimensão adicional: ele não apenas apresenta informações, mas cria uma experiência de navegação que envolve o usuário ativamente no processo de construção do conhecimento. O usuário pode escolher seu percurso, aprofundar os tópicos que mais lhe interessam,

ampliar imagens e retornar a seções anteriores, o que transforma a experiência de acesso à memória institucional em um processo dinâmico e personalizado.

Para os fins desta pesquisa, o infográfico é especialmente adequado porque permite integrar, em um único dispositivo, as diferentes dimensões do processo investigado: os fatos históricos documentados nos arquivos institucionais e as imagens do acervo fotográfico que registraram visualmente a trajetória do campus. Essa integração é, em si mesma, uma materialização do princípio metodológico da triangulação, a articulação de múltiplas fontes e perspectivas em uma leitura articulada dos dados.

7.2 Concepção e processo de elaboração

7.2.1 A elaboração como processo de pesquisa

O produto educacional não foi concebido como uma etapa separada da pesquisa, a ser realizada após a conclusão da dissertação. Ele foi desenvolvido de forma integrada ao processo investigativo, sendo alimentado progressivamente pelos dados produzidos nas diferentes fases da pesquisa: o levantamento documental, a análise das fontes históricas e, posteriormente, as entrevistas semiestruturadas. Essa integração garante que o produto não seja uma síntese superficial dos achados, mas uma elaboração aprofundada que preserva a complexidade e a riqueza do material empírico.

A concepção do infográfico partiu de um conjunto de perguntas orientadoras: Quem é o público-alvo do produto? Que informações são essenciais para comunicar a memória do campus? Que formato e que linguagem são mais adequados para esse público e para esse conteúdo? Como equilibrar a fidelidade histórica com a acessibilidade comunicativa? Como garantir que as vozes dos sujeitos entrevistados estejam presentes no produto sem comprometer sua anonimidade? Essas perguntas guiaram as decisões de conteúdo, de formato e de linguagem ao longo de todo o processo de elaboração.

O processo de elaboração envolveu três momentos principais. O primeiro foi o da organização do acervo: a seleção, a catalogação e a organização cronológica dos documentos, das fotografias e dos trechos de entrevistas que comporiam o

conteúdo do infográfico. O segundo foi o da estruturação narrativa: a definição da sequência de seções, da lógica de navegação e do fio condutor que articularia os diferentes elementos em uma narrativa coerente sobre a história do campus. O terceiro foi o da produção propriamente dita: a seleção da ferramenta de design interativo, a criação dos elementos visuais e a integração dos conteúdos na plataforma escolhida.

7.2.2 Decisões de conteúdo e de linguagem

As decisões de conteúdo foram orientadas por dois princípios complementares: a fidelidade histórica e a acessibilidade comunicativa. A fidelidade histórica exigiu que todas as informações factuais apresentadas no infográfico fossem baseadas em fontes documentais verificáveis e que as narrativas dos sujeitos fossem apresentadas com respeito à sua integridade e ao seu contexto. A acessibilidade comunicativa exigiu que essas informações fossem traduzidas em uma linguagem clara, visual e envolvente, capaz de atingir um público amplo, não apenas pesquisadores e gestores, mas também estudantes, servidores recém-chegados e membros da comunidade local que nunca tiveram acesso à história do campus.

As decisões de linguagem consideraram, especialmente, a diversidade do público-alvo previsto para o produto. O infográfico será utilizado em contextos variados: na acolhida de novos servidores e estudantes, em eventos acadêmicos e culturais, em atividades de extensão e na divulgação institucional. Essa diversidade de contextos exigiu uma linguagem que fosse simultaneamente rigorosa o suficiente para satisfazer padrões acadêmicos e acessível o suficiente para engajar o público não especializado.

A inclusão de trechos de depoimentos orais adaptados para garantir o anonimato dos participantes, conforme os protocolos éticos aprovados pelo CEP/IFMG foi uma decisão central no processo de elaboração. Esses trechos são o elemento que confere ao infográfico sua dimensão mais humana e mais genuína: eles permitem que os usuários “ouçam”, nas palavras dos próprios sujeitos, como foi vivida a experiência de criar e implementar o campus, os medos, as esperanças, as conquistas e as frustrações que nenhum documento oficial registra com fidelidade.

7.3 Descrição do produto: estrutura e conteúdo

O infográfico Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG está organizado em sete seções interativas, que o usuário percorre de forma linear ou não linear, conforme sua preferência. A seguir, cada seção é descrita em seus objetivos, conteúdos e recursos visuais e interativos.

7.3.1 Tela de apresentação

A tela de apresentação é o ponto de entrada do infográfico. Ela cumpre três funções simultâneas: contextualizar o produto para o usuário que o acessa pela primeira vez, explicitar seus objetivos e convidá-lo a iniciar a navegação. O texto introdutório apresenta, de forma sintética, alguns dados do IFMG - Campus Ibirité e a importância de preservar sua memória institucional. A linguagem é acolhedora e direta, evitando o tom técnico ou burocrático que poderia afastar usuários não familiarizados com o contexto acadêmico.

A identidade visual da tela de apresentação é orientada pela paleta de cores institucional do IFMG, combinada com elementos visuais que remetem à história e ao território do campus: imagens da construção, da inauguração e dos espaços que compõem o campus hoje.

7.3.2 Linha do tempo

A linha do tempo é o coração do infográfico. Ela organiza os principais marcos históricos do Campus Ibirité em ordem cronológica, desde as primeiras articulações políticas que levaram à escolha de Ibirité como sede do campus, em 2008, até os eventos mais recentes de consolidação da instituição, em 2023. Cada marco histórico é representado por um nó, que ao ser clicado expande informações detalhadas, imagens do acervo e, quando disponível, um trecho de depoimento oral relacionado ao evento.

Os marcos históricos selecionados para a linha do tempo foram definidos com base nas fontes documentais levantadas e nas narrativas produzidas nas entrevistas, privilegiando os eventos que combinam relevância histórica objetiva,

mudanças significativas no processo de implantação do campus com potencial de ressignificação memorial, momentos que ficaram marcados na memória dos sujeitos que os viveram. Essa dupla perspectiva garante que a linha do tempo seja, ao mesmo tempo, historicamente precisa e memorialmente rica.

7.3.3 Desafios e estratégias

A seção Desafios e Estratégias organiza, os principais obstáculos enfrentados durante o processo de implantação do campus e as soluções criativas e colaborativas encontradas pelos atores institucionais para superá-los. Os temas dos cards foram definidos a partir das categorias analíticas identificadas na Análise de Conteúdo das entrevistas e dos documentos: desafios de infraestrutura e construção; desafios de gestão administrativa e financeira; desafios de constituição do corpo docente e técnico; e desafios de integração com a comunidade local.

Para cada desafio, o card correspondente apresenta uma descrição sintética do problema, as estratégias adotadas para enfrentá-lo e, quando disponível, um trecho de depoimento que ilustra como esse desafio foi vivido na perspectiva dos sujeitos. Essa estrutura de problema-solução-experiência é pedagogicamente potente: ela não apenas informa sobre o passado do campus, mas oferece modelos de gestão e de resiliência que podem ser transferidos para outras situações institucionais análogas.

7.3.4 Galeria histórica e vozes da memória

A Galeria Histórica reúne, em um mosaico fotográfico navegável, as imagens do acervo institucional que documentam a trajetória do campus desde o início das obras até os eventos mais recentes. As fotografias são organizadas por ano e por temática, com legendas contextualizadas que situam cada imagem em seu momento histórico e em seu significado para a memória do campus. O usuário pode ampliar cada imagem para visualizá-la em detalhes, acessar informações sobre sua origem e sua autoria e compartilhá-la nas redes sociais institucionais.

A seção Vozes da Memória é, possivelmente, a mais sensível e a mais significativa do infográfico. Ela apresenta trechos selecionados das entrevistas realizadas com gestores, servidores pioneiros, estudantes egressos e

representantes da comunidade local, organizados em cards que preservam o anonimato dos participantes por meio de identificadores descritivos: E1, E2, E3..., em conformidade com os protocolos éticos aprovados pelo CEP/IFMG sob o CAAE n.º 93119425.8.0000.0293. Os trechos são apresentados em formato textual, conferindo ao produto uma dimensão que aproxima o usuário da experiência humana da memória oral.

7.3.5 Encerramento

A tela de encerramento convida o usuário a contribuir para a ampliação do acervo de memória do campus submetendo fotografias, depoimentos ou documentos históricos de sua posse e a participar da avaliação do produto por meio de um formulário de feedback vinculado ao Questionário de Avaliação do Produto Educacional.

7.4 Decisões tecnológicas

A escolha da ferramenta de design interativo para o desenvolvimento do infográfico foi orientada por três critérios principais: acessibilidade para o usuário final, facilidade de atualização por parte dos gestores do campus e compatibilidade com os ambientes de hospedagem institucional da Rede Federal. As ferramentas avaliadas: Canva, PowerPoint, Genially e Adobe Express, atendem, em diferentes graus, a esses critérios, e a decisão final foi tomada após a conclusão da fase de coleta de dados, quando o volume e o tipo de conteúdo a ser incorporado ao produto estavam completamente definidos.

A ferramenta adotada foi o Canva Pro, que por sua vez, ofereceu uma interface ainda mais intuitiva e uma biblioteca de templates visualmente sofisticados, sendo especialmente adequado para a produção de conteúdos com forte apelo visual.

O produto poderá ser hospedado em três ambientes complementares: o site institucional do IFMG - Campus Ibirité, o repositório digital do ProfEPT e o repositório do IFMG. Essa tripla hospedagem garante que o infográfico esteja disponível para

diferentes públicos, a comunidade interna do campus, os pesquisadores do ProfEPT e o público em geral e que sua preservação não dependa de uma única plataforma.

7.5 Avaliação e validação do produto

7.5.1 Processo e participantes da validação

A avaliação do infográfico Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG foi realizada por meio de um Questionário de Avaliação do Produto Educacional, aplicado eletronicamente via Google Forms, em conformidade com os protocolos éticos aprovados pelo CEP/IFMG sob o CAAE n.º 93119425.8.0000.0293. O instrumento foi precedido por um Termo de Ciência de Questionário Anônimo Eletrônico, que informava os participantes sobre os objetivos da avaliação, as garantias de anonimato e os direitos de recusa e retirada a qualquer momento. Todos os trinta e cinco participantes que acessaram o formulário manifestaram concordância com os termos da avaliação, o que representa uma taxa de adesão de 100%.

O grupo de avaliadores foi composto por trinta e cinco participantes, recrutados entre docentes, discentes e servidores técnicos administrativos do ProfEPT/IFMG Campus Ouro Branco e do IFMG - Campus Ibirité. A participação foi voluntária e anônima, e o formulário foi disponibilizado com antecedência suficiente para que os participantes pudessem acessar o infográfico antes de responder ao questionário.

Antes de iniciar a avaliação do produto, os participantes foram questionados sobre seu conhecimento prévio da história do IFMG - Campus Ibirité. Os resultados revelaram uma distribuição equilibrada: 19 participantes (54%) afirmaram já conhecer a história do campus antes de acessar o infográfico, enquanto 16 (46%) declararam nunca ter ouvido falar sobre ela. Essa distribuição é analiticamente significativa: ela confirma que o infográfico tem relevância tanto para o público interno, que já conhece a história e pode avaliar a fidelidade e a qualidade da representação, quanto para o público externo, que a descobre pelo produto e pode avaliar sua capacidade de comunicação a novos leitores. O fato de que quase metade dos avaliadores não conhecia previamente a história do campus reforça a

urgência do produto como instrumento de preservação e difusão da memória institucional.

7.5.2 Resultados da validação por dimensão

O questionário de avaliação estava organizado em três dimensões: Clareza e Comunicação, Conteúdo e Qualidade Histórica, e Potencial Formativo e Institucional, com três afirmações em cada dimensão, avaliadas em escala Likert de cinco pontos (1 - Discordo totalmente a 5 - Concordo totalmente). Os resultados obtidos junto aos trinta e cinco participantes estão sistematizados no Quadro 8.

Quadro 9- Resultados da validação do infográfico Raízes e Rumos por dimensão e afirmação (n = 35)

Afirmação avaliada	4 - Conc. parc.	5 - Conc. tot.	Total 4+5	Média pond.
Clareza e Comunicação				
O infográfico apresenta as informações de forma clara e objetiva	3 (9%)	32 (91%)	35 (100%)	4,91
A navegação entre as seções é intuitiva e fácil de compreender	7 (20%)	28 (80%)	35 (100%)	4,80
A linguagem utilizada é adequada ao público-alvo	2 (6%)	32 (91%)	34 (97%)	4,80
Conteúdo e Qualidade Histórica				
O infográfico apresenta os marcos históricos de forma organizada	4 (11%)	31 (89%)	35 (100%)	4,89
Os trechos de depoimentos enriquecem a compreensão da trajetória	5 (14%)	29 (83%)	34 (97%)	4,90
As imagens e recursos visuais são relevantes e complementam o conteúdo	2 (6%)	29 (83%)	31 (89%)*	4,90

Potencial Formativo e Institucional				
O infográfico contribui para a valorização da memória institucional	1 (3%)	34 (97%)	35 (100%)	4,97
O material pode ser utilizado como ferramenta formativa	2 (6%)	31 (88%)	33 (94%)**	4,70
O produto tem potencial para ser utilizado por outros campi como referência	4 (11%)	28 (80%)	32 (91%)***	4,60

Fonte: Elaborado pelo autor (2026). * Inclui respostas nas opções: 2-Discordo parcialmente (2,9%) e 3-Neutro (5.9%). ** Inclui respostas nas opções: Não desejo responder (2,9%) e 3-Neutro (2.9%). *** Inclui respostas na opção 3-Neutro/Não tenho opinião.

7.5.3 Análise dos resultados

Os resultados da validação são expressivamente positivos em todas as três dimensões avaliadas, com médias ponderadas que oscilam entre 4,60 e 4,97 em uma escala máxima de 5,00. Nenhum participante assinalou a opção 1 - Discordo totalmente em qualquer dos itens relacionados à clareza, à organização histórica, à função memorial ou ao potencial formativo do produto. As eventuais avaliações abaixo do nível máximo indicam reservas pontuais e não objeções estruturais ao produto.

Na dimensão Clareza e Comunicação, os resultados foram os mais homogêneos de todo o questionário. O item relativo à clareza e objetividade das informações obteve 91% de concordância total e 9% de concordância parcial, com média ponderada de 4,91. O item sobre a adequação da linguagem ao público-alvo alcançou o índice de 91% de concordância total e 6% de concordância parcial, com média de 4,80. O item sobre a navegação intuitiva entre as seções apresentou o menor índice de concordância total da dimensão: 80%. Com 20% de concordância parcial e média de 4,80. A análise qualitativa desse dado sugere que a navegabilidade do produto, embora avaliada positivamente pela totalidade dos respondentes, pode ser aprimorada na versão final, especialmente para usuários menos familiarizados com interfaces interativas digitais.

Na dimensão Conteúdo e Qualidade Histórica, os resultados confirmam a adequação do produto ao seu propósito memorialístico. O item sobre a organização

dos marcos históricos obteve 89% de concordância total e 11% de concordância parcial, com média de 4,97. Resultado que valida as escolhas de estruturação cronológica e de seleção de eventos feitas ao longo do processo de elaboração. O item sobre a contribuição dos trechos de depoimentos para a compreensão da trajetória institucional obteve 83% de concordância total e 14% de concordância parcial, com média de 4,90, confirmando a centralidade das vozes dos sujeitos históricos como elemento que diferencia o produto de uma simples linha do tempo institucional. O item sobre a relevância das imagens e recursos visuais apresentou a distribuição mais heterogênea da dimensão: 83% de concordância total, 6% de concordância parcial, 5,9% de posição neutra e 1% de discordância parcial, com média de 4,90. Esse resultado, o único do questionário a registrar resposta negativa, indica que a qualidade e a diversidade do acervo fotográfico incorporado ao produto merecem atenção na versão final, possivelmente pela incorporação de imagens adicionais do acervo institucional ainda não catalogadas.

Na dimensão Potencial Formativo e Institucional, os resultados são igualmente expressivos e confirmam a relevância do produto para além do contexto estritamente acadêmico. O item sobre a contribuição do infográfico para a valorização da memória institucional alcançou 97% de concordância total e 3% de concordância parcial, com média de 4,97, o segundo índice mais alto de todo o questionário. Esse resultado é de particular significado para a presente pesquisa: ele confirma, na perspectiva dos avaliadores, que o produto cumpre seu propósito central de ser um instrumento de preservação e valorização da memória do campus. O item sobre o potencial de uso do produto como ferramenta formativa obteve 88% de concordância total, 6% de concordância parcial e 3% de posição neutra, com média de 4,70. O item sobre a replicabilidade do produto para outros campi da Rede Federal apresentou a distribuição mais heterogênea do questionário: 80% de concordância total, 11% de concordância parcial e 8.6% de posição neutra, com média de 4,60. A ausência de discordâncias nesse item é relevante; as posições neutras podem refletir a dificuldade dos avaliadores de avaliar o contexto de outros campi sem conhecimento direto de suas realidades institucionais.

7.5.4 Síntese avaliativa e implicações para o produto final

A síntese dos resultados da validação permite afirmar, com base empírica, que o infográfico Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG foi avaliado de forma consistentemente positiva pelos trinta e cinco participantes do processo de validação, em todas as três dimensões previstas no instrumento. A média geral ponderada do conjunto de afirmações é de 4,92 em uma escala de 5,00, o que corresponde a uma avaliação global que se situa entre Concordo parcialmente e Concordo totalmente, com clara predominância do polo positivo.

Três implicações para a versão final do produto emergem da análise dos dados. A primeira diz respeito ao aprimoramento da navegabilidade: o item com menor índice de concordância total (80%) sugere que a interface de navegação pode ser tornada ainda mais intuitiva, especialmente por meio de instruções visuais mais claras para usuários iniciantes. A segunda diz respeito à ampliação e diversificação do acervo fotográfico: o único item com resposta negativa, ainda que de apenas um participante, indica que a dimensão visual do produto pode ser enriquecida com imagens adicionais, especialmente do período de construção e dos primeiros anos de funcionamento do campus. A terceira diz respeito à comunicação do potencial de replicabilidade: o índice de 11% de posições neutras no item sobre o uso por outros campi da Rede Federal sugere que a versão final do produto pode incluir uma seção explicativa sobre como seu modelo metodológico pode ser adaptado para outras unidades, ampliando sua utilidade institucional para além do IFMG - Campus Ibirité.

Esses ajustes, de natureza predominantemente incremental, não alteram a avaliação geral do produto: os dados da validação confirmam que o infográfico Raízes e Rumos cumpre seus objetivos de clareza comunicativa, fidelidade histórica, valorização da memória institucional e potencial formativo, constituindo uma contribuição relevante para a comunidade do IFMG - Campus Ibirité e para o campo mais amplo da memória institucional na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

7.6 Perspectivas de uso e difusão

O infográfico Raízes e Rumos foi concebido para ter uma vida institucional que vai além de sua função como produto de dissertação. Ele é pensado como um

recurso vivo, passível de atualização, de expansão e de reapropriação por diferentes comunidades de uso e não como um artefato estático que se encerra com a defesa da dissertação.

As principais perspectivas de uso identificadas são as seguintes. Na acolhida de novos servidores e estudantes, o infográfico pode funcionar como uma apresentação interativa da história do campus, oferecendo aos recém-chegados um contexto de compreensão sobre a trajetória da instituição que os recebe. Em eventos acadêmicos e culturais, ele pode ser exibido em formato de exposição interativa, convidando a comunidade a explorar a história do campus e a contribuir com suas próprias memórias. Em atividades de extensão, pode ser utilizado como material didático para trabalhar com estudantes e comunidade os temas da memória, da identidade e do papel dos Institutos Federais no desenvolvimento regional. Na gestão institucional, pode servir como referência para o planejamento de novas ações de preservação da memória e de fortalecimento da identidade do campus.

Para outros campi da Rede Federal, o produto oferece um modelo replicável de preservação da memória institucional. A metodologia utilizada, a combinação de análise documental, história oral e infográfico interativo, pode ser adaptada para investigar e comunicar as trajetórias de outras unidades, contribuindo para a construção de um acervo mais amplo de memórias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essa perspectiva alinha-se diretamente com um dos objetivos do ProfEPT: produzir conhecimento aplicado que tenha impacto não apenas no contexto específico de cada pesquisa, mas no campo mais amplo da EPT brasileira.

A disponibilização do produto no repositório do ProfEPT garantirá que pesquisadores, gestores e educadores de todo o país possam acessar, utilizar e adaptar o infográfico para seus próprios contextos institucionais, ampliando o alcance e o impacto da pesquisa muito além dos limites do Campus Ibirité e do IFMG.

7.7 Síntese do capítulo

Este capítulo apresentou o produto educacional desta dissertação, o infográfico institucional digital, Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do

Campus Ibirité do IFMG, em suas dimensões conceitual, estrutural, tecnológica e avaliativa. Demonstrou-se que o produto não é um apêndice da pesquisa, mas uma de suas contribuições centrais: ele materializa, em um formato acessível e interativo, o conhecimento produzido ao longo do processo investigativo e oferece à comunidade do campus e da Rede Federal um instrumento concreto de preservação, comunicação e valorização da memória institucional.

A articulação entre os fundamentos teóricos, especialmente, os conceitos de lugares de memória de Nora (1993) e de memória institucional na EPT trabalhados por Ciavatta (2005) e Silva e Barbosa (2021) e as decisões práticas de conteúdo, formato e linguagem demonstra que o produto é resultado de um processo reflexivo e fundamentado, e não de uma escolha meramente instrumental. O infográfico é, em última análise, uma resposta concreta à pergunta que orienta toda a pesquisa: como preservar, comunicar e valorizar a memória de uma instituição jovem, cujos registros históricos são ainda fragmentados e cujas experiências fundadoras correm o risco de se perder com o tempo?

O capítulo seguinte apresentará as considerações finais da dissertação, retomando a pergunta norteadora e sintetizando os principais achados da pesquisa em sua totalidade.

Figura 27 - Capa Infográfico.



Fonte: Elaborado pelo autor no CANVA® (2026).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação partiu de uma pergunta que, à primeira vista, poderia parecer simples: como se constituíram, no período de 2018 a 2023, o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, quais foram os principais desafios enfrentados pelos atores institucionais envolvidos e de que forma as experiências desse processo foram registradas, preservadas e ressignificadas como memória institucional? Ao longo dos oito capítulos que compõem esta dissertação, essa pergunta revelou sua complexidade e sua densidade e as respostas que emergiram do processo investigativo foram, em muitos aspectos, mais ricas e mais surpreendentes do que as antecipações iniciais permitiam imaginar.

Este capítulo final está organizado em quatro seções. A primeira retoma a pergunta norteadora e sintetiza as respostas que a pesquisa produziu. A segunda apresenta as contribuições do estudo para o campo da Educação Profissional e Tecnológica e para a gestão educacional na Rede Federal. A terceira reconhece as limitações da pesquisa e os aspectos que permaneceram em aberto. A quarta, por fim, aponta perspectivas para pesquisas futuras e para ações institucionais que os achados desta dissertação sugerem como necessárias e urgentes.

8.1 Retomada da pergunta norteadora: o que a pesquisa revelou

A resposta à pergunta norteadora pode ser organizada em torno de cinco achados centrais, que sintetizam o que a pesquisa revelou sobre o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité.

O primeiro achado é que a criação do campus foi, antes de tudo, um ato político no sentido mais amplo e mais nobre da palavra. Ela resultou da confluência entre uma política federal de expansão da Rede Federal, que já havia definido os municípios contemplados antes de qualquer consulta institucional, e a habilidade política de lideranças locais, especialmente o Diretor fundador Oiti de Paula e o ex-Reitor Kléber Glória, em negociar as condições para que essa política se materializasse no território de Ibirité. A doação do terreno pela Prefeitura, a batalha pelos códigos de vaga no Colégio de Dirigentes, as negociações sobre a infraestrutura de acesso, todos esses processos foram, fundamentalmente,

processos políticos, nos quais a capacidade de articulação e de defesa dos interesses do novo campus foi tão decisiva quanto qualquer recurso material.

O segundo achado é que a implementação do campus se deu em grande medida por meio de uma criatividade improvisada que transcendeu os limites do planejamento institucional. A equipe voluntária das sextas-feiras, cinco professores que durante oito meses criaram toda a documentação do campus em planilhas Excel elaboradas na Reitoria do IFMG, sem nenhuma remuneração adicional e sem nenhum vínculo formal com a nova unidade é o símbolo mais eloquente dessa criatividade. Ela demonstra que a expansão da Rede Federal não foi apenas o resultado de decisões governamentais e de investimentos públicos: foi também o resultado do comprometimento pessoal de sujeitos que acreditaram no projeto e trabalharam para realizá-lo muito além do que suas obrigações funcionais exigiam.

O terceiro achado é que o campus nasceu com uma singularidade estrutural, ter iniciado as atividades somente após a conclusão do prédio pedagógico, que gerou consequências paradoxais e duradouras. Por um lado, ela garantiu que a comunidade acadêmica chegasse a uma estrutura física completa e de qualidade, sem a experiência de precariedade provisória que marcou os primeiros anos da maioria dos campi da Rede Federal. Por outro, ela não eliminou a precariedade: os primeiros servidores chegaram sem água, sem energia e sem equipamentos; o quadro de pessoal estava muito aquém do necessário; a parceria com a Prefeitura foi o que sustentou operacionalmente o campus em seus primeiros anos. A singularidade arquitetônica não substituiu a necessidade de recursos humanos e financeiros adequados, uma lição que permanece relevante para qualquer futura implantação.

O quarto achado é que o impacto do campus sobre os estudantes egressos e sobre a comunidade local excede qualquer indicador quantitativo. As narrativas de E5 e E14 revelam transformações profundas na trajetória de vida, na visão de mundo e na compreensão do valor da educação. Transformações que a simples contagem de matrículas e de diplomas emitidos não é capaz de capturar. A narrativa de E6 demonstra que a chegada do campus ao território de Ibirité não foi um evento apenas educacional: foi um evento territorial, cultural e simbólico, que alterou a percepção da comunidade sobre suas possibilidades e sobre o papel do Estado em sua vida. Esse impacto que os Institutos Federais foram criados para produzir

confirma que a aposta na expansão da Rede Federal para a periferia metropolitana foi, no caso de Ibirité, plenamente justificada.

O quinto achado, e talvez o mais urgente, é que a memória do campus está em risco. Todos os entrevistados reconheceram que a história do campus nunca foi sistematicamente registrada. Os documentos produzidos na fase de implantação estão dispersos; as fotografias, sem catalogação; os relatos dos sujeitos fundadores, não transcritos. À medida que o tempo passa e os servidores pioneiros se aposentam, se removem ou simplesmente se distanciam da memória daquele período, o patrimônio imaterial que esta dissertação se propôs a recuperar vai se tornando cada vez mais difícil de acessar. A pesquisa chegou em um momento crítico e esse fato, em si mesmo, é um dado histórico que esta dissertação registra.

8.2 Contribuições do estudo

As contribuições desta dissertação se distribuem em três dimensões complementares: a contribuição teórica, a contribuição metodológica e a contribuição prática.

No plano teórico, a pesquisa demonstrou a fertilidade da articulação entre história e memória como perspectiva analítica para o estudo de instituições educacionais recentes. A combinação dos referenciais de Le Goff (1996), Portelli (1997; 1998), Halbwachs (2006), Ricoeur (2007) e Nora (1993) com a história da EPT no Brasil e com as pesquisas sobre memória produzidas no âmbito do ProfEPT permitiu uma leitura do processo investigado que vai além da reconstituição factual dos eventos: ela alcança os significados, as tensões, as divergências e os silêncios que constituem a dimensão mais profunda de qualquer trajetória institucional. Essa perspectiva pode ser aplicada ao estudo de outras unidades da Rede Federal, contribuindo para a construção de um acervo mais amplo e mais reflexivo de memórias institucionais.

No plano metodológico, a pesquisa demonstrou o potencial da história oral como instrumento privilegiado de acesso às dimensões da experiência que os documentos oficiais não registram. As entrevistas revelaram informações como a existência da equipe voluntária das sextas-feiras, a batalha pelos códigos de vaga e as condições de precariedade dos primeiros dias que nenhuma análise documental,

por mais rigorosa que fosse, poderia ter produzido. Ao mesmo tempo, a análise crítica das fontes documentais, orientada pelos procedimentos propostos por Barros (2012a; 2012b), permitiu contextualizar e verificar as narrativas orais, garantindo a triangulação que confere credibilidade aos resultados. A combinação desses dois instrumentos, história oral e análise documental, constitui um modelo metodológico replicável para pesquisas sobre implantação de novos campi.

No plano prático, a contribuição mais imediata desta dissertação é o produto educacional que ela gerou: o infográfico institucional Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG. Esse produto traduz os achados da pesquisa em um formato acessível, interativo e permanente, destinado à comunidade do campus e a todos que queiram conhecer sua história. Mas a contribuição prática da dissertação vai além do produto: ela estabelece, pela primeira vez, um registro sistemático e fundamentado da história do Campus Ibirité, que servirá de base para futuras pesquisas, para a acolhida de novos servidores e estudantes e para a construção de uma cultura institucional que valoriza e preserva sua própria memória.

Há, ainda, uma contribuição de ordem política que merece ser explicitada: esta dissertação documenta, com base em evidências empíricas, os custos reais da expansão acelerada da Rede Federal sem os recursos humanos e financeiros correspondentes. A defasagem entre o modelo projetado, 70 docentes e 45 técnicos administrativos, e a realidade operacional do campus desde sua abertura não é uma peculiaridade local: é um padrão sistêmico que a literatura já havia identificado e que esta pesquisa confirma com dados concretos. Essa documentação tem valor político: ela pode subsidiar argumentos em favor da ampliação do quadro de servidores do campus e de políticas mais realistas de expansão da Rede Federal.

8.3 Limitações da pesquisa

Toda pesquisa tem limites, e reconhecê-los com honestidade é parte do compromisso ético com o rigor científico. As principais limitações desta dissertação são de três ordens: limitações relacionadas às fontes, limitações relacionadas à posição do pesquisador e limitações relacionadas ao recorte temporal e temático.

As limitações relacionadas às fontes decorrem, antes de tudo, da própria ausência de registros que a pesquisa documenta. A dispersão dos documentos produzidos na fase de implantação, a ausência de arquivamento sistemático e a deterioração de alguns materiais tornaram impossível reconstituir com precisão alguns aspectos do processo, especialmente as negociações internas ao IFMG e os detalhes dos processos de contratação e de alocação de recursos nos primeiros anos. O que esta dissertação apresenta é, portanto, uma reconstituição baseada nas fontes disponíveis, que é tanto mais rica quanto mais documentos foram localizados, mas que permanece parcial em relação à totalidade do processo histórico.

As limitações relacionadas à posição do pesquisador decorrem do fato de que o autor desta dissertação é servidor do IFMG - Campus Ibirité o que, como reconhecido no Capítulo 2, é simultaneamente um recurso e um desafio. As estratégias de distanciamento analítico adotadas ao longo da pesquisa, a triangulação de dados, a busca ativa por perspectivas divergentes, a submissão das interpretações ao crivo do orientador e da banca minimizaram, mas não eliminaram completamente, o risco de que a proximidade com o objeto produza uma narrativa excessivamente favorável à instituição. O leitor deve ter essa condição em mente ao avaliar as interpretações propostas nesta dissertação.

As limitações relacionadas ao recorte temporal e temático decorrem das escolhas feitas na delimitação do objeto. A decisão de cobrir o período de 2018 a 2023, embora tenha permitido uma visão abrangente da trajetória do campus, reduziu necessariamente a profundidade de análise de alguns subperíodos. Aspectos como a política curricular, a gestão da assistência estudantil, o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão e os impactos da pandemia sobre os processos de ensino-aprendizagem ficaram apenas esboçados, demandando investigações específicas em futuras pesquisas.

8.4 Perspectivas para pesquisas futuras e recomendações institucionais

Os achados desta dissertação abrem múltiplas perspectivas para pesquisas futuras e sugerem um conjunto de recomendações para ações institucionais que o IFMG - Campus Ibirité e a Rede Federal mais ampla poderiam adotar para preservar e valorizar suas memórias institucionais.

No campo das pesquisas futuras, os temas que se mostram mais promissores são os seguintes. O primeiro é o estudo comparativo entre o modelo de implantação do Campus Ibirité, que aguardou a conclusão do prédio antes de iniciar as atividades e o modelo mais comum na Rede Federal, que inicia em instalações provisórias. Tal comparação permitiria avaliar, com maior precisão, as vantagens e as desvantagens de cada modelo em termos de formação da cultura organizacional, de identidade institucional e de qualidade do ensino nos primeiros anos. O segundo é uma pesquisa longitudinal sobre os egressos do campus, que acompanhasse as trajetórias profissionais e pessoais de estudantes de diferentes turmas para avaliar o impacto de longo prazo da formação recebida. O terceiro é uma investigação sobre as políticas de permanência estudantil no Campus Ibirité, dado o perfil socioeconômico da população atendida e os desafios de acesso e continuidade que os entrevistados mencionaram. O quarto, por fim, é uma pesquisa sobre a memória institucional de outros campi recentes do IFMG, que poderia dialogar com os achados desta dissertação e contribuir para a construção de um acervo comparativo de experiências de implantação.

No campo das recomendações institucionais, os achados desta pesquisa sugerem quatro ações prioritárias. A primeira é a criação de um acervo de memória institucional do campus, que organize e preserve os documentos, as fotografias e os registros produzidos desde a fase de implantação. Esse acervo poderia ser coordenado por um servidor designado para essa função ou, em sua ausência, por um projeto de extensão desenvolvido em parceria com estudantes dos cursos do campus. A segunda é a institucionalização do produto educacional gerado por esta dissertação: o infográfico Raízes e Rumos, como recurso permanente de acolhida de novos servidores e estudantes, incorporado aos processos de integração institucional do campus. A terceira é a designação de um profissional pedagogo para o campus, sanando a lacuna estrutural identificada por múltiplos entrevistados como um dos problemas mais persistentes da fase inicial e de seus desdobramentos. A quarta é o estabelecimento de um protocolo de preservação de memória para futuros campi da Rede Federal, que defina desde o início as responsabilidades, os instrumentos e os recursos destinados ao registro e à preservação da história institucional evitando que a situação documentada no Campus Ibirité se repita em cada nova unidade.

Essas recomendações não se dirigem apenas ao IFMG - Campus Ibirité: elas se dirigem à Rede Federal como um todo, que conta hoje com mais de seiscentos campi distribuídos por todo o Brasil, muitos deles com histórias igualmente ricas e igualmente não registradas. A expansão da Rede Federal foi um dos projetos educacionais mais ambiciosos da história brasileira recente; preservar a memória desse projeto nas vozes dos que o construíram, nos documentos que o registraram, nos espaços que o materializaram é uma responsabilidade que as instituições federais de ensino ainda precisam assumir plenamente.

8.5 Uma palavra final: sobre a memória como ato político

Esta dissertação começou com uma pergunta sobre história e memória e termina com uma convicção: preservar a memória institucional não é um exercício nostálgico nem uma tarefa de arquivista. É um ato político, no sentido de que afirma o valor dos sujeitos que construíram uma instituição, reconhece as dificuldades que enfrentaram, celebra as conquistas que alcançaram e transmite às gerações que chegam o patrimônio simbólico e histórico que os que vieram antes deixaram como herança.

O IFMG - Campus Ibirité existe porque um grupo de pessoas acreditou que era possível criar uma escola federal no alto de um morro periférico de uma cidade que nunca havia tido acesso à educação pública federal. Essas pessoas trabalharam nas sextas-feiras na Reitoria, chegaram ao campus sem água e sem energia, foram a igrejas divulgar cursos técnicos, criaram parcerias com a Prefeitura, fizeram escolhas difíceis com recursos insuficientes e construíram, com tudo isso, uma instituição que hoje transforma a vida de centenas de jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Essa história merecia ser contada. É o que esta dissertação fez.

E por que a história nunca está completa? Porque o campus continua sendo construído a cada dia, por cada servidor que chega, por cada estudante que forma e por cada parceria que estabelece com sua comunidade. Por isso, o produto educacional que esta pesquisa gerou não é um ponto final. É um convite: para que outros pesquisadores continuem essa investigação, para que os servidores do campus preservem e ampliem o acervo que esta dissertação iniciou, e para que as

futuras gerações de estudantes e servidores do IFMG - Campus Ibirité conheçam, valorizem e se orgulhem da história da instituição que os acolheu.

Raízes e rumos: as raízes estão documentadas. Os rumos, ainda estão sendo construídos.

Figura 28 - Vista do campus consolidado na paisagem. Imagem mostrando o complexo educacional do IFMG - Campus Ibirité em funcionamento em março de 2023.



Fonte: Acervo do autor (2023).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José d'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. Petrópolis: Vozes, 2012a.

BARROS, José d'Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2012b.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRASIL. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394/1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394/1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: documento base. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 500, de 25 de maio de 2018. Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Ibirité do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 101, p. 26, 28 maio 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 500, de 25 de maio de 2018. Autoriza o funcionamento do IFMG – Campus Ibirité. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Diário Oficial da União: seção 2, Brasília, DF, n. 72, p. 17, 15 abr. 2016. ISSN 1677-7050.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CINDRA, Érika de Lima Martins. Memórias do IFMG Campus Santa Luzia. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, 2024.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. História Oral, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 165-191, abr. 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. 2. ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2014.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, Ana Paula. Gestão educacional e criação de instituições: desafios e oportunidades. Revista Brasileira de Administração Educacional, v. 19, n. 2, p. 45-63, 2013.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOOGLE. Google Street View. Mountain View: Google, 2015. Disponível em: https://www.google.com/maps. Acesso em: 15 jul. 2026.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). Handbook of qualitative research. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 105-117.

GUERRA, Antônio. A produção do conhecimento no mestrado profissional em educação profissional e tecnológica. In: RAMOS, Marise; GARCIA, Rosane. Educação profissional e tecnológica: múltiplas leituras. Brasília: Setec/MEC, 2014. p. 145-166.

GUIMARÃES, C. Trabalho para a indústria. Poli – saúde, educação e trabalho, Rio de Janeiro, n. 69, p. 18-21, mar./abr. 2020

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

IBIRITÉ (MG). Prefeitura Municipal. Decreto nº 2.980, de 2012. Declara de utilidade pública terreno para fins de desapropriação. Ibirité, MG: Prefeitura Municipal de Ibirité, 2012.

IBIRITÉ (MG). Prefeitura Municipal. Lei nº 2.059, de 2012. Autoriza a doação de terreno ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), com cláusula de reversão automática. Ibirité, MG: Prefeitura Municipal de Ibirité, 2012.

IBIRITÉ (MG). Cartório de Registro de Imóveis. Certidão de registro de imóvel: matrícula nº 26.271, de 25 de abril de 2013. Ibirité, MG, 2013. Documento do acervo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Campus Ibirité.

IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Censo Demográfico 2022 - Tabela 4714: População residente, área territorial e densidade demográfica. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019–2023. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/pdi2/arquivo-pdi-2019-2013/documentos-e-arquivos/pdi27022020.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG). IFMG inaugura campus em Ibirité e comemora seus 10 anos de criação. Belo Horizonte: IFMG, 20 nov. 2018. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ifmg-inaugura-campus-em-ibirite-e-comemora-seus-10-anos-de-criacao. Acesso em: 13 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG). Ginásio poliesportivo e laboratório fotovoltaico são inaugurados no campus Ibirité. Belo Horizonte: IFMG, 13 set. 2023. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ginasio-poliesportivo-e-laboratorio-fotovoltaico-sao-inaugurados-no-campus-ibirite. Acesso em: 13 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). Resolução nº 18, de 2 de outubro de 2020. Dispõe sobre a aprovação de modelos referenciais de estrutura organizacional dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Belo Horizonte: IFMG, 2020. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/estruturaseregimentos/resolucao_consup_18-2020__modelos_estruturas-1.pdf/view. Acesso em: 13 jul. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). Centro de Memória do IFMG. Belo Horizonte: IFMG, [s. d.]. Disponível em: https://memoria.ifmg.edu.br/. Acesso em: 12 jul. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. Portaria nº 475, de 6 de abril de 2016. Delega competência aos Diretores-Gerais dos campi, Diretores-Gerais pro tempore dos campi e Diretores pro tempore dos campi avançados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 72, p. 17, 15 abr. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. Portaria nº 1.171, de 20 de setembro de 2019. Nomeia Oiti José de Paula para ocupar o cargo de Diretor-Geral do IFMG – Campus Ibirité. Diário Oficial da União: seção 2, Brasília, DF, n. 184, p. 29, 23 set. 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval et al. (org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 77-96.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, Márcia Aparecida; PEREIRA, Roberto Silva. Desafios na implementação de instituições educacionais no Brasil. Educação em Revista, v. 25, n. 3, p. 90-108, 2019.

MACHADO, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Marcos Silva. Institutos Federais: história e desafios da expansão. Belo Horizonte: IFMG, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 103-130.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 5).

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. Caderno Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SILVA, Thiago de Faria e; BARBOSA, Xenia Castro. Reflexões sobre as memórias da EPT: apontamentos teórico-metodológicos e panorama das pesquisas desenvolvidas no ProfEPT (2019-2021). Nova Paideia, v. 3, n. 5, 2021.

SOUZA, Rênier Lima de. A expansão dos Institutos Federais: desafios e impactos na educação brasileira. Revista de Educação e Políticas Públicas, v. 10, n. 1, p. 123-142, 2017.

STAKE, Robert E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa, o infográfico institucional interativo intitulado "Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG".





APÊNDICE B - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: O Processo de Criação e Implementação do IFMG - Campus Ibirité: Desafios e Superações na Fase Inicial.
Pesquisador Responsável: Sebastião de Jesus Oliveira Gandra Orientador: Professor Doutor Matheus Faleiros Silva
E-mail: sebasgandra@gmail.com Telefone: (31) 97314-3080
Endereço: Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - Campus Ouro Branco, Rua Afonso Sardinha, 90, Bairro Minas Talco, Ouro Branco/MG, CEP: 36494-018.
Telefone: (31)3938-1200. Diretor-geral: Haroldo Lacerda de Brito E-mail: assuntosinstitucionais.ourobranco@ifmg.edu.br
Site: www.ifmg.edu.br/ourobranco
METODOLOGIA DE PESQUISA – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
A presente entrevista procura nortear o projeto de pesquisa de Sebastião de Jesus Oliveira Gandra, no trabalho de conclusão de curso que decorre do tema " Título da Pesquisa: O Processo de Criação e Implementação do IFMG - Campus Ibirité: Desafios e Superações na Fase Inicial. O trabalho está sendo realizado sob a orientação do Professor Doutor Matheus Faleiros Silva.
Você está sendo convidado(a) a participar de forma voluntária, da pesquisa que visa analisar os desafios e as perspectivas relacionados à implantação do campus do Instituto Federal de Minas Gerais -IFMG- em Ibirité. Este termo tem como objetivo fornecer informações detalhadas sobre a pesquisa para que você possa decidir, de forma livre e esclarecida, sobre sua participação. O estudo tem como objetivo compreender as diferentes fases do processo de implantação do campus do IFMG em Ibirité, identificando os principais desafios enfrentados e as estratégias de superação adotadas.
Sua participação é voluntária e consiste em responder a uma entrevista semiestruturada que poderá durar cerca de 40 minutos. Você poderá recusar-se a responder a qualquer pergunta que o(a) deixe desconfortável, e poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.
Seus dados e respostas serão tratados com total sigilo e anonimato, garantindo sua privacidade. Nenhum dado pessoal será divulgado em publicações ou apresentações.

Caso aceite participar, você será convidado(a) a participar voluntariamente de uma entrevista semiestruturada, que será conduzida de forma presencial ou remota (via videoconferência), com duração aproximada de 40 minutos. Durante a entrevista, você será questionado(a) sobre sua experiência, percepções e conhecimentos a respeito da implantação do campus. Os riscos associados à sua participação são mínimos e estão relacionados apenas ao desconforto de responder a perguntas pessoais ou sensíveis. No entanto, você tem a liberdade de não responder a

qualquer pergunta que cause desconforto. Não há benefícios diretos para você, mas sua participação contribuirá significativamente para o entendimento e o aprimoramento das práticas de implantação de novos campi do IFMG e de outras instituições. Para participar deste estudo, você, como voluntário(a), não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você, enquanto participante, tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento e interromper a sua participação como voluntário, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. O participante tem a garantia de acesso aos resultados da pesquisa. O pesquisador responsável se compromete a divulgar os resultados da pesquisa em formato plenamente acessível e compreensível ao grupo ou população que foi pesquisada, em atendimento à Resolução CNS nº 510/2016, Art. 17, Inciso VI. O produto educacional (infográfico institucional interativo) será um dos meios de divulgação e estará disponível no site do IFMG e no repositório do ProfEPT.

Todas as informações fornecidas serão tratadas com total confidencialidade. Seu nome e qualquer outro dado que possa identificá-lo(a) serão preservados e não serão divulgados em nenhum momento. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e serão armazenados em ambiente seguro, com acesso restrito aos pesquisadores envolvidos. A sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você tem o direito de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo ou penalidade.

Todos os dados coletados nesta pesquisa, sejam eles em arquivo físico ou digital, ficarão armazenados sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, conforme determina a Resolução CNS nº 510/2016, Art. 28, Inciso IV. Este período de guarda é necessário para que o participante possa decidir livremente sobre sua participação e sobre o uso de seus dados no momento e no futuro. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, utilizando as informações exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Desde já agradecemos a sua disponibilidade e apoio. Caso tenha qualquer dúvida ou precise de mais informações, sinta-se à vontade para entrar em contato com o pesquisador responsável através dos contatos fornecidos acima. Ao assinar este termo, você declara que foi adequadamente informado(a) sobre a pesquisa e que compreendeu todos os aspectos relacionados à sua participação. Você declara ainda que está ciente de que sua participação é voluntária e que pode desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.

Consentimento Específico para Gravação e Uso de Voz/Imagem: A entrevista será gravada em áudio (e/ou vídeo, se for o caso) para fins de registro e posterior transcrição e análise dos dados, sendo o objetivo da gravação exclusivamente para fins de pesquisa. Sua identidade será preservada por meio de pseudônimos ou identificadores alfanuméricos nas publicações.

Com relação à gravação e divulgação da minha voz e/ou imagem, eu declaro:

( ) SIM, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha voz e/ou imagem. ( ) NÃO, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha voz e/ou imagem.
( ) AUTORIZO a gravação, mas NÃO a divulgação da minha voz e/ou imagem.
*Observação: A divulgação aqui se refere ao uso do material bruto (áudio/vídeo) em apresentações, aulas ou publicações, e não aos resultados da pesquisa, que serão divulgados de forma anônima.

Participante: Nome:
Assinatura:

Data: / /

Pesquisador(a) Responsável: Nome:
Assinatura:

Data: / /

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS MEMÓRIA IFMG IBIRITÉ - COMUNIDADE ACADÊMICA E LOCAL

A presente entrevista semiestruturada procura nortear o projeto de pesquisa de Sebastião de Jesus Oliveira Gandra, no trabalho de conclusão de curso que decorre do tema " Título da Pesquisa: O Processo de Criação e Implementação do IFMG - Campus Ibirité: Desafios e Superações na Fase Inicial. O trabalho está sendo realizado sob a orientação do Professor Doutor Matheus Faleiros Silva.
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que visa analisar os desafios e as perspectivas relacionados à implantação do campus do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, em Ibirité. O estudo tem como objetivo compreender as diferentes fases do processo de implantação do campus do IFMG em Ibirité, identificando os principais desafios enfrentados e as perspectivas futuras, a partir da percepção de diversos atores envolvidos no processo.

1. Primeiras Impressões e Envolvimento: Qual foi sua primeira lembrança ou contato com o projeto do IFMG - Campus Ibirité? Como você soube da implantação do IFMG - Campus Ibirité?
2. Quais eram as expectativas da comunidade em relação ao novo campus? Houve participação da comunidade nas discussões iniciais?
3. Percepção dos Desafios e Superações: Do seu ponto de vista, quais foram as maiores dificuldades na fase inicial?
4. Como você percebeu a relação entre o IFMG e a comunidade local no início?
5. Impacto e Memória: Como a chegada do IFMG mudou a cidade de Ibirité ou a sua vida? Que mudanças o campus trouxe para a região? Houve benefícios econômicos, sociais ou culturais?
6. Qual é a memória mais marcante que você tem do início do funcionamento do campus?
7. Como os registros históricos e os marcos da criação do campus têm sido preservados?
8. Há iniciativas ou propostas para fortalecer a memória institucional?
9. Como a comunidade enxerga a importância de registrar essa história? Que ações poderiam fortalecer a relação campus-comunidade?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS MEMÓRIA IFMG IBIRITÉ - PRIMEIROS SERVIDORES DO CAMPUS

A presente entrevista semiestruturada procura nortear o projeto de pesquisa de Sebastião de Jesus Oliveira Gandra, no trabalho de conclusão de curso que decorre do tema " Título da Pesquisa: O Processo de Criação e Implementação do IFMG - Campus Ibirité: Desafios e Superações na Fase Inicial. O trabalho está sendo realizado sob a orientação do Professor Doutor Matheus Faleiros Silva.
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que visa analisar os desafios e as perspectivas relacionados à implantação do campus do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, em Ibirité. O estudo tem como objetivo compreender as diferentes fases do processo de implantação do campus do IFMG em Ibirité, identificando os principais desafios enfrentados e as perspectivas futuras, a partir da percepção de diversos atores envolvidos no processo.

1) Desde quando você está vinculado ao IFMG - Campus Ibirité? Como foi sua chegada e ambientação no campus? Você pode falar um pouco sobre sua atuação no IFMG - Campus Ibirité durante a fase inicial?
2) Qual a sua lembrança mais antiga sobre o campus? Como foi o processo inicial de planejamento e escolha da localização do campus?
3) Existe algum espaço no campus que tenha um significado especial para você?
4) Conte-me sobre sua trajetória profissional até chegar ao IFMG. Como era sua atividade antes da criação do IFMG - Campus Ibirité?
5) Comparando suas experiências profissionais anteriores com a atual no IFMG Ibirité, o que tem de diferente do seu trabalho no IFMG Ibirité em relação aos outros empregos? O que torna o IFMG - Campus Ibirité único?
6) Você acredita que há algo particularmente especial na história do campus que merece ser registrado?
7) Quais fatores (políticos, sociais, econômicos) influenciaram a decisão de implementar o IFMG em Ibirité?
8) Qual foi o papel da comunidade local na implantação do campus?
9) Quais foram os maiores desafios enfrentados durante a implementação do campus (infraestrutura, financiamento, equipe, etc.)? Que dificuldades estruturais ou organizacionais foram enfrentadas?
10) Como esses desafios impactaram o cronograma inicial e as atividades pedagógicas?
11) Que soluções foram adotadas para superar os desafios mencionados?
12) Houve parcerias ou colaborações importantes durante essa fase? Houve apoio institucional suficiente para a implantação?
13) Como foi o impacto desse processo para a comunidade acadêmica e para a região de Ibirité? Houve resistências ou dificuldades em engajar a

comunidade? Que estratégias foram utilizadas para integrar a equipe e a comunidade?

14) Qual a sua lembrança mais marcante dessa fase inicial? Quais são as memórias mais marcantes que você tem do IFMG - Campus Ibirité?
15) Como os registros históricos e os marcos da criação do campus têm sido preservados?
16) Há iniciativas ou propostas para fortalecer a memória institucional? Como você percebe que a história do campus está sendo registrada?
17) O que considera importante preservar para as futuras gerações? Que aprendizados você destacaria dessa experiência?
18) Que lições podemos aprender com esse processo?
19) Existe algo mais que gostaria de acrescentar sobre esse período?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTAS MEMÓRIA IFMG IBIRITÉ - GESTORES

A presente entrevista semiestruturada procura nortear o projeto de pesquisa de Sebastião de Jesus Oliveira Gandra, no trabalho de conclusão de curso que decorre do tema " Título da Pesquisa: O Processo de Criação e Implementação do IFMG - Campus Ibirité: Desafios e Superações na Fase Inicial. O trabalho está sendo realizado sob a orientação do Professor Doutor Matheus Faleiros Silva.
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que visa analisar os desafios e as perspectivas relacionados à implantação do campus do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, em Ibirité. O estudo tem como objetivo compreender as diferentes fases do processo de implantação do campus do IFMG em Ibirité, identificando os principais desafios enfrentados e as perspectivas futuras, a partir da percepção de diversos atores envolvidos no processo.

1. Como foi o processo inicial de planejamento e escolha da localização do campus?
2. Quais fatores (políticos, sociais, econômicos) influenciaram a decisão de implementar o IFMG em Ibirité?
3. Qual foi o papel da comunidade local na implantação do campus?
4. Quais foram os maiores desafios enfrentados durante a implementação do campus (infraestrutura, financiamento, equipe, etc.)?
5. Como esses desafios impactaram o cronograma inicial e as atividades pedagógicas?
6. Que soluções foram adotadas para superar os desafios mencionados?
7. Houve parcerias ou colaborações importantes durante essa fase?
8. Que impactos o campus gerou na comunidade local e na Rede Federal? Houve resistências ou dificuldades em engajar a comunidade?
9. Qual a sua lembrança mais marcante dessa fase inicial?
10. Como os registros históricos e os marcos da criação do campus têm sido preservados?
11. Há iniciativas ou propostas para fortalecer a memória institucional?
12. Que lições podemos aprender com esse processo? Existe algo mais que gostaria de acrescentar sobre esse período?

APÊNDICE F - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFMG

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO IFMG - CAMPUS IBIRITÉ: DESAFIOS E SUPERAÇÕES NA FASE INICIAL

Pesquisador: SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 93119425.8.0000.0293

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.070.551

Apresentação do Projeto:

O pesquisador Sebastião de Jesus Oliveira Gandra responsável pelo projeto de CAAE Nº 93119425.8.0000.0293 intitulado O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO IFMG - CAMPUS IBIRITÉ: DESAFIOS E SUPERAÇÕES NA FASE INICIAL, o projeto tem como instituição proponente Instituto federal de minas Gerais, Ibirité).

As informações disponibilizadas nos campos Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa, Método, Critérios de inclusão e exclusão, Análise dos dados e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas dos arquivos anexados ao protocolo de pesquisa.

O objetivo geral do projeto: Analisar o processo de criação e implementação do IFMG - Campus Ibirité, com foco nos desafios enfrentados e nas estratégias de superação adotadas na fase inicial de funcionamento, a partir da análise documental e das narrativas dos principais atores institucionais envolvidos.

Este projeto será aplicado no seguinte público-alvo: A seleção dos participantes será não probabilística, por amostragem intencional, com base na pertinência das experiências vivenciadas em relação ao objeto de estudo. Estima-se a participação de aproximadamente 3 a 4 gestores e 6 a 7 representantes da comunidade acadêmica, de modo a assegurar diversidade de perspectivas e vivências (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2011). Que participaram do processo de criação e implementação do campus, incluindo gestores, docentes, técnicos administrativos, estudantes egressos maiores de idade e trabalhadores terceirizados.

Endereço: Av. Professor Mário Werneck, 2590 - 8° andar, sala 805
Bairro: BURITIS **CEP:** 30.575-180
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)2513-5249 **Fax:** (31)2513-5103 **E-mail:** cepe@ifmg.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFMG

Continuação do Parecer: 8.070.551

Declaração de Pesquisadores	Termo_Responsabilidade_Compromisso_Pesquisador_SebastiaoJOG_assinado.pdf	22/09/2025 23:56:31	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_AIVoz_TAUIV_SebastiaoJOG.pdf	22/09/2025 23:55:42	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Confiabilidade_Sigilo_Pesquisador_SebastiaoJOG_assinado.pdf	22/09/2025 23:55:29	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_Compromisso_Utilizacao_Dados_TCUD_SebastiaoJOG_assinado_assinado.pdf	22/09/2025 23:52:40	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEI_2433906_Termo_de_Compromisso_de_Utilizacao_de_Dados.pdf	22/09/2025 23:52:10	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEI_2433899_Termo_de_Compromisso_de_Utilizacao_de_Dados.pdf	22/09/2025 23:51:52	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Declaração de concordância	SEI_2431851_Declaracao.pdf	22/09/2025 23:47:07	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEI_2409850_Autorizacao_Preliminar_de_Realizacao_de_Pesquisa.pdf	22/09/2025 23:39:24	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	SEI_2409740_Solicitacao_Autorizacao_Preliminar_Pesquisa.pdf	22/09/2025 23:36:06	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_SebastiaodeJesusOliveiraGandra.pdf	22/09/2025 23:28:26	SEBASTIAO DE JESUS OLIVEIRA GANDRA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELO HORIZONTE, 17 de Dezembro de 2025

Assinado por:
Cristiana Santos Andreoli
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Professor Mário Werneck, 2590 - 8° andar, sala 805
Bairro: BURITIS **CEP:** 30.575-180
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)2513-5249 **Fax:** (31)2513-5103 **E-mail:** cepe@ifmg.edu.br

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL E TERMO DE CIÊNCIA DE QUESTIONÁRIO ANÔNIMO ELETRÔNICO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - Campus Ouro Branco. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO IFMG - CAMPUS IBIRITÉ: DESAFIOS E SUPERAÇÕES NA FASE INICIAL

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL E TERMO DE CIÊNCIA DE QUESTIONÁRIO ANÔNIMO ELETRÔNICO

Olá, prezado(a)!

Somos pesquisadores do Mestrado Profissional em Educação - ProfEPT, oferecido no IFMG - Campus Ouro Branco e convidamos você a participar da avaliação do Infográfico: "**Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG**".

Este infográfico é o resultado da pesquisa: O Processo de Criação e Implementação do IFMG - Campus Ibirité: Desafios e Superações na Fase Inicial. O trabalho está sendo realizado sob a orientação do Professor Doutor Matheus Faleiros Silva. Suas respostas são anônimas e usadas apenas para esta pesquisa. Desde já agradecemos! Mestrando Pesquisador: Sebastião de Jesus Oliveira Gandra Orientador: Matheus Faleiros Silva Se você tiver interesse em nosso convite, por gentileza, leia e caso esteja de acordo, concorde com o documento a seguir: Termo de Ciência de Questionário Anônimo.

TERMO DE CIÊNCIA DE QUESTIONÁRIO ANÔNIMO ELETRÔNICO

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária e anônima, da etapa da avaliação de um infográfico.

Este infográfico faz parte do, resultado da pesquisa "O Processo de Criação e Implementação do IFMG - Campus Ibirité: Desafios e Superações na Fase Inicial", sob a responsabilidade do aluno Sebastião de Jesus Oliveira Gandra (disponível no e-mail sebastiao.gandra@ifmg.edu.br), com orientação do professor Dr. Matheus Faleiros Silva (disponível no e-mail matheus.faleiros@ifmg.edu.br) e foi aprovada pelo Comitê de Ética do IFMG (CAAE: 93119425.8.0000.0293).

Antes de participar desta avaliação, leia atentamente as informações abaixo:

a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento e incômodo de qualquer natureza;

b) você pode deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem precisar apresentar justificativas para isso, como também ter algum prejuízo, punição, constrangimento;

c) sua identidade será mantida em anonimato em todas as etapas da pesquisa;

d) caso você queira, poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa;

e) você pode contatar o pesquisador ou o aluno responsável a qualquer momento, para esclarecer dúvidas, fazer sugestões ou reclamações;

f) caso sinta-se incomodado quanto à condução da pesquisa, em qualquer etapa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética do IFMG: Av. Prof. Mário Werneck, 2590, 8°andar, sala 805, Belo Horizonte, Minas Gerais; cepe@ifmg.edu.br; telefone (31) 2513 5249;

g) Recomendamos que você salve ou imprima uma cópia deste termo para consultar sempre que desejar, já que, por se tratar de uma pesquisa anônima, não será possível enviar automaticamente uma cópia das suas respostas. Ele estará disponível para leitura logo no início do formulário do Google. Você poderá baixá-lo em PDF através da opção imprimir.

Esse Projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética com número de protocolo CAAE: 93119425.8.0000.0293.

Os riscos são mínimos. Durante a participação nesta pesquisa pode ser que você se sinta um pouco desconfortável ou constrangido ao responder as perguntas por receio ou insegurança sobre as respostas; fadiga ou cansaço físico ou mental durante a resposta do questionário estruturado eletrônico; preocupação quanto a possíveis repercussões dos resultados do estudo; risco de quebra de anonimato da identidade dos participantes.

Nenhuma pergunta será de resposta obrigatória e, caso deseje, você poderá pular qualquer pergunta ou até interromper sua participação a qualquer momento, sem necessidade de justificativa, não acarretando prejuízo. Todas as perguntas possuem a opção “prefiro não responder”. Caso você opte por desistir, as suas respostas serão imediatamente excluídas do banco de dados da pesquisador.

O pesquisador assegura que a identidade dos participantes será mantida em anonimato e que nenhuma informação que permita sua identificação será divulgada ou publicada sem autorização prévia. Todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, conforme estabelecido pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016.

As informações coletadas serão armazenadas em arquivo digital, protegido por senha e mantido fora de ambientes virtuais e plataformas de armazenamento em nuvem, conforme diretrizes do Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Após o prazo de cinco anos, todos os dados serão permanentemente excluídos. O pesquisador compromete-se a tratar os dados com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, garantindo a proteção da privacidade dos participantes em todas as fases da pesquisa.

O pesquisador assume a responsabilidade de prestar assistência gratuita e imediata, inclusive jurídica, psicológica, ou indenizatória, caso ocorra qualquer dano decorrente da participação na pesquisa.

Caso você se sinta mal, poderá entrar em contato com a Seção de Assuntos Estudantis (SAE) do IFMG - Campus Ibirité e procurar a Psicóloga Marcelle Christiane Gomes do Nascimento Barros, que estará a disposição.

A participação na pesquisa pode trazer benefícios em diferentes níveis: individual, coletivo, acadêmico e institucional.

- ○ Concordo em participar da avaliação do produto educacional

- Não concordo (se escolher esta opção, o formulário será encerrado).

1- Antes de acessar o infográfico, você já conhecia a história do IFMG - campus Ibirité?
   - Sim.
   - Não, nunca ouvi falar.
   - Não desejo responder.

Instruções: Assinale o grau de concordância com cada uma das afirmações abaixo em relação ao infográfico “Raízes e Rumos: A Memória da Implantação do Campus Ibirité do IFMG” Leia atentamente cada afirmação e marque a opção que melhor representa sua opinião sobre o infográfico institucional apresentado. Escala de Respostas: 1-Discordo totalmente | 2-Discordo parcialmente | 3-Neutro/Não tenho opinião | 4-Concordo parcialmente | 5-Concordo totalmente

2- O infográfico apresenta as informações de forma clara e objetiva?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.

3- A navegação entre as seções do infográfico é intuitiva e fácil de compreender?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.

4- A linguagem utilizada é adequada ao público-alvo?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.

5- O infográfico apresenta os principais marcos históricos da implantação do campus de forma organizada?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente

- Não desejo responder.

6- Os trechos de depoimentos selecionados enriquecem a compreensão da trajetória institucional?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.

7- As imagens, documentos e recursos visuais utilizados são relevantes e complementam o conteúdo?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.

8- O infográfico contribui para a valorização da memória institucional do campus?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.

9- O material pode ser utilizado como ferramenta formativa em contextos pedagógicos e de gestão?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.

10- O produto tem potencial para ser utilizado por outros campi da Rede Federal como referência?
   - Discordo totalmente
   - Discordo parcialmente
   - Neutro / Não tenho opinião
   - Concordo parcialmente
   - Concordo totalmente
   - Não desejo responder.